



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

DIRETORIA EXECUTIVA DA FNP

Presidente: Marcio Lacerda
(prefeito de Belo Horizonte - MG)

Vice-presidente Nacional: Maguito Vilela
(prefeito de Aparecida de Goiânia - GO)

Vice-presidente de Reforma Federativa: Jairo Jorge
(prefeito de Canoas - RS)

Vice-presidente de Relações Institucionais: José Fortunati
(prefeito de Porto Alegre - RS)

Vice-presidente de Relações com o Congresso Nacional:
Eduardo Paes
(prefeito do Rio de Janeiro - RJ)

Secretário-geral: Luiz Marinho
(prefeito de São Bernardo do Campo - SP)

Secretário-executivo: Gilberto Perre

Jornalista responsável: Paula Aguiar (DRT-RS 12.145).

Textos: Bruna Lima,
Ingrid Freitas,
Lívia Palmieri,
Rodrigo Eneas.

Fotografias: Paulo Oliveira; Deise Martins; Flávio Soares
Gilberto Perre; Paula Aguiar; Rodrigo Eneas; Douglas Olivera;
Gustavo Raniere; Alex Ferreira; Paulo Negreiros; Phillipe
Cedro; Pedro Vieira; Ingrid Freitas; Bruna Lima; Lívia Palmieri;
Cristiane Rosa; Sílvia Toso; Igo Estrela; Meilin Neves; Jefferson
Rudy; Breno Pataro; Papa Goiaba; Tony Oliveira; Roque de Sá;
Marcela Cherubine; Fernando Rodrigues; Betina Carcuchinski;
Sandro Damasceno; André Oliveira; Diego Marchi; André Melo
e Nina Lima; André Gomes de Melo.

Projeto gráfico e diagramação: Pedro Vieira

Ilustração: Phillipe Cedro

Revisão: Fabiana Santos

Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record,
Sala 603 – CEP: 70340-910 – Brasília-DF
Fone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819
Email: secretaria@fnp.org.br - www.fnp.org.br

Os nomes de autoridades, cargos públicos e órgãos, citados
neste relatório, correspondem aos vigentes na data em que
ocorreram os fatos.

SUMÁRIO

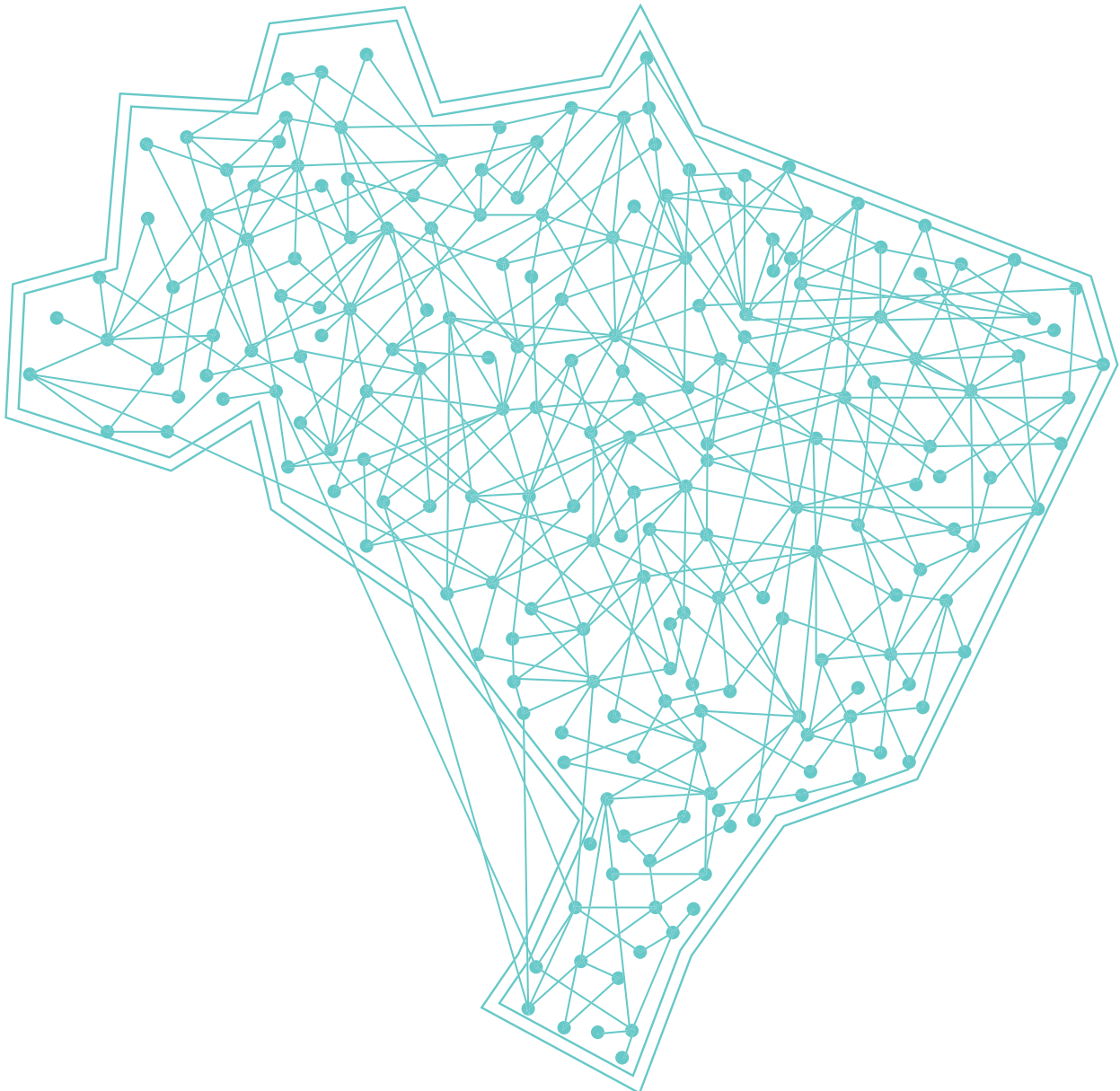
| | |
|--------------------|----|
| LINHA DO TEMPO | 4 |
| JANEIRO | 6 |
| FEVEREIRO | 10 |
| MARÇO | 14 |
| ABRIL | 20 |
| MAIO | 24 |
| JUNHO | 30 |
| JULHO | 36 |
| AGOSTO | 42 |
| SETEMBRO | 48 |
| OUTUBRO | 54 |
| NOVEMBRO | 56 |
| DEZEMBRO | 66 |
| PUBLICAÇÕES DA FNP | 72 |
| DADOS GERAIS | 73 |
| DOCUMENTOS | 74 |
| CLIPPING | 82 |
| AVANÇOS DO ANO | 83 |

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Atividades da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) é um instrumento de transparência e prestação de contas que apresenta o compilado das principais ações realizadas em 2016. Durante o ano, a entidade trabalhou intensamente para que importantes pautas municipalistas avançassem no Congresso Nacional e junto ao governo federal e ao Judiciário. O ano de crise e muitos desafios, representou para a FNP um período de importantes conquistas em benefício das cidades.

Nas próximas páginas conheça algumas das ações realizadas e acompanhe também o trabalho da FNP pelo site www.fnp.org.br, no Facebook ([/FrenteNacionaldePrefeitos](https://www.facebook.com/FrenteNacionaldePrefeitos)) e no Twitter ([/FNPPrefeitos](https://twitter.com/FNPPrefeitos)).

Boa Leitura.





JANEIRO

13 DE JANEIRO

FNP inicia a pauta municipalista do ano com o tema da dívida dos municípios com a União, em reunião com o presidente do Banco do Brasil e com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).



20 DE JANEIRO

FNP pede revisão do decreto que regulamenta pagamento das dívidas dos municípios com a União, em ofício encaminhado ao ministro da Fazenda, Nelson Barbosa. No documento, a entidade destacou a urgente necessidade de revisão e alteração do decreto.

29 DE JANEIRO

Conquista FNP - STF defere pedido para repactuação das dívidas dos municípios com União. A ação foi ajuizada pelo PT e o PPS, atendendo ao pedido da FNP.

MARÇO

23 E 24 DE MARÇO

FNP realiza 69ª Reunião Geral no Rio de Janeiro/ RJ, com a participação de mais de 70 prefeitos. Alternativas para enfrentar a crise econômica e política que o Brasil atravessa permearam os temas debatidos na Plenária Deliberativa de Prefeitos. Na ocasião, o grupo deliberou pela redação da Carta dos Prefeitos em Defesa do Diálogo Nacional, que propõe o avanço no diálogo federativo, para superar a crise no país.



MAIO

18 DE MAIO

Dirigentes da FNP consolidam e apresentam, ao ministro Geddel Vieira Lima a carta "Propostas urgentes e estruturantes para a vida nas cidades", com mais de 30 tópicos para o fortalecimento do pacto federativo.



JULHO

1º DE JULHO

FNP realiza primeira reunião da comissão organizadora do IV EMDS. Encontro contou com a participação de mais de 100 representantes de 40 cidades e três consórcios públicos filiados à FNP, além de 21 presidentes e integrantes de fóruns e redes de secretários.



6 DE JULHO

Plenário do Senado aprova PEC que legitima as entidades municipalistas a proporem Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC).

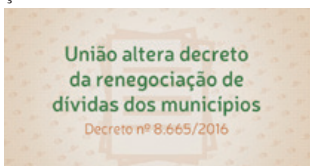
20 DE JULHO

TCU libera edital do Ministério da Educação que dispõe sobre a abertura de 2.290 vagas em cursos de Medicina. No total, 39 municípios aguardavam pelo desfecho da ação.

FEVEREIRO

11 DE FEVEREIRO

Conquista FNP - Após mobilização da FNP, o governo federal edita novo decreto alterando a regulamentação da renegociação de dívidas dos municípios com a União, confirmando o entendimento da FNP de que os aditamentos que seriam assinados não configuravam novas operações de crédito.



17 DE FEVEREIRO

Conquista FNP - A aprovação da PEC que proíbe imposição de despesa sem identificar fonte de receita configurou mais uma vitória para a FNP e do municipalismo brasileiro, uma vez que condicionou a entrada em vigor de novas despesas aprovadas pelo Congresso Nacional à indicação clara e precisa das respectivas fontes de receitas.

ABRIL

29 DE ABRIL

Conquista FNP - Atendendo à solicitação da FNP, a presidente Dilma Rousseff assina Medida Provisória prorrogando a permanência de médicos estrangeiros, e brasileiros formados no exterior, no Programa Mais Médicos para o Brasil.



JUNHO

7 DE JUNHO

Conquista FNP - Senado Federal aprova, com emendas, a PEC dos Precatórios. O texto, que indica a permissão de uso de dinheiro depositado na Justiça para pagar dívidas públicas, seguiu para novo exame da Câmara dos Deputados.

27 DE JUNHO

Conquista da FNP - Atendendo à sugestão do presidente da FNP, o presidente da República interino, Michel Temer, sanciona Lei que autoriza a entrada forçada de agentes de saúde em imóveis abandonados para ações de combate ao mosquito transmissor da dengue, da febre chikungunya e do zika vírus.



30 DE JUNHO

Conquista da FNP - A Presidência da República edita decreto prorrogando para 30 de novembro de 2016 o prazo dos Restos a Pagar (RAP) de 2014. A medida possibilitou aos municípios recursos para dar continuidade aos projetos que estavam em fase de aprovação.

SETEMBRO

8 DE SETEMBRO

Conquista FNP - Congresso promulga PEC que aumenta a flexibilidade para que o governo use parte dos recursos do orçamento com despesas que consideram prioritárias e possa redefinir o uso das receitas.

12 DE SETEMBRO

Presidente Michel Temer sanciona lei que garante a permanência dos profissionais do Mais Médicos no país por mais três anos. Com a medida, sete mil profissionais que encerrariam os trabalhos até o final do ano puderam continuar no Brasil.

14 DE SETEMBRO

Conquista FNP - Governo federal anuncia repasse de R\$ 182 milhões para 99 UPAs e R\$ 371 milhões para Santas Casas e hospitais filantrópicos. A ação atendeu à reivindicação da FNP.

27 DE SETEMBRO

MEC publica no Diário Oficial da União lista das mantenedoras selecionadas e classificadas para oferecer novas vagas de medicina em 37 municípios. Portaria traz, também, a autorização para o aumento de vagas em cursos já ofertados em 13 municípios.

**28 DE NOVEMBRO**

Durante o primeiro dia da 70ª Reunião Geral da FNP, em Campinas/SP, o prefeito anfitrião, Jonas Donizette, abriu oficialmente as inscrições do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), dando início, também, à mobilização para o evento com a #EMDSouvou. Os interessados em participar do EMDS podem se inscrever nos sites www.emds.fnp.org.br ou www.fnp.org.br.



IV ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
 Fórum de Financiamento e a Governança das Cidades
 24 a 28 de Abril de 2017 | Estado de São Paulo | Brasília - DF

29 DE NOVEMBRO

Prefeitos eleitos e reeleitos debatem as principais angústias municipais com o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin. O encontro também integrou a programação da 70ª Reunião Geral da FNP.

**30 DE NOVEMBRO**

A Câmara dos Deputados aprovou, dia 30, a Proposta de Emenda à Constituição que regula o pagamento de precatórios e permite a utilização de depósitos judiciais existentes em nome de municípios, estados e União. A aprovação beneficiará cerca de 900 municípios.

NOVEMBRO

AGOSTO

1º DE AGOSTO

Campanha "Respeitar Proteger Garantir - Todos Juntos pelos Direitos de Crianças e Adolescentes" é lançada no Rio de Janeiro. Evento teve a presença do vice-prefeito da capital, Adilson Pires, e do atleta olímpico Hugo Parisi.

18 DE AGOSTO

Em reunião articulada pela FNP, o ministro da Educação, Mendonça Filho, anuncia outubro como prazo para a assinatura do termo de compromisso com as instituições mantenedoras selecionadas para instalação dos cursos de Medicina.

**24 DE AGOSTO**

Conquista FNP - Plenário do Senado aprova Medida Provisória que prorroga, por três anos, o prazo de atuação dos médicos intercambistas do Programa Mais Médicos para o Brasil.

OUTUBRO

26 DE OUTUBRO

Em agenda articulada pela FNP, os prefeitos de Belo Horizonte/MG e presidente da entidade, Marcio Lacerda, e de Palmas/TO, Carlos Amastha, se reuniram com o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. Nas audiências, os prefeitos apresentaram uma proposta de adequações na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para afastar a elevada insegurança jurídica que atualmente contextualiza o fechamento de contas nos municípios.



DEZEMBRO

15 DE DEZEMBRO

Conquista FNP - Após uma intensa articulação da FNP durante anos, Congresso Nacional promulga Emenda Constitucional 94/2016, que institui um novo regime de pagamento de precatórios (PEC 159/2015). A EC autoriza regime especial para pagamento para estados, Distrito Federal e municípios pendentes até 25 de março de 2015 e os que vencerão até 31 de dezembro de 2020.

20 DE DEZEMBRO

Conquista FNP - Governo federal sanciona Projeto de Lei que abre crédito suplementar para o Orçamento Geral da União, no valor de R\$ 1,94 bilhão, viabilizando o repasse de R\$ 500 milhões do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (Fex) aos municípios.

30 DE DEZEMBRO

Conquista FNP - Após articulação da FNP com o presidente Michel Temer e o vice-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Raimundo Carreiro, o governo federal repassa aos municípios o valor proveniente da multa do programa de repatriação, contribuindo para o fechamento de contas de 2016.

**30 DE DEZEMBRO**

Conquista FNP - Presidente da República, Michel Temer, sanciona Lei Complementar que altera o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), com vetos que poderiam trazer mais receitas para os municípios, como a tributação do leasing e cartão de débito/crédito.

Dívida dos municípios com a União é pauta de agenda do secretário-geral da FNP em Brasília



O secretário-geral da FNP e prefeito de São Bernardo do Campo/SP, Luiz Marinho, esteve em Brasília/DF, no dia 13 de janeiro, para uma série

de reuniões. Entre os objetivos da agenda, acelerar o processo de refinanciamento de dívidas de estados e municípios com a União, cujas novas regras foram estabeleci-

das em portaria publicada no Diário Oficial da União, em 29 de dezembro de 2015.

Na agenda com o presidente do Banco do Brasil (BB), Alexandre Corrêa, Marinho solicitou o envio, com urgência, da memória de cálculo do impacto orçamentário das renegociações das dívidas para os 180. Na segunda reunião com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Valdir Simão, Marinho destacou a necessidade de desburocratização no refinanciamento das dívidas. O ministro Valdir se comprometeu a reunir-se com o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, para tratar desse tema. Além disso, o ministro solicitou que FNP elaborasse proposta sobre resolução de Operações de Créditos Internacional, outro tema tratado no MPOG □

FNP pede revisão do decreto que regulamenta pagamento das dívidas dos municípios com a União

A regulamentação da Lei Complementar 148/2014, prevista no Decreto 8.616/2015, de 29 de dezembro de 2015, foi motivo de preocupação para os prefeitos da FNP. Além de uma série de dúvidas quanto às normas impostas, os municípios que possuem dívida com a União também se viram prejudicados em vários aspectos, como o entendimento do governo federal de que a troca de indexador, prevista na própria lei, deveria passar pelas Câma-

ras de Vereadores como se fosse um novo contrato.

Os pontos questionados foram explicitados em ofício encaminhado ao Ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, no dia 20 de janeiro. No documento, a FNP destacou a urgente necessidade de revisão e alteração do Decreto. “O Decreto está a negar, por via indireta, aplicabilidade e eficácia à LC 148/14. Isso porque introduziu pelo Decreto nº 8.616/15 a necessidade de autorização

legislativa pelos entes federados “devedores” (art. 2º §1º, I). Ora, a LC 148/14 assim não previu. O Decreto que a regulamenta não pode, portanto, construir condição inexistente na Lei que o sustenta”, defenderam os prefeitos de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, e de São Bernardo do Campo/SP, Luiz Marinho, presidente e Secretário-Geral da FNP, que assinaram o ofício em nome dos 180 municípios que têm este tipo de dívida □

Técnicos trabalham no plano de ação para a proteção à criança e ao adolescente em Grandes Eventos

O plano de trabalho de dois dos quatro eixos do projeto “Rio 2016: Olimpíadas do Direito da Criança e do Adolescente” - capacitação e fortalecimento das redes locais e participação cidadã e protagonismo juvenil - foi validado durante reunião realizada entre os dias 19 e 20 de janeiro, em Porto Alegre/RS. O projeto, realizado pela FNP, em parceria com a Iscos Piemonte e a Associação VivaRio, cofinanciado pela União Europeia (UE), também contou com o apoio da capital gaúcha, de municípios do Rio de Janeiro/RJ e da Rede Internacional ECPAT (*End Child Prostitution Child Pornography and Trafficking of Child for*

Sexual Purpose).

A iniciativa deu continuidade às ações de políticas para a proteção da infância e adolescência, iniciadas por meio de um projeto para a Copa do Mundo de Futebol de 2014, que teve como foco o combate à exploração sexual infantil. No projeto das Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016, a abordagem mais ampla, teve ênfase na proteção global da criança e do adolescente, com ações direcionadas ao planejamento e à articulação das redes locais de proteção durante o evento. Dessa forma, além do combate à explo-



ração sexual infantil foram abordados a prevenção do trabalho infantil, o combate ao uso de álcool e outras drogas, e a prevenção do desaparecimento de crianças □

Ministério da Saúde convida FNP para articular enfrentamento à microcefalia nos municípios

O Ministério da Saúde instalou em Brasília/DF uma Sala Nacional de Coordenação e Controle para o Enfrentamento à Microcefalia e convidou a FNP a se engajar na criação de espaços semelhantes também nos municípios. A medida fez parte de uma série de ações em resposta ao número crescente de casos registrados das doenças dengue, chikungunya e, em especial, zika.

De acordo com a Diretriz Geral SNCC nº 1/2015, as salas de coordenação e controle em nível municipal têm a missão, entre outras atribuições, de mobilizar pessoal, insumos, equipamentos e logística para a intensificação da campanha de combate ao mosquito; coordenar, monitorar e supervisionar a execução das ações de mobilização e combate ao mosquito; realizar os levantamentos de dados para os indicadores; engajar as equipes de saúde para conscientização e orientação da população; e incentivar a participação da sociedade civil organizada □



FNP participa de debate sobre os ODS durante o Fórum Social Temático

No dia 21 de janeiro, o prefeito de Canoas/RS, Jairo Jorge, vice-presidente de Reforma Federativa da FNP, representou a entidade no Fórum Social Mundial Temático (FST) 2016, que ocorreu em Porto Alegre/RS. O prefeito participou do debate sobre “Os desafios da municipalização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil: a estratégia do Programa Cidades

Sustentáveis para as eleições de 2016”. O evento teve início dia 17 com atividades preparatórias e foi marcado pela comemoração dos 15 anos do Fórum Social Mundial (FSM).

De acordo com o prefeito Jairo Jorge, a discussão foi fundamental para alinhar o posicionamento dos prefeitos na inclusão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em suas gestões. “Os ODS devem servir

de referência para todos nós. Temos que pensar e repensar a nossa posição no mundo. Em 2011, assinei um compromisso com as cidades sustentáveis, que se transformou em 123 indicadores com 50 metas apresentadas para a sociedade durante a eleição em 2012. Os Objetivos nos dão norte, um rumo, e a cidade se empodera para cobrar essas metas”, disse o prefeito □

Municípios questionam Acordo Setorial de Logística Reversa de Embalagens



O Acordo Setorial de Logística Reversa de Embalagens em Geral, publicado pelo Ministério do Meio Ambiente em novembro de 2015, foi tema de uma reunião promovida pela FNP e a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae), no dia 21 de janeiro, em Brasília/DF. Os debates contaram com a participação de secretários municipais de Meio Ambien-

te, coordenadores de Políticas Ambientais, diretores de departamentos de limpeza pública municipal e entidades municipalistas ligadas à área.

A discussão sobre o que os municípios fazem atualmente em relação ao recolhimento de embalagens que compõem a fração seca dos resíduos sólidos e o impacto que Acordo Setorial, firmado entre

o setor privado e o governo federal, tem sobre os municípios nortearam a pauta do encontro.

O presidente da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb) da cidade de São Paulo/SP, José Antonio Bacchim, falou da falta de interesse do governo em dialogar com os municípios. “Percebemos que, na prática, os municípios são os reais titulares na prestação do serviço dos resíduos sólidos. E, quando da aprovação do Acordo Setorial, os municípios ou suas entidades representativas simplesmente foram ignoradas, não foram ouvidas. A FNP sequer foi chamada como anuente. O que percebemos, na prática, é que no dia a dia, além da chamada coleta convencional (aquela que passa em frente das residências), cada dia mais se cobra a ampliação da chamada coleta seletiva de secos. E quem vai pagar essa conta?”, questionou Bacchim □

FNP discute com instituições alternativas para enfrentar problemas decorrentes do rompimento da barragem



Articuladas institucionalmente pela FNP, 15 instituições nacionais e internacionais comprometeram-se a contribuir na elaboração de estudos, projetos e parcerias para atender os municípios atingidos pelo rompimento da barragem Fundão, em Mariana/MG. Sob coordenação dos prefeitos de Mariana, Duarte Júnior, vice-presidente de Desastres Ambientais da FNP, de Governador Valadares/MG, Elisa Costa, vice-presidente de Resíduos Sólidos, e do secretário de Desenvolvimento Eco-

nômico e Meio Ambiente, Rodrigo Paneto, representando o prefeito de Linhares/ES, Jair Correa, o encontro foi realizado no dia 21 de janeiro, na sede nacional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em Brasília/DF.

Estiveram presentes e manifestaram apoio aos municípios atingidos representantes do *International Council for Local Environmental Initiatives* (Iclei), Embaixada da França no Brasil, Fundação Agbar, World Resources Institute (WRI),

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundação Avina, Suez, União Europeia, Sedigate, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Sebrae, Banco Mundial e World Wide Fund for Nature (WWF). Também participou o secretário de Saúde de Mariana, Juliano Duarte □

Recuperação de infraestrutura urbana e rural de municípios do Pampa Gaúcho é tema de reunião com ministro da integração

Com o objetivo de pedir apoio para a recuperação de ruas e estradas vicinais, prefeitos de municípios do Rio Grande do Sul estiveram reunidos, no dia 21 de janeiro, com o ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, em Brasília/DF. Na ocasião, as autoridades municipais destacaram o agravante das chuvas constantes, que deterioraram a infraestrutura urbana e rural das cidades.

“Em função das recentes chuvas intensas e da pequena arrecadação dos municípios, nós prefeitos estamos tendo muita dificuldade na manutenção das estradas vicinais e nas ruas urbanas”, explicou o prefeito de Bagé/RS, Dudu Colombo, vice-presidente de Regiões Fronteiriças da FNP.

Além do prefeito Dudu Colombo, a reunião contou com a participação dos



prefeitos de Santana do Livramento, Glauber Lima, de São Gabriel, Roque Montagner, de Cachoeira do Sul, Neiron Viegas, de Jaguari, João Mário Cristo-

fari, de Dom Pedrito, Lidio Dalla Nora Bastos, de Candiota, Luiz Carlos Folador, e a vice de Alegrete, Preta Mulazzani □

FNP mobiliza partidos para ingressarem com ação contra a União no STF

Após meses de negociações com o governo federal, com o objetivo de viabilizar a aplicação das leis complementares que estabelecem novos indexadores para as dívidas dos municípios com a União, a FNP mobilizou partidos políticos para ajuizarem, no Supremo Tribunal Federal (STF), uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental com Pedido de Concessão de Medida Cautelar. “Em função das recentes chuvas intensas e da pequena arrecadação dos municípios, nós prefeitos estamos tendo muita dificuldade na manutenção das estradas vicinais e

nas ruas urbanas”, explicou o prefeito de Bagé/RS, Dudu Colombo, vice-presidente de Regiões Fronteiriças da FNP.

No dia 28 de janeiro, o Partido Popular Socialista (PPS) e o Partido dos Trabalhadores (PT) ingressaram com a ação, pois a FNP não tem prerrogativa constitucional para ser proponente da peça. O documento solicitava a suspensão da exigência de uma nova Lei municipal autorizativa para que as cidades paguem as dívidas com o novo indexador, com a argumentação de que os aditamentos desses contratos não se configuram como novas operações

de crédito. Pediu ainda que as parcelas que venciam após 1º de fevereiro, quando devidas, já fossem pagas com os novos valores informados pelo Banco do Brasil (BB). A peça trouxe ainda, o pedido de que os novos valores do saldo devedor e das parcelas a vencer sejam divulgados pelo BB.

“O que os municípios querem é o cumprimento das leis complementares. A aplicação do novo indexador não pode mais ser procrastinada”, afirmou o presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda □

STF deferiu pedido para repactuação das dívidas dos municípios com União

CONQUISTA FNP
A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu, no dia 29 de janeiro, parcialmente o pedido de Concessão de Medida Cautelar solicitado na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, que contestou regras estabelecidas pela União no Decreto nº 8.616. A ação foi ajuizada

pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Popular Socialista (PPS), após mobilização da FNP.

A partir da decisão da ministra, os municípios não precisam mais de autorização das Câmaras de Vereadores para celebrar os aditamentos dos contratos com a União. A regra foi estipu-

lada no Decreto nº 8.616, do dia 29 de dezembro de 2015. Outro item determinado na decisão do STF foi o da suspensão da necessidade de que os municípios retirem as ações judiciais que eventualmente já estão impetradas contra a União para que os aditamentos sejam assinados □



Governo conta com o apoio dos prefeitos e define ações de combate ao *Aedes aegypti*

A presidente Dilma Rousseff editou a Medida Provisória 712/2016 determinando ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor de várias doenças, incluindo o Zika vírus. As informações foram divulgadas no dia 1º de fevereiro, no Diário Oficial da União (DOU).

Entre as medidas a serem adotadas para enfrentar o Zika, assim como a Dengue e Chikungunya, também transmitidas pelo mesmo

mosquito, está o ingresso de agentes de saúde em imóveis públicos e particulares fechados ou abandonados para a eliminação de focos de reprodução do *Aedes*.

No dia 8 de dezembro de 2015, em reunião convocada com governadores e prefeitos no Palácio do Planalto, o presidente da FNP, Marcio Lacerda, sugeriu essa condição especial de entrada em imóveis como essencial para o combate ao mosquito. “Essa é uma

questão jurídica complicada, que requer uma pacificação jurídica a nível nacional”, disse o prefeito durante reunião com a presidente Dilma Rousseff.

Como ponto inicial de ação, o Ministério da Saúde instalou, em Brasília/DF, uma Sala Nacional de Coordenação e Controle para o Enfrentamento à Microcefalia e convidou a FNP a se engajar na criação de espaços semelhantes também nos municípios □

FNP orienta sobre regras para renegociação das dívidas dos municípios com a União

Com a decisão do dia 29 de janeiro, da ministra do Superior Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, atendendo ao pedido para que os municípios não precisem mais de autorização das Câmaras de Vereadores para celebrar os aditamentos dos contratos com a União, a FNP atuou na orientação aos governantes locais. A partir da determinação, que foi resultado da ação de iniciativa da FNP e ajuizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Popular Socialista (PPS), também ficou suspensa a necessidade de que os municípios retirem as ações judiciais que eventualmente já estavam impetradas contra a União para que

os aditamentos fossem assinados.

Por meio de ofício encaminhado aos prefeitos, a FNP esclareceu que o STF admitia o entendimento que os aditivos não se configuravam como novas operações de crédito, contrariando a interpretação do Ministério da Fazenda. Segundo a pasta, os aditivos estariam sujeitos às regras estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e pela Resolução 43/2001 do Senado Federal, dentre as quais a exigência de lei municipal autorizativa e outras também detalhadas no Manual para Instrução de Pleitos (MIP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

No documento, o alerta era para que

havia se tornado desnecessário e inviável o cumprimento das exigências para a celebração de operações de crédito previstas na LRF, detalhadas por meio do MIP, uma vez que a exigência de autorização legislativa consta dessas exigências.

A FNP esclareceu que, a partir do deferimento do STF, os aditivos implicariam, para todos os legítimos contratos em vigor, em diminuição do saldo devedor ou mesmo na existência de crédito por parte dos municípios, o que também reforçou o argumento de que se tratavam de meros atos administrativos de prerrogativa do Executivo □

Municípios paulistas debatem a PEC dos Precatórios e planejam ações

A sede do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF), em São Paulo /SP, sediou, no dia 29 de janeiro, uma reunião dos secretários de Finanças de diversos municípios paulistas para tratar do pagamento dos precatórios. A necessidade de alinhamento político e a elaboração de um plano de ação entre os municípios devedores também estiveram na pauta da audiência.

A reunião, coordenada pela FNP, teve a participação do secretário de Assuntos Jurídicos de Osasco/SP, Adriano Pedro Alves; do diretor do Departamento de Receita Mobiliária da Secretaria de Finanças de Guarulhos/SP, Andre Felipe Soares; do secretário de Finanças de Santo André/SP, Antônio Carlos Granado; do secretário de Finanças de Mauá/SP, Eduardo Pacheco; do secretário de Finanças de Campinas/SP, Gustavo Zucato; do secretário de Fi-

nanças de Guarujá/SP, Armando Palmieri; do assessor jurídico da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), Ricardo Almeida; se-

cretário municipal de Negócios Jurídicos de São Paulo/SP, Robson Barreirinha e do secretário executivo da FNP, Gilberto Perre □



Contagem ganha na justiça direito de pagar dívidas com a União de acordo com decisão vitoriosa da FNP

Depois da conquista da FNP, no dia 29 de janeiro, em que a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, deferiu parcialmente a ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental em favor dos municípios, o município de Contagem/MG celebrou vitória judicial de acordo com decisão da ministra.

O juiz federal Marcelo Dolzany da Costa deferiu medida liminar favorável para que o município utilizasse os novos índices recalculados a partir da Lei Complementar 148/2015, para o pagamento das parcelas da

dívida do município com a União.

Segundo parecer do juiz, a medida determinava ao Gerente de Setor Público do Banco do Brasil S/A (impetrado na ação) “a emissão do termo de convalidação de dívida e posterior encaminhamento de toda a documentação à Secretaria do Tesouro Nacional, cabendo a esta, a assinatura do Termo Aditivo de Refinanciamento com a data de 29/01/2016, assegurado ao município de Contagem o pagamento da parcela de financiamento com os descontos devidos mediante a aplicação dos índices da Lei Com-

plementar 148/2015”.

A partir da decisão da ministra Cármen Lúcia, os municípios não precisam mais de autorização das Câmaras de Vereadores para celebrar os aditamentos dos contratos com a União. A regra foi estipulada no Decreto da União nº 8.616, do dia 29 de dezembro de 2015. Outro item determinado na decisão do STF é a suspensão da necessidade de que os municípios retirem as ações judiciais que eventualmente já estão impetradas contra a União para que os aditamentos sejam firmados □



FNP busca entendimento com o Governo para entaves na renegociação das dívidas dos municípios com a União

Com o objetivo de desentrelavar a renegociação de dívidas dos municípios com a União, os prefeitos de São Bernardo do Campo/SP, Luiz Marinho, secretário-geral da FNP e do Guarujá/SP, Maria Antonieta, vice-presidente de Finanças Públicas participaram, na manhã do dia 3 de fevereiro, de uma audiência com o ministro da secretaria de Governo, Ricardo Berzoini. O encontro, realizado no Palácio do Planalto, em Brasília, contou ainda com a participação do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, do secretário-executivo do ministério da Fazenda, Dyogo Henrique Oliveira, o assessor da Subchefia de Assuntos Federativos (SAF), Gilmar Dominici, o secretário de Relações Internacionais e Federativas de

São Paulo/SP, Vicente Trevas, representado o prefeito Fernando Haddad, e o secretário de Finanças de Santo André/SP, Antônio Carlos Granado, representando o prefeito Carlos Grana.

Sensibilizado, o governo adotou uma postura que agradou aos prefeitos. “Foi uma boa reunião. Eles se comprometeram a construir um entendimento a partir da liminar do STF. O advogado-geral da União se comprometeu a analisar a situação e, no mesmo dia, dialogar com a presidente Dilma, no sentido de dar uma solução definitiva, sem a necessidade de novas aventuras pelo Parlamento ou de os municípios terem que ingressar com outra ação na justiça”, explicou o prefeito Luiz Marinho.

Para a prefeita Maria Antonieta, os argumentos apresentados reiteraram e convenceram os representantes do governo da necessidade de se buscar alternativas que não mais sejam atravancadas por processos burocráticos. “A sensibilidade do ministro e do advogado-geral da União e do ministério da Fazenda nos demonstrou hoje que eles vão refletir o que dialogamos e vão procurar, junto com a presidente Dilma, um caminho que seja bom pra todos. É uma grande atitude do governo federal permitir que a gente consiga ter um indexador que torne a dívida mais justa, porque hoje é como se estivéssemos enxugando gelo. É um pleito justo que vai beneficiar 180 municípios”, destacou a prefeita □

Renan Calheiros se compromete a trabalhar pela aprovação da PEC dos Precatórios



No dia 3 de fevereiro, dirigentes da FNP estiveram reunidos com o presidente do Senado Federal para pedir celeridade na tramitação da PEC na Casa. Em audiência, o presidente do Senado, Renan Calheiros, declarou apoio e mostrou-se sensível a celeridade na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 159/2015 (PEC dos Precatórios). A reunião foi realizada a partir da articulação institucional da entidade, que tem trabalhado

ao longo de anos na discussão de alternativas para o pagamento de precatórios.

“Segundo o presidente, nós podemos contar com seu apoio não apenas na questão da PEC dos precatórios, mas em todas as agendas que o movimento municipalista, por meio da FNP, trouxe a ele”, contou a prefeita de Guarujá/SP, Maria Antonieta de Brito, vice-presidente de Finanças Públicas da FNP.

O secretário de Relações Internacionais e

Federativas de São Paulo/SP, Vicente Trevas, representou o prefeito da capital paulista, Fernando Haddad, 1º vice-presidente da FNP, na reunião. Trevas disse que Calheiros definiu a pauta como suprapartidária e que iria trabalhar para “facilitar esse encaminhamento parlamentar”.

“Nossa expectativa é que a PEC dos precatórios seja aprovada o mais rápido possível”, concluiu prefeito de São Bernardo do Campo/SP, Luiz Marinho, Secretário-Geral da FNP.

Representando o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, esteve o procurador geral do município, Rúsvel Beltrame, presidente do Fórum de Procuradores Gerais das Capitais. O secretário de Finanças de Santo André/SP, Antonio Carlos Granado, também participou da reunião, representando o prefeito Carlos Grana, suplente do Conselho Fiscal da FNP □

União altera decreto da renegociação de dívidas dos municípios

Depois da mobilização da FNP, o governo federal editou novo decreto alterando a regulamentação da renegociação de dívidas dos municípios com a União. O Decreto nº 8.665/2016, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U) do dia 11 de fevereiro, revogou o inciso IV, do parágrafo 1º, do artigo 2º do Decreto nº 8.616/2015, confirmando o entendimento da FNP de que os aditamentos que seriam assinados não configuravam novas operações de crédito.

A decisão do governo federal de revogar itens publicados no Decreto an-

terior foi tomada depois da deliberação provisória da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), em ação ajuizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Popular Socialista (PPS), a partir de pedido da FNP e da mobilização dos prefeitos em encontros com ministros no dia 3 de fevereiro.

De acordo com o prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da FNP, o novo decreto representa um marco no tema. “Conseguimos, com articulação e mobilização dos prefeitos e secretários, a solução para

esse impasse das dívidas dos municípios”, disse.

O novo texto ainda excluiu a obrigatoriedade de autorização legislativa, revogou o item que determinava a retirada prévia de eventuais processos judiciais sobre o tema e desobrigou o cumprimento das regras estipuladas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e pela Resolução 43/2001, do Senado Federal, para operações de crédito, itens detalhados no Manual para Instrução de Pleitos (MIP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) □

Senado aprova em segundo turno PEC que proíbe imposição de despesa sem identificar fonte de receita

Por unanimidade, o Senado aprovou, no dia 17 de fevereiro, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 128/2015, que impede a União de criar despesas para estados e municípios sem fonte de receita ou previsão de repasses financeiros por parte do governo federal. A proposta voltou para novo exame da Câmara dos Deputados, por ter sido emendada.

A aprovação da PEC configurou mais uma vitória para a FNP e para o municipalismo brasileiro, uma vez que condicionou a

entrada em vigor de novas despesas aprovadas pelo Congresso Nacional à indicação clara e precisa das respectivas fontes de receitas.

Conforme declaração do presidente do Senado, Renan Calheiros, a PEC é a “nova Lei de Responsabilidade Fiscal”. “Nós assumimos com os líderes o compromisso de que hoje nós concluiríamos a votação da matéria, para que tenhamos rapidamente no Brasil essa regra que, como todos sabem, é uma nova Lei de Responsabilidade

Fiscal”, afirmou.

A matéria foi aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, no dia 2 de setembro, com 379 votos a favor e 47 contra. “Essa é uma das maiores preocupações no dia a dia dos municípios, principalmente agora no momento de restrições de receitas. Os municípios não têm mais condições, já estão com seu custeio no limite”, destacou o prefeito de Belo Horizonte/MG e presidente da FNP, Marcio Lacerda □



TCU suspende novamente processo que trata do edital para abertura de cursos de medicina

Preocupação dos prefeitos brasileiros e pauta da FNP, o edital nº 06/2014, do Ministério da Educação para a seleção de cursos de medicina em 39 municípios, permaneceu suspenso, depois do pedido de vistas do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, no dia 17 de fevereiro.

Na ocasião, a ministra Ana Arraes, relatora do processo nº 022.106/2015-4, manteve o mesmo posicionamento pela anulação do edital que, na sua avaliação, apresentava falhas de difícil retificação. No entanto, a votação foi suspensa pelo pedido de vistas de Vital do Rêgo, que, ao lado dos ministros Bruno Dantas e Augusto Nardes, manifestou-se, sem proferir voto, preocupado com as consequências da possível anulação.

Articulação institucional

No dia 1º de dezembro de 2015, prefeitos

da FNP estiveram em audiência com a ministra Ana Arraes para solicitar celeridade no processo.

Na ocasião, a ministra Ana Arraes destacou a importância da qualidade dos médicos que serão formados nesses novos cursos. Para ela é importante que as faculdades sejam boas e formem bons médicos e que esses possam atuar diretamente em suas cidades, permitindo uma abordagem mais próxima, motivada pelos traços culturais característicos de cada um dos municípios. “Tenho a maior motivação em contribuir para a saúde pública no país”, afirmou a ministra, durante a audiência.

Apoio

Os prefeitos de São Bernardo do Campo/SP e secretário-geral da entidade, Luiz Marinho, de Araçatuba/SP, Cido Sérgio,

vice-presidente de Reforma Tributária; de Araras/SP, Nelson Dimas Brambilla; de Rio Claro/SP, Du Altimari; e o vice-prefeito de Limeira/SP, Antonio Carlos Lima, participaram de uma audiência com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, para falar justamente do edital sobre instalação de cursos de medicina, lançado pelo Ministério da Educação.

“O lobby de instituições contra esse edital é muito forte, pedindo a sua anulação. Estive pessoalmente conversando com a ministra Ana Arraes, do TCU, tratando dessa questão dos cursos de medicina e voltei esperançoso do resultado positivo e andamento do processo. Estou apoiando vocês prefeitos, que pedem a celeridade, e proponho o aprimoramento dos próximos editais”, ressaltou o ministro □

Prefeitos pedem celeridade na abertura de novas vagas em cursos de medicina

Mobilizados pela FNP às vésperas da votação no Tribunal de Contas da União (TCU) do processo sobre o edital que trata da abertura de novos cursos de medicina em 39 municípios brasileiros, prefeitos estiveram reunidos, no dia 23 de fevereiro, com a ministra Ana Arraes e o ministro Vital do Rêgo Filho, para pedir celeridade na votação do processo. O objetivo das reuniões, realizadas na sede do TCU, em Brasília/DF, foi de buscar alternativas para que o edital, publicado em 2014, não fosse anulado.

Os prefeitos de Três Rios/RJ, Vinicius Farah, vice-presidente de Desenvolvimento Econômico da FNP, de Araras/SP, Nelson Brambilla e o vice-prefeito de Araçatuba/SP, Carlos Hernandez, em reunião com o ministro Vital do Rêgo, que pediu vistas do processo durante audiência do TCU, no dia 17 de fevereiro, falaram da preocupação com o impacto nas cidades caso seja decidido pela anulação do edital.

De acordo com o ministro, a matéria será motivo de um intenso debate no Tribunal. “Faremos a análise técnica dos pontos do processo para apresentar durante a pauta. Precisamos olhar para esta matéria pela importância que ela tem para o país”, afirmou Vital do Rêgo.

Com a ministra Ana Arraes, relatora



do processo, participaram da reunião os prefeitos de Cachoeiro de Itapemirim/ES, Carlos Roberto Castiglione e de Cubatão/SP, Marcia Rosa. “Esse edital é um sonho. Faz parte da segunda etapa do Programa Mais Médicos e corre o risco de sofrer com uma desassistência até o período de formação de novos profissionais”, afirmou Castiglione.

Na oportunidade, a prefeita Márcia Rosa, destacou a importância da pauta para os municípios brasileiros. “A questão vai além da formação de médicos. Com o atraso para iniciar o curso, alguns municípios estão enfrentando também a deban-

dada de investimento”, afirmou.

A relatora do processo, ministra Ana Arraes, prometeu celeridade para devolver o tema ao plenário do tribunal. A comitiva de prefeitos também foi recebida no gabinete do ministro-substituto Augusto Sherman e pela chefe de gabinete, Cândida Lúcia Rebouças, que se comprometeu a levar a demanda ao ministro.

O prefeito de Rio Claro/SP, Du Altimari, sintetizou a importância das audiências articuladas pela FNP. “Esses encontros foram muito importantes. Foi uma oportunidade de apresentarmos o lado humano da questão”, disse □



FNP propõe alternativa para o barateamento das tarifas do transporte coletivo



Como uma alternativa para o problema federativo do financiamento do transporte coletivo urbano, a FNP propôs, no dia 1º de março, durante audiência pública na Câmara dos Deputados, a instituição de uma Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (Cide) Municipal, por meio de alterações na Proposta de Emenda à Constituição

(PEC) 159/2007. Pela proposta, a partir de uma aprovação do Congresso Nacional, municípios e o Distrito Federal poderiam instituir uma contribuição sobre os combustíveis, autorizada previamente pelos legislativos municipais, para o custeio da tarifa de transporte público coletivo urbano, intermunicipal, interestadual e internacional de caráter urbano.

Participaram da audiência, promovida pela Comissão para discutir destinação de recursos da Cide (PEC 159/07), o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP; secretário de Transportes de São Paulo/SP, Jilmar Tatto, representando o prefeito Fernando Haddad, 1º vice-presidente da FNP; e a prefeita de Cardeal da Silva/BA, Maria Quitéria Mendes de Jesus, representando a Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Segundo o prefeito Marcio Lacerda, o transporte público no país enfrenta um problema estrutural de financiamento. “Temos, paradoxalmente uma tendência de barateamento do custo do transporte individual. Isso vem provocando um aumento explosivo da frota de automóveis e motocicletas, pois boa parte das pessoas abandonam o transporte coletivo e optam pelo individual, que se tornou mais competitivo”, explicou, detalhando a proposta de subsídio cruzado □

Anastasia apoia rapidez na tramitação da PEC dos Precatórios

No dia 1º de março, dirigentes da FNP participaram de audiência com o senador Antonio Anastasia/MG para tratar da celeridade na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 159/2015 (PEC dos Precatórios). O encontro, que ocorreu no Senado Federal, teve o objetivo de buscar celeridade na tramitação da PEC já aprovada em segundo turno na Câmara dos Deputados e que tramita na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Os prefeitos de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP e do Guarujá/SP, Maria Antonieta de Brito, vice-presidente de Finanças Públicas, apresentaram ao senador relator da PEC, pedido para que a matéria fosse aprovada o mais breve possível no Senado. A

possibilidade dos sequestros de valores sobre as contas municipais preocupa os prefeitos.

O senador e relator do projeto, solicitou parecer técnico favorável ao texto. Para ele, o projeto é complexo e por isso há necessidade de um parecer. “Mas de minha parte estou de acordo, colaboro no mesmo sentido e serei um soldado dos prefeitos nessa linha”, afirmou Anastasia.

No mesmo dia, a prefeita visitou os gabinetes dos senadores José Serra/SP, Valdir



Raupp/SC) e José Maranhão/PB com a mesma proposta de celeridade para o pleito. “Houve bastante receptividade nesses gabinetes e dialogamos bastante. Há um interesse grande de apoio aos municípios”, disse □

FNP solicita ingressar como *amicus curiae* em processo sobre cursos de medicina

Para tratar da liberação do edital de instituição de novos cursos de medicina em 39 cidades, a FNP esteve novamente reunida com a ministra Ana Arraes, do Tribunal de Contas da União (TCU). No dia 1º, o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, entregou documento solicitando que a entidade ingressasse como *amicus curiae* na matéria, devido ao envol-

vimento e apoio ao programa Mais Médicos para o Brasil. Com os novos cursos serão abertas 2.290 novas vagas em 11 estados.

Na audiência, a ministra Ana Arraes, relatora do processo, se mostrou favorável ao pedido de que a FNP possa ter o direito de apresentar ao Tribunal considerações sobre o tema. “A FNP tem legitimidade e vai poder contribuir no debate como *amicus*

curiae”, destacou.

Amicus curiae

Trata-se de alguém que, mesmo sem ser parte, em razão de sua representatividade, pode intervir em processo relevante com o objetivo de apresentar ao Tribunal a sua opinião sobre o debate que está sendo travado □

Presidente Dilma Rousseff pede apoio dos prefeitos para a reinstauração da CPMF



Durante a primeira reunião do Comitê de Articulação Federativa (CAF) de 2016, a presidente Dilma Rousseff pediu apoio aos prefeitos brasileiros para a reinstauração da Contribuição Provisória de Movimentação Financeira (CPMF) pelo período de quatro anos. A audiência, que contou com a participação de cinco integrantes da FNP e representantes de outras entidades municipalistas, foi realizada no dia 4 de março, em Brasília/DF.

Outros assuntos

Apesar de a CPMF ter norteado as discussões da reunião, a presidente Dilma Rousseff também pediu apoio dos prefeitos, no Congresso Nacional, pela manutenção dos vetos na Lei da Repatriação, que instituiu o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT).

A lei, sancionada em janeiro e que prevê a repatriação de dinheiro mantido por brasileiros no exterior e não declarado à Receita Federal, também foi amplamente discutida. Segundo a presidente, a lei é uma das prioridades do Executivo para tentar equilibrar as finanças públicas e que envolve o pagamento de imposto e multa para regularizar os recursos advindos do exterior.

Para o presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, a guerra fiscal entre os estados e a complexidade na legislação tributária contribuem para inibir investimentos no país.

Sobre operações de créditos internacionais, também na pauta da reunião, o prefeito Arthur Virgílio afirmou que “isso é um grande desafio para prefeitos e governadores

que tiverem qualificados para receber esses empréstimos”, explicou.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira, disse que o governo federal deve identificar projetos de estados e municípios para a liberação dos empréstimos internacionais. Os prefeitos da FNP manifestaram inconformidade com a declaração, pois precisam desses recursos para custear importantes obras de infraestrutura.

Além de Arthur Virgílio, a primeira reunião do CAF deste ano contou com a participação dos prefeitos de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP; de Porto Alegre/RS, José Fortunati, vice-presidente de Relações Institucionais; de São Bernardo do Campo/SP, Luiz Marinho, Secretário-geral; e de Maceió/AL, Rui Palmeira, vice-presidente estadual Alagoas.

Articulação institucional - Histórico

No segundo semestre de 2015, a FNP promoveu diversas agendas com prefeitos e representantes do Congresso Nacional e governo federal sobre operações de crédito internacional. Entre os encontros, esteve com o secretário adjunto da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Carlos Lampert, (10 de novembro); com o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini (4 de novembro); com o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, (1º de setembro); e com o então ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, (13 de agosto). Além das audiências, a FNP contribuiu com uma importante vitória

para os municípios, com a aprovação da Comissão de Financiamentos Externos (Co-flex), no dia 15 de dezembro de 2015, de 14 projetos de financiamentos externos para estados e municípios.

A retenção do Imposto de Renda pelos municípios foi outro tema discutido no CAF. O assunto esteve na pauta devido à Solução de Consulta emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB), em 2015, que orienta os municípios a repassar à Secretaria da RFB os valores incidentes sobre rendimentos pagos a pessoas jurídicas, decorrentes de contratos de fornecimento de bens e ou de serviços.

Durante a reunião, Lacerda defendeu o retorno do procedimento de retenção anterior à edição da referida Solução de Consulta, em que os municípios tinham o direito de apropriação da fonte retida, a qual era incorporada ao patrimônio do município.

Após alteração do decreto de regulamentação da repactuação de dívidas de 180 municípios com a União, confirmando o entendimento da FNP de que os aditamentos realizados sobre a renegociação não configuram novas operações de crédito, o prefeito Marcio Lacerda, presidente da FNP, voltou a tratar do assunto durante a reunião. O presidente da FNP reivindicou que o governo federal realize o ressarcimento aos cofres dos municípios que apresentam saldo credores após a renegociação de suas dívidas. A presidente Dilma Rousseff afirmou que com a assinatura dos termos aditivos, o governo devolveria os créditos devidos aos municípios que estiverem nesse tipo de situação □

Precatórios: prefeitos relatam situação delicada das finanças municipais ao presidente do TJ-SP

Dando continuidade à pauta do pagamento de precatórios, integrantes da FNP solicitaram ao desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), que considerasse a situação das finanças dos municípios nos julgamentos e nas determinações sobre o tema. A audiência aconteceu no dia 8 de março, no Palácio da Justiça, em São Paulo/SP.

Na ocasião, os prefeitos pediram que o TJ-SP aceitasse o pagamento dos precatórios com os mesmos percentuais da Receita Corrente Líquida (RCL) aplicados no ano passado. Os prefeitos defenderam que o Tribunal aplicasse o critério até que a Proposta de Emenda à Constituição nº 159/2015 (PEC dos Precatórios) seja aprovada no Congresso Nacional. A Emenda

disciplinaria um regime mais sustentável para o pagamento dos precatórios e permitiria que as prefeituras realizassem operações de crédito para financiar esses pagamentos.

Em resposta, o presidente do TJ-SP recomendou aos prefeitos que orientem os demais municípios a encaminharem ofício ao Tribunal de Justiça, indicando um percentual da RCL para o pagamento dos precatórios adequado à situação financeira do município, fundamentando a aplicação do percentual indicado e quais as implicações da cobrança dos percentuais estipulados atualmente.



Além da prefeita Maria Antonieta, a FNP esteve representada pelos prefeitos de São Bernardo do Campo/SP, Luiz Marinho, secretário-geral da FNP; de Guarulhos/SP, Sebastião Almeida, vice-presidente Estadual São Paulo; e de Santo André/SP, Carlos Grana, membro do Conselho Fiscal □

FNP pede apoio a parlamentares para abertura de novas vagas para cursos de medicina

Dirigentes da FNP encaminharam, no dia 14 de março, ofício destinado a deputados e senadores, pedindo apoio para o prosseguimento à instalação de novos cursos de medicina no Brasil, previsto

em edital. O processo nº 022.106/2015-4, referente à abertura de 2.290 vagas em 39 municípios, aguardava deliberação do Tribunal de Contas da União (TCU) há cinco meses.

O edital é parte do segundo eixo do programa “Mais Médicos para o Brasil” e já estava em fase de seleção e classificação das propostas de instituições quando foi suspenso pelo TCU em outubro de 2015 □

Presidente da FNP reúne lideranças de fóruns de secretários para preparar Reunião Geral do RJ



Prefeitos e prefeitas de todo o país estão preocupados com o fechamento de contas neste ano de encerramento dos mandatos. Para debater e alinhar propostas que respondam aos desafios que caracterizam este período, agravados ainda mais pelo atual contexto de crise econômica, o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, esteve reunido com procuradores gerais e secretários municipais de finanças e de administração de diversas cidades brasileiras. O encontro, realizado na capital mineira, no

dia 15 de março, foi uma preparação para a 69ª Reunião Geral da FNP.

A busca por alternativas que promovam segurança jurídica para as ações administrativas em períodos de crise prolongada, como o que o país atravessa, foi o ponto central do debate técnico. “É fundamental que tenhamos secretários e procuradores debatendo e propondo encaminhamentos para esses temas de forma articulada, porque poderemos avançar em propostas efetivas dos municípios”, afirmou Lacerda.

Participaram da reunião técnica, além de Lacerda, o presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), Jurandir Gurgel; Rusvel Beltrame, procurador-geral de BH, presidente do Fórum de Procuradores Gerais das Capitais Brasileiras; os secretários de Finanças de BH, Pedro Meneghetti; de Planejamento, Orçamento e Informação de BH, Thiago Greco e o secretário adjunto, Bruno Passeli; a contadora geral da capital mineira, Lucy Fátima Freitas. Por Porto Alegre/RS, participou o secretário adjunto de Fazenda, Eroni Numer. Também estiveram presentes Roberto Wagner, presidente do Fórum Nacional de Secretários de Administração das Capitais (FONAC), secretário de administração de João Pessoa/PB; Rogério Ceron de Oliveira, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo/SP; Flávia Teixeira, coordenadora do Tesouro Municipal de Fortaleza/CE; André Macedo, assessor da ABRASF □

FNP defende previsão legal da entrada forçada de combate ao *Aedes aegypti* durante audiência pública

Com objetivo de debater as ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, a FNP participou, no dia 22 de março, de audiência pública sobre a Medida Provisória (MP) nº 712/2016. A medida, que tem como principal novidade autorizar a entrada forçada de agentes de saúde em imóveis públicos ou particulares em situação de abandono ou ausência de pessoa, foi discutida em audiência mista no Senado Federal, com a presença do relator da MP, deputado Newton Cardoso Jr e do senador Paulo Bauer, presidente da comissão mista de análise da medida.

Na audiência, a FNP foi representada pela prefeita de Valparaíso de Goiás/GO e vice-presidente de Vigilância Sanitária da entidade, Lucimar Nascimento. A prefeita defendeu a inclusão do item da MP 712, que trata da autorização da entrada forçada, ao Projeto de Lei nº 1861/15, já em tramitação no Congresso Nacional, que cria a Política Na-



cional de Combate à Dengue, a Chikungunya e à febre Zika. “O debate é fundamental para garantir previsão legal para a possibilidade de entrada forçada para combater focos do mosquito, tanto na MP 712 quanto no PL 1861. Precisamos avançar em nível de legislação para que possamos ganhar força no combate ao *Aedes aegypti*”, destacou.

Além da FNP, também foram convidados para participar da discussão representantes da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e da Federação Nacional dos Agentes de Saúde e Endemias, entre outros □

FNP lança, no Rio de Janeiro, 11ª edição do anuário Multi Cidades

Mais de 150 pessoas participaram no início da tarde do dia 23 de março, do lançamento da 11ª edição do anuário Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil. A cerimônia, que fez parte da programação da 69ª Reunião Geral da FNP, foi realizada durante um almoço na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRio), com a participação do prefeito anfi-



trião e vice-presidente da FNP, Eduardo Paes.

Na abertura, o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, falou da importância da publicação como instrumento de aprimoramento da gestão pública. “O Anuário Multi Cidades é uma importante fonte de consulta das receitas municipais”, disse □

Projeto Rio 2016: Olimpíadas de Direitos da Criança e Adolescente é lançado no Rio de Janeiro



do projeto Rio 2016: Olimpíadas dos Direitos da Criança e do Adolescente, no auditório do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro/RJ.

Na ocasião, foi assinado um protocolo de intenções entre a FNP e o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e Direitos Humanos com o objetivo de convergir ações das entidades

de proteção à criança e ao adolescente no âmbito do projeto Rio 2016. O documento foi assinado pelo titular da Secretaria de Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

do ministério, Rodrigo Torres, pelo prefeito de Belo Horizonte/MG e presidente da FNP, Marcio Lacerda, pelo vice-prefeito do Rio de Janeiro e secretário de Desenvolvimento Social do estado, Adilson Pires, e pelo ministro conselheiro da delegação da União Europeia no Brasil, Thierry Dudermeil.

O presidente da FNP, Marcio Lacerda, ressaltou a importância desse diálogo com todas as organizações envolvidas na tarefa de proteger crianças e adolescentes. “Esse projeto é um belo exemplo que reforça a nossa missão e nossa capacidade de articulação para eliminar a paralisia existente na solução de problemas”, ressaltou □

Crise econômica dá o tom dos debates da 69ª Reunião Geral



Alternativas para enfrentar a crise econômica e política que o Brasil atravessa, permearam os temas debatidos na Plenária Deliberativa de Prefeitos, no dia 24 de março, no Rio de Janeiro/RJ. Mais de 70 prefeitos participaram do encontro, que compõe a programação da 69ª Reunião Geral da FNP, com início no dia 23, no Rio de Janeiro/RJ. Na ocasião, o grupo deliberou pela redação da Carta dos Prefeitos em Defesa do Diálogo Nacional, que propõe o avanço no diálogo federativo, para superar a crise no país.

Para a construção do documento, prefeitos debateram temas conjunturais e estruturantes para o federalismo brasileiro. Além de prefeitos e seus assessores, na Plenária Deliberativa, o ministro da Saúde, Marcelo Castro, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira, contribuíram com os debates. Representantes de Fóruns, Conselhos e Associações também participaram dos debates.

O subfinanciamento da saúde pública

Temática constante no debate municipalista, o investimento em saúde pública no Brasil, por parte dos municípios, evidencia um problema de custeio. De acordo com dados do anuário Multi Cidades, em 2014 os municípios aplicaram, em média, 22,9% de suas receitas na área.

O ministro da Saúde, Marcelo Castro, afirmou que é “notório que há subfinanciamento da saúde pública brasileira nos três níveis de governo” e reconheceu que é muito oneroso o custo para os municípios. “Aprovar a CPMF no momento político e econômico que estamos vivendo é muito difícil, mas acho que cabe a mim, como ministro, poder dizer que a saúde pública brasileira é subfinanciada e que nós precisamos de mais recursos para a União, estados e municípios”, falou.

Estratégias para o financiamento do sistema de transporte coletivo urbano e barateamento da tarifa

“A discussão do financiamento e do custeio do transporte coletivo são o primeiro passo concreto que da consequência à disposição constitucional que trata o transporte como um direito social. Dentro desse contexto surge a proposta da Cide Municipal, que vem como uma alternativa de solução”, falou o presidente da Urbanização de Curitiba (URBS) e presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana, Roberto Gregório da Silva Junior.

Segundo o secretário de Transportes de São Paulo/SP, Jilmar Tatto, a Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (Cide) Municipal sobre os combustíveis subsidiaria parte do custo das tarifas de transporte coletivo.

O prefeito de Pelotas/RS, Eduardo Leite, vice-presidente de Juventude da FNP, levantou a questão de que as facilidades para o transporte individual afetam diretamente a saúde pública, que fica sobrecarregada com problemas advindos do trânsito. “De certa forma, este recurso arrecadado poderia ser utilizado legitimamente para subsidiar ações na área da saúde”, disse.

A proposta da Cide Municipal foi apresentada pela FNP, no dia 1º de março, em audiência pública na Câmara dos Deputados.

O fechamento das contas de 2016: o cumprimento da LRF em contexto de crise econômica

Segundo o presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Sebastião Helvécio de Castro, a atual conjuntura econômica é um momento para a reunião de lideranças municipalistas e do controle para enfrentarmos os desafios quanto ao cumprimento da Lei de Res-

pensabilidade Fiscal (LRF). “A ideia é que nós possamos criar, no municipalismo brasileiro, uma ferramenta que se possa analisar a gestão em um sentido mais amplo”, falou.

O presidente do Tribunal de Contas de MG afirmou os tribunais de conta são avaliadores de políticas públicas, não formuladores. “Quem formula políticas públicas é o eleito. Nós, dos tribunais podemos ser extremamente úteis ao gestor nessa avaliação de políticas públicas”, completou.

Também participaram desta mesa, o secretário de Finanças de Fortaleza/CE e presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), Jurandir Gurgel; o secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo/SP, Rogério Geron de Oliveira, e o secretário de Tributação do Rio Grande do Norte e Coordenador dos Secretários no CONFAZ e presidente do CONSEFAZ, André Horta Melo.

Novas alternativas para combater o Aedes aegypti e os reflexos da epidemia de microcefalia para a saúde pública

Diante do grave crescimento dos casos de doenças como Dengue, Chikungunya e Zika registrados no Brasil e em outros países, bem como das sequelas associadas a essas doenças, prefeitos brasileiros manifestaram preocupação para seu combate.

Conforme dados apresentados aos prefeitos pelo ministro da Saúde, Marcelo Castro, já são 6671 casos suspeitos notificados de microcefalia no Brasil. “Antes, tínhamos, em média, 150 casos por ano. Estamos com um grande problema de saúde pública e emergência internacional para resolver. Estamos vivendo uma epidemia de microcefalia no país”.

Segundo Castro, o governo federal disponibilizou R\$ 650 milhões para serem inves-

tidos em vacinas, tratamentos, diagnósticos e controle do *Aedes Aegypti*. “Temos várias parcerias com entidades mundiais para o desenvolvimento desses estudos. Estamos otimistas e esperamos que possamos ter resultado em tempo muito curto”, afirmou.



Encerramento da Plenária

No encerramento da plenária, prefeitos elencaram uma série de demandas para a discussão com o ministério da Fazenda. Entre eles, a interpretação da receita sobre imposto

de renda retido na fonte, retenções tributárias envolvendo o Imposto Sobre Serviço (ISS), informação das administradoras de cartões de crédito e débito em posse da Receita Federal, classificação dos depósitos judiciais pela Secretaria do Tesouro Nacional, liberação de operações de crédito internacional, ajustes na LRF e a dívida dos municípios com o INSS.

Olimpíadas Rio 2016

“Aqui vocês têm um prefeito que vai fazer todos os esforços do mundo para orgulhá-los nessa entrega olímpica”. A frase foi dita no dia 23 de março, pelo prefeito do Rio de Janeiro/RJ, Eduardo Paes, vice-presidente de Relações com o Congresso Nacional da FNP. Paes falou, durante a 69ª Reunião Geral, para mais de 150 pessoas, entre gestores e prefeitos municipais, sobre o planejamento da capital fluminense para sediar as Olimpíadas 2016.

Segundo Paes, as características que pode-

riam inviabilizar o Rio de Janeiro na disputa pelos jogos, foram o que, na verdade, tornaram a cidade vencedora da disputa, em 2009. “Aquilo que era nosso grande problema, na verdade transformamos em um ativo para vencer as Olimpíadas”, disse Paes. “Nós vimos esse evento como uma oportunidade de transformação, construindo um legado, promovendo mudanças”, completou. Para o prefeito do Rio de Janeiro, as Olimpíadas assim como a Copa do Mundo, têm uma função geopolítica.

A palestra do prefeito Eduardo Paes ocorreu durante o almoço de lançamento do anuário Munti Cidades – Finanças dos Municípios – Ano 11.

Coordenação política do IV EMDS

Além do debate das mais importantes pautas municipalistas, a Plenária Deliberativa de Prefeitos, realizada no dia 24 de março, durante a 69ª Reunião Geral da FNP, no Rio de Janeiro/RJ, marcou também a eleição da coordenação política do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) □

CCJ aprova novas regras para pagamento de precatórios para estados e municípios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal aprovou, no dia 30 de março, novas regras para o pagamento de precatórios para estados e municípios após condenação judicial definitiva, configurando mais uma conquista do municipalismo brasileiro e da FNP.

Aprovada pela Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 159/2015 prevê que os precatórios a cargo de estados, do Distrito Federal e de municípios, pendentes até 25 de março de 2015 e aqueles a vencer até 31 de dezembro de 2020, poderão ser pagos até 2020 dentro de um regime

especial que permite o aporte de recursos limitados a 1/12 da receita corrente líquida.

O relator da PEC, senador Antonio Anastasia/MG, deu parecer favorável à proposta, que seguirá para deliberação do Plenário em dois turnos de votação. Anastasia observou que o artigo 100 da Constituição, que regula o sistema de precatórios, é o dispositivo mais emendado de todo o texto constitucional. “Essa evidência mostra, até agora, a insuficiência dos esforços legislativos para erigir um sistema praticável, equilibrado e eficaz para o tratamento dos problemas que assombram o modelo constitucionalizado

de pagamento de débitos judiciais por entes federativos”, acrescentou o relator em seu parecer.

Duas semanas antes desta votação na CCJ, assessores políticos da FNP foram aos gabinetes de alguns senadores buscando apoio na aprovação imediata e sem emendas do texto. Senadores como Antonio Anastasia/MG; Antonio Carlos Valadares/SE; Benedito Lira/AL; Eduardo Amorim/SE; Paulo Rocha/PA; José Medeiros/MT; José Pimentel/CE; Cássio Cunha Lima/PB e Hélio José/DF receberam os representantes da entidade □

Consórcio Mulheres das Gerais é o primeiro a se filiar à FNP

O Consórcio Regional de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais (Mulheres das Gerais) foi o primeiro consórcio a oficializar a sua filiação à FNP, no dia 17 de março. O consórcio é formado por oito municípios da região metropolitana de Belo Horizonte/MG (Belo Horizonte, Betim, Contagem, Sabará, Lagoa Santa, Itabira, Ribeirão das Neves e Nova Lima) e surgiu de um convênio com a Universidade da Colúmbia Britânica, de Vancouver, no Canadá.

A filiação de consórcios públicos à FNP foi aprovada pelos prefeitos da Diretoria durante a 67ª Reunião Geral da entidade realizada em abril de 2015. O entendimento dos prefeitos é de que é preciso realizar o mesmo trabalho de articulação, mobilização e defesa coletiva das prerrogativas federativas, já empreendidos pela FNP, junto aos municípios com os consórcios públicos.

O objetivo de abrigar os consórcios públicos entre os associados da FNP é o de for-

talear a agenda do consorciamento público no municipalismo brasileiro, aprimorando a governança federativa do país.

Os consórcios filiados passam a participar da rede de gestores de consórcios públicos; contar com o suporte técnico e institucional do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo; participar com direito a voto nas deliberações da FNP e poder propor e encaminhar pautas a serem apreciadas nas Reuniões Gerais da FNP □



Municípios planejam judicializar mudança de regra no Imposto de Renda retido na fonte



Após reunião técnica com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira, no dia 5 de abril, 2015, municípios projetam judicializar a questão da retenção do imposto de renda de pessoas jurídicas. A audiência foi resultado dos encaminhamentos da 69ª Reunião Geral

da FNP, em março deste ano, quando prefeitos e prefeitas indicaram essa possibilidade sobre o tema.

Segundo o procurador-geral de Belo Horizonte/MG, Rúsvel Beltrame, presidente do Fórum Nacional de Procuradores -Gerais das Capitais Brasileiras, isso caracteriza uma

queda de receita imediata e, mesmo assim, não houve entendimento durante a reunião. “Vamos ter que levar essa demanda para o judiciário arbitrar, porque não teve acordo”, disse.

De acordo com levantamento preliminar feito pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), São Paulo/SP e Curitiba/PR devem ser as capitais mais afetadas com redução da arrecadação do imposto, em 2016, com quedas da ordem de R\$ 274 milhões e R\$ 33 milhões, respectivamente.

Ainda na reunião, os representantes municipais solicitaram esclarecimento de interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Beltrame explicou que, no entendimento dos municípios, a expressão da LRF “contrair obrigação de despesa” precisa ser regulamentada □

Representantes da FNP defendem no Senado o uso de depósitos judiciais para pagamento de precatórios



Procuradores de capitais e gestores jurídicos municipais representaram a FNP, no dia 6 de abril, em uma extensa agenda de audiências no Senado Federal sobre o uso dos recursos de depósitos judiciais de terceiros para o pagamento de precatórios.

Para o grupo, a alternativa de fonte de financiamento para a liquidação das dívidas, que está prevista na Proposta de

Emenda à Constituição (PEC) 159/2015, não é inconstitucional e configura um caminho viável para o fim da insegurança jurídica. A comitiva organizada pela FNP esteve reunida com os senadores Carlos Valadares e Lídice da Mata, Cássio Cunha Lima, Paulo Rocha, Humberto Costa e José Pimentel.

Participaram das audiências o secretário dos Negócios Jurídicos da prefeitura de São Paulo/SP, Robinson Barreirinhas; chefe do escritório de representação do Governo de São Paulo em Brasília, Julio Semeghini; presidente do Fórum de Procuradores das Capitais e procurador de Belo Horizonte/MG, Rusvel Beltrame; procurador chefe do Estado de São Paulo, Pedro Ubiratã; o procurador-geral de Maceió/AL, Estácio da Silveira Lima; e procurador-geral de Rio Branco, Pascal Abou Khalil.

PEC 159/2015

Depois de aprovada na Câmara dos Deputados, a PEC 159/2015 teve parecer favorável também da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), do Senado Federal, dia 30 de março. No plenário, a matéria será deliberada em dois turnos de votação.

A proposta prevê que os precatórios a cargo de estados, do Distrito Federal/DF e de municípios pendentes até 25 de março de 2015 e aqueles a vencer até 31 de dezembro de 2020, poderão ser pagos até 2020, dentro de um regime especial que permite o aporte de recursos limitados a 1/12 da receita corrente líquida.

Durante o prazo previsto na PEC, de cinco anos, pelo menos 50% dos recursos destinados aos precatórios serão destinados ao pagamento dessas dívidas em ordem cronológica de apresentação □



Senadores sinalizam apoio no processo de abertura de novos cursos de medicina no país



Senadores firmaram apoio no prosseguimento do edital de abertura de novos cursos de medicina no Brasil, paralisado pelo Tribunal de Contas

da União (TCU). À época, o processo nº 022.106/2015-4, referente à abertura de 2.290 vagas em 39 municípios, aguardava deliberação do Tribunal há

seis meses.

Os senadores Aloysio Nunes/SP, Marta Suplicy/SP, Zezé Perrella/MG e Fernando Bezerra/PE receberam, no dia 6 de abril, os prefeitos de Três Rios/RJ, Vinícius Farah, vice-presidente de Desenvolvimento Econômico Local da FNP; de Araras/SP, Nelson Dimas, e de Campo Mourão/PR, Regina Dubay. Já na manhã do dia 7, foi a vez dos senadores Antonio Anastasia/MG, Gleise Hoffmann/PR e Álvaro Dias/PR receberem a delegação de prefeitos.

“Nós já falamos com praticamente todos os ministros do TCU e por isso estamos no Senado pedindo ajuda dos senhores senadores para tentar destrancar essa pauta”, ressaltou o prefeito Vinícius Farah □

Presidentes de Fóruns e secretários municipais buscam entendimento sobre LRF com TCEs



Divergências de entendimentos sobre a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), no cenário de crise econômica que Brasil atravessa, foram debatidas pela FNP, representada por secretários municipais e presidentes de Fóruns, com o presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Sebastião Helvécio. A audiência, que foi um dos desdobramentos da 69ª Reunião Geral da FNP, no Rio de Janeiro/RJ, ocorreu no dia 13 de abril, em Belo Horizonte/MG.

Os secretários apresentaram as dificuldades que estão colocadas frente à imprecisão de termos do artigo 42 da LRF, especialmente no que diz respeito a “contrair obrigações de despesa” que,

segundo o grupo, tem gerado interpretações divergentes dos Tribunais de Contas.

“A padronização do entendimento quanto ao conceito do Artigo 42 é importante para que diminua a insegurança jurídica nos encerramentos de mandatos”, falou o secretário Administração de João Pessoa/PB e presidente do Fórum Nacional de Secretarias Municipais de Administração das Capitais (Fonac), Roberto Wagner.

O presidente do IRB se comprometeu em levar os resultados da reunião à consideração dos presidentes de outros Tribunais de Contas do país, com objetivo de construir entendimentos mais uniformes sobre a aplicação LRF, diminuindo a insegurança jurídica.

Também estiveram presentes o pro-

curador-geral de Belo Horizonte/MG e presentes o presidente do Fórum Nacional de Procuradores-Gerais das Capitais Brasileiras, Rúsvel Beltrame; o secretário de Finanças de São Paulo/SP e vice-presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), Rogério Ceron; o secretário de Fazenda e de Planejamento de Belo Horizonte, Pedro Meneghetti, a coordenadora do IRB, Marília Carvalho, e a diretora geral do Tribunal de Contas de Minas Gerais, Rachel de Oliveira Miranda Simões, a Superintendente de Controle Externo do TCEMG, Cláudia Fusco e outros representantes do TCEMG e da prefeitura de Belo Horizonte □

Parceria entre FNP e UE é apresentado no Uruguai

Realizado pela FNP, o projeto “Rio 2016: Olimpíadas dos Direitos de Crianças e Adolescentes”, que tem como meta a proteção integral de crianças e adolescentes nas Olimpíadas e Paralimpíadas 2016, foi apresentado em Montevideú, no Uruguai, durante a reunião da cúpula da Rede Mercosul, realizada no dia 1º de abril. O evento reuniu representantes dos governos locais da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

Segundo o secretário adjunto de Gover-

nança da prefeitura de Porto Alegre/RS, Carlos Siegle de Souza, o projeto Rio 2016 foi muito bem recebido pelos representantes da rede. “Houve muita procura por parte das cidades em participar da seleção de voluntários, um dos eixos do projeto”, ressaltou.

O projeto foi uma realização da FNP, com cofinanciamento da União Europeia (UE), parceria da Viva Rio e da organização italiana ISCOS Piemonte, além do apoio da Rede Internacional End Child Prostitution, Pornography and Trafficking (ECPAT-França) e dos municí-

pios do Rio de Janeiro/RJ e de Porto Alegre/RS.

Também apoiam as ações: a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-SNPDCA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Childhood Brasil, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), a ECPAT Brasil, o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e o Comitê Organizador das Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016 □

FNP pede prorrogação dos contratos do programa Mais Médicos para o Brasil

Preocupada com a atenção básica de saúde no país, a FNP encaminhou, no dia 26 de abril, ofício sobre o fim do contrato dos médicos intercambistas do programa federal “Mais Médicos para o Brasil”. O documento, endereçado aos

ministros da Saúde e da Secretaria de Governo, Marcelo Castro, e Ricardo Berzoini, evidenciava a importância do programa aos municípios brasileiros.

No ofício, a FNP sugeria a imediata edição de Medida Provisória (MP) que

viabilizasse a continuidade do programa por meio da prorrogação dos contratos vigentes, mantendo a permanência dos profissionais nos municípios sem que haja retrocesso dos avanços já conquistados □

LRF, ISS e retenção do Imposto de Renda foram temas de reunião no Ministério da Fazenda



Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), retenção do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas e do Imposto Sobre Serviços (ISS) foram pauta de reunião de técnicos da FNP com integrantes do ministério da Fazenda, no dia 28 de abril. Na audiência, que foi desdobramento de reunião, no dia 5 de abril, com o secretário-executivo do ministério, Dyogo de Oliveira, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) reforçou apoio ao posicionamento

dos prefeitos quanto ao fato de órgãos públicos federais terem suspenso as retenções tributárias envolvendo ISS.

De acordo com a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), a decisão anterior era um equívoco, pois o fato gerador do tributo é decorrente do serviço prestado por fornecedores que, geralmente, são entes privados. A partir do posicionamento, o coordenador-geral de Assuntos Tributá-

rios da PGFN, Leonardo Alvim, afirmou que um parecer que volta atrás com a orientação já está assinado e deve ser publicado até o dia 2 de maio.

Na ocasião, o grupo de técnicos da FNP também apresentou uma proposta de texto normativo interpretativo ao artigo 42. “Nós propomos um texto normativo interpretativo que entenda que contrair obrigação de despesa ocorre no momento da liquidação”, explicou o procurador-geral de Belo Horizonte/MG, Rúsvel Beltrame, presidente do Fórum Nacional de Procuradores Gerais das Capitais Brasileiras. Apesar de o grupo ter reforçado a necessidade de segurança jurídica, especialmente em momento de encerramento de mandatos, o ministério da Fazenda não emitiu parecer sobre o tema.

Durante a reunião, novamente, não houve entendimento sobre a questão da retenção do imposto de renda de pessoas jurídicas. Dessa maneira, a Abrasf, o Fórum de Procuradores das Capitais e a FNP acordaram apoio aos municípios que resolverem judicializar o tema □

Novas vagas de medicina - FNP apresenta defesa técnica no TCU

A FNP apresentou, no dia 18 de abril, defesa como amicus curiae no Tribunal de Contas da União (TCU), para o processo de abertura de novas vagas do curso de medicina em 39 municípios brasileiros, que estava suspenso aguardando decisão do Tribunal. A defesa, destinada à ministra relatora do processo, Ana Arraes, consistia em evitar o agravamento dos prejuízos financeiros sentidos pelos municípios que se prepararam para receber os novos cursos e minimizar os agravos sofridos pela população que aguarda por mais médicos.

De acordo com a defesa da FNP, como amicus curiae, a alteração das fases não

tem impacto no que toca a integridade do edital, não afeta os pilares da moralidade e da isonomia que conduzem a realização do processo público, uma vez que as instituições já haviam apresentado a documentação para análise. Ainda, conforme a defesa técnica, decretar a nulidade do processo implica condenar os municípios a aguardarem nova atuação administrativa, com divulgação de novo edital, novas inscrições, novas análises. Mais do que isso, implica condenar a população ao abismo da falta de médicos aptos a atendê-la.

Já em relação à nota técnica, a defesa explica que a finalidade do conteúdo é expli-

car aos interessados como se dá o resultado final, reforçando a preocupação com transparência, moralidade e motivação do edital. Nesse sentido, a defesa apresenta que não há incompatibilidade da nota técnica com o edital, uma vez que os critérios utilizados para a análise dos documentos enviados pelas instituições de ensino constavam também nos anexos do certame.

A defesa técnica da FNP contou com a colaboração dos municípios de Alagoinhas/BA, Araras/SP, Cachoeiro do Itapemirim/ES, Campo Mourão/PR, Contagem/MG, Guarapuava/PR, Limeira/SP, São José dos Campos/SP, Osasco/SP e Três Rios/RJ □

Renovação de contratos garantirá permanência de médicos estrangeiros em todo o país



A presidente da República Dilma Rousseff assinou, no dia 29 de abril, Medida Provisória (MP) que permite a prorrogação da permanência de médicos estrangeiros e brasileiros formados no exterior no Programa Mais Médicos. A determinação atende à solicitação da FNP.

Segundo Dilma Rousseff, a MP é complementar ao programa, pois iguala as condições de participação de médicos formados no Brasil e no exterior e garante o tempo de atuação de três anos, com possibilidade de renovação por mais três anos. “Essa medida vai beneficiar a população imediatamente, porque com isso estamos de olho no interesse da população”.

Ela explicou que, caso a MP não fosse assinada, mais de 7 mil médicos precisariam deixar

o programa até o final deste ano e o restante no início do ano que vem. “A medida provisória é um grande alívio para nós prefeitos que estávamos preocupados com a descontinuidade dos médicos estrangeiros. O governo federal teve essa sensibilidade e a gente espera que o Congresso Nacional aprove”, disse o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP.

Impacto do Programa Mais Médicos

De acordo com o Ministério da Saúde, antes do programa Mais Médicos, mais de 700 municípios brasileiros não tinham um médico para atender a população. Atualmente, conforme dados apresentados pelo governo, 18.240 médicos do programa atendem 4.058 municípios

brasileiros e 34 distritos indígenas, somando 63 milhões de beneficiários.

Segundo o prefeito de Porto Alegre/RS, José Fortunati, vice-presidente de Relações Institucionais da FNP, antes do programa Mais Médicos, a capital gaúcha realizava concursos públicos para contratação de médicos e, muitos deles, quando tinham sua designação orientada para a periferia, desistiam de assumir. “O Mais Médicos mudou essa situação: hoje contamos com 115 médicos e o novo edital já prevê mais 11. Com isso, cobriremos totalmente as unidades básicas da periferia. O programa propiciou atendimento de 370 mil pessoas de baixa renda em Porto Alegre. Eu não tenho dúvida, é um dos grandes projetos do governo federal”, disse □



Órgãos federais retomam retenções tributárias do ISS

Após reuniões articuladas pela FNP, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) publicou parecer orientando todos os órgãos públicos federais a retomarem as retenções tributárias do Imposto Sobre Serviços (ISS) nos serviços por eles tomados. O entendimento da PGFN configura mais uma vitória da FNP, que levou o tema ao debate após deliberações da 69ª Reunião Geral do Rio de Janeiro/RJ, em março de

2016. Segundo o procurador-geral de Belo Horizonte/MG, Rúsvel Beltrame, presidente do Fórum Nacional de Procuradores Gerais das Capitais Brasileiras, isso caracteriza uma queda de receita imediata e, mesmo assim, não houve entendimento durante a reunião. “Vamos ter que levar essa demanda para o judiciário arbitrar, porque não teve acordo”, disse.

Com o parecer nº 656/2016, fica estabelecido o entendimento que a imunida-

de recíproca entre os entes federativos prevista na Constituição não proíbe ou limita o dever de um ente de reter o tributo que pertença a outro ente, como é o caso das retenções tributárias envolvendo o ISS nos serviços tomados de terceiros pelos órgãos públicos federais. Segundo o parecer, a imunidade recíproca proíbe apenas a instituição de impostos de um ente da federação contra outro □

Prefeito de Palmas representa FNP em evento da ONU sobre Mudanças Climáticas

O prefeito de Palmas/TO, Carlos Amastha, vice-presidente estadual Tocantins da FNP, participou da conferência Climate Action 2016, em Washington (EUA), nos dias 5 e 6 de maio. Na ocasião, Amastha destacou a realização do EMDS como um dos pilares para discussões e ações brasileiras na luta contra as mudanças climáticas. Ainda segundo o prefeito, a próxima edição do EMDS será a primeira após a assinatura do Acordo de Paris.

A Climate Action 2016 esteve amparada pelas decisões tomadas na Conferência do Clima (COP 21) realizada em Paris (França), em dezembro de 2015, na qual líderes mundiais estabeleceram um acordo para reforçar a intervenção dos governos locais visando à redução da emissão de gases de efeito estufa e suas consequências climáticas, como o aumento da temperatura global em dois graus Celsius até 2100.

“Estamos colocando Palmas nesse patamar, através dos diálogos e discussões, para não repetir os erros cometidos em várias outras cidades ao redor do mundo. Temos que nos preocupar com a sustentabilidade, garantir uma cidade em que as atuais e as futuras gerações possam viver com qualidade de vida”, ressaltou Carlos Amastha, que também participou da COP 21 intermediando debates com prefeitos da América Latina □

Rio 2016: FNP será ponto focal de comunicação da Agenda de Convergência



A Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SDH-SNPDCA), do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos promoveu, no dia 4 de maio, mais um encontro do Comitê Gestor Nacional da Agenda de Convergência para Proteção Integral dos Direitos da Criança e do

Adolescente no contexto dos megaeventos, em Brasília/DF.

O objetivo da reunião foi apresentar e alinhar entre todos os parceiros os planos de ação dos cinco grupos de trabalho que foram criados na reunião realizada em março: fluxos e metodologia de atendimento; formação da rede de proteção; ações de repressão e

denúncia; comunicação; e articulação interinstitucional.

Representantes da FNP, realizadora do projeto “Rio 2016: Olimpíadas dos Direitos das Crianças e Adolescentes”, com cofinanciamento da União Europeia (UE), apresentaram uma proposta de comunicação para Agenda de Convergência. Também foram feitas atualizações e alinhamento das ações referentes ao projeto com destaque para a campanha única de sensibilização, realizada em parceria com a SDH, com foco na proteção dos direitos de crianças e adolescentes, com lançamento previsto para as próximas semanas.

Ainda na programação, foram tratados assuntos referentes aos demais grupos de trabalho e algumas propostas para coordenar o monitoramento das atividades de atendimento, proteção e denúncia durante os plantões integrados dos Jogos Olímpicos.

Durante o encontro, também foi lançada a nova versão do aplicativo Proteja Brasil, canal de comunicação para denunciar quaisquer violações contra crianças e adolescentes □

FNP orienta municípios a judicializar retenção do Imposto de Renda

Após esgotar a negociação com o governo federal, a FNP encaminhou, no dia 4 maio, mensagem a todos os prefeitos indicando a judicialização como forma de tentar reverter a mudança de entendimento da Receita Federal a respeito da titularidade do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) em rendimentos pagos

pelo município. Conforme determina a Constituição Federal, esses valores são de titularidade dos municípios que realizam essas retenções.

O governo federal passou a adotar entendimento de que “os municípios apenas teriam direito ao IRRF que fosse incidente sobre os rendimentos pagos, exclusivamente, aos seus

empregados”.

Essa interpretação prejudica estados e municípios, além de violar o art. 158. I, da Constituição, que concede aos entes subnacionais o produto do IRRF retido a qualquer título. Não se limitando, portanto, ao Imposto de Renda retido de seus funcionários □

FNP pede mais prazo para que médicos confirmem interesse em permanecer no Mais Médicos

Os médicos brasileiros ou estrangeiros formados no exterior que queiram prorrogar por mais três anos a permanência no programa federal “Mais Médicos para o Brasil” deveriam se manifestar até o dia 9 de maio, por meio do sistema do Programa. A FNP já entrou em contato com o Ministério da Saúde questionando o curto prazo para esse cadastro.

A FNP entende que com o curto prazo, vários profissionais não teriam tempo hábil para manifestar o desejo de permanecerem, prejudicando o programa e desfalcando os municípios brasileiros.

A autorização para extensão do período de atuação foi concedida por meio de Medida Provisória assinada pela presidente da República, Dilma Rousseff,

no dia 29 de abril, e atende a um apelo dos gestores. Pelas antigas regras, os intercambistas poderiam permanecer apenas três anos no Programa e, depois, deveriam revalidar os diplomas ou retornar ao país de origem. Agora, eles poderão ficar mais três anos, assim como os médicos brasileiros com registro no país □

Presidente da FNP destaca pautas da agenda municipalista na Marcha a Brasília



Durante a abertura da XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, em Brasília/DF, o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, destacou os desafios enfrentados pelos governantes locais para o fechamento de contas no fim do mandato. O evento foi realizado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), no dia 10 de maio.

“Na média, os municípios gastam 24% da sua receita líquida na saúde, 9%

a mais que o mínimo constitucional. E alguns municípios gastam até mais que isso. Na média, considerando dados de 2014, isso significa que os municípios utilizaram todo o IPTU arrecadado na saúde. Querem injustiça maior que essa?”, questionou o presidente da FNP. Lacerda falou também da recorrente judicialização dos governantes e gestores e da necessidade de mudança nessa prática.

Ainda durante a XIX Marcha, o prefeito assinou o Termo de Adesão Sim-

plificado à Rede Siconv, com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que visa a desburocratização da máquina pública e qualifica a gestão financeira dos investimentos.

Além de prefeitos, participaram vereadores, secretários municipais, parlamentares e representantes do governo federal, do Tribunal de Contas da União (TCU), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) □

Sebrae premia prefeitos empreendedores com projetos de incentivo aos pequenos negócios



Projetos de incentivo ao empreendedorismo e aos pequenos negócios nos municípios brasileiros foram reconhecidos no dia 10 de maio, pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), durante a IX edição do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor. A cerimônia aconteceu em Brasília/DF e premiou 12 prefeitos brasileiros, em oito categorias, uma delas, dedicada ao g100. O grupo, identificado pela FNP, atualmente reúne 114 municípios com mais de 80 mil habitantes e que apresentam baixa receita e alta vulnerabilidade social.

Segundo o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, o prêmio coloca em evidência que as soluções para os problemas do país estão nas cidades. “Com essas pequenas iniciativas

transformadoras e inovadoras é possível construir um país melhor”, disse.

De acordo com dados apresentados pelo presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, a IX edição do prêmio contabilizou a participação de 24 estados, 1861 projetos inscritos, 1312 projetos aprovados, 1695 prefeitos inscritos, 140 prefeitos finalistas, 126 prefeituras presentes e 12 vencedores nacionais. “A parceria com as prefeituras é fundamental para que o Sebrae tenha sucesso nessa missão. É um estímulo para as prefeituras usarem o empreendedorismo como ferramenta de desenvolvimento local e do país”, falou Afif.

Os melhores projetos foram premiados por região, contabilizando vitórias para dois municípios da diretoria da FNP: os prefeitos empreendedores da região norte

e nordeste foram, respectivamente, Maria Teresa Surita, prefeita de Boa Vista/RR e vice-presidente para assuntos das Mulheres da FNP, com o projeto “Eu amo Boa Vista – Cidade Empreendedora”; e Roberto Cláudio, prefeito de Fortaleza/CE e vice-presidente da Saúde, com o projeto “Programa de Empreendedorismo Sustentável”.

Atendendo a um pleito da FNP, a inclusão da categoria Municípios Integrantes do g100, na IX edição do prêmio foi anunciada em abril de 2015, durante o III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), maior evento sobre sustentabilidade urbana do país. O projeto vencedor foi “O Grupo de Gestão Integrada (GGI) transformando a realidade empreendedora em Santarém rumo à saída do g100”, de Santarém/PA □

Prefeitos chilenos compartilham experiências consorciadas e de governança durante visita ao OCPF

Prefeitos que compõem a Asociación Chilena de Municipalidades (ACHM) estiveram no Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF), em São Paulo/SP, no dia 12 de maio, para compartilharem experiências de associativismo. No encontro, também foram discutidos temas como a representação de cidades e governança, gestão e financiamento da saúde pública

local e regional.

Na oportunidade, Marcela Cherubine explicou aos membros da ACHM a história e o modelo de Governança da FNP e o papel do OCPF na disseminação, apoio técnico e institucional aos consórcios públicos no Brasil.

Os representantes da ACHM falaram sobre a experiência chilena de associação e cooperação municipal e do marco jurídico

que regula a atuação coletiva de municípios. Além disso, apresentaram o modelo de governança e organização das associações de municípios e suas demandas junto ao governo e ao parlamento chileno. Os prefeitos chilenos também foram convidados para participar do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) □



Câmara aprova MP que autoriza entrada de agentes de saúde em imóveis abandonados

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou no dia 18 de maio, a Medida Provisória (MP) 712/16, que autoriza a entrada forçada de agentes de saúde em imóveis abandonados para ações de combate ao mosquito transmissor da dengue, da febre chikungunya e do zika vírus. A MP, que foi enviada ao Congresso Nacional em 1º de fevereiro, atende à demanda apresentada pelo prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, durante reunião com a presidente Dilma Rousseff, dia 8 de dezembro de 2015.

“Essa é uma questão jurídica complicada, que requer uma pacificação jurídica a nível nacional”, defendeu o prefeito na ocasião, se referindo à necessidade de regulamentar as normas de acesso a imóveis privados.

Para ampliar a ação, o relator da MP na Câmara, deputado Newton Cardoso Junior/MG, incluiu os casos em que a entrada é recusada pelo morador ou responsável por permitir acesso do agente público ao imóvel. Ainda conforme a MP, os agentes podem contar, sempre que necessário, com o apoio de policiais ou da guarda municipal, sempre preservando a in-



tegridade do imóvel.

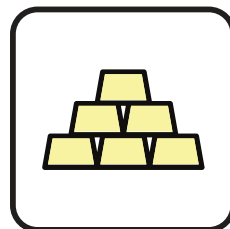
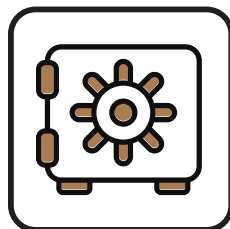
Pronaedes

O parecer do relator, deputado Newton Cardoso Junior, prevê também a criação do Programa Nacional de Apoio ao Combate às Doenças Transmitidas pelo Aedes (Pronaedes) para financiar projetos com recursos de doações dedutíveis do imposto de renda. Pelo texto aprovado, tanto

pessoa física quanto pessoa jurídica poderão doar dinheiro, bens móveis ou imóveis, ceder bens ou equipamentos para uso ou realizar manutenção ou reparos em bens móveis, assim como fornecer material de consumo e insumos.

A proposta também isenta do pagamento de imposto quem importar repelentes, inseticidas e larvicidas, e telas mosquiteiro □

FNP pede participação nos debates dos estados com a União sobre pagamento de dívidas



Na qualidade de representante dos 180 municípios com dívidas com a União, a FNP encaminhou, no dia 24 de maio, uma reivindicação ao ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, solicitando a participação em debates sobre medidas que aliviem os entes federados que possuem dívida com a União. Essa é uma demanda de muitos anos de estados, municípios e da FNP.

Os governadores de estados defendem

que o pagamento de seus débitos seja suspenso por um ano. Outra proposta que está sobre a mesa de discussão é o aumento do desconto que os estados teriam no pagamento dos débitos por um ano, podendo chegar até a 80%.

Assinado pelo prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, o ofício também propõe debater os créditos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econô-

mica Federal (CEF) e Banco do Brasil (BB).

Participação da FNP

A Frente Nacional de Prefeitos tem ampla participação na renegociação das dívidas dos municípios com a União, realizando várias reuniões no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo federais, que colaboraram para a edição das Leis Complementares 148/2014 e 151/2015 e do Decreto 8.665/2016 □

Governo federal se compromete a instalar mesa federativa plena

CONFIRA A ÍNTEGRA DO DOCUMENTO NA PÁG. 75



Em reunião com integrantes da FNP, o ministro da secretaria de Governo da Presidência da República, Geddel Vieira Lima, se comprometeu em instituir uma mesa federativa plena. “Precisamos buscar atalhos para tomadas de decisões imediatas”, disse Vieira, no dia 18 de maio, após os prefeitos apresentarem mais de 30 tópicos de propostas para o fortalecimento do pacto federativo. O documento, intitulado “Propostas urgentes e estruturantes para a vida nas cidades” foi

consolidado por representantes de mais de 10 partidos políticos e encaminhado ao presidente da República interino, Michel Temer. A reunião, articulada pela FNP, foi realizada no Centro de Eventos da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC), em Brasília/DF.

Segundo o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, a instituição da mesa é urgente e fundamental para discutir temas como o subfinan-

ciamento da saúde, a revisão do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a judicialização, precatórios e financiamento dos transportes. Esses e outros temas foram elencados, por mais de 20 prefeitos, como fundamentais para a retomada das ações de políticas públicas em todas as esferas de governo.

Segundo Geddel, as portas do governo federal estão abertas para o debate da extensa pauta proposta pelos prefeitos □





Propostas da FNP voltam a ser debatidas na Secretaria de Governo

O prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, participou no dia 24 de maio, no Palácio do Planalto, em Brasília/DF, de uma reunião com Carlos Henrique Sobral, chefe de gabinete do ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima. O encontro foi um desdobramento da audiência do dia 18 do mesmo mês, em que prefeitos da FNP apresentaram ao ministro Geddel uma carta com propostas urgentes e estruturantes para a vida nas cidades.

Seguindo o posicionamento do ministro durante a audiência da semana passada, de comprometimento com a instituição de uma mesa federativa plena, Carlos Henrique Sobral reafirmou que o interesse da Secretaria é avançar em todos os pontos da

carta. Ainda de acordo com Sobral, o ministro Geddel deve se reunir com os líderes do Congresso Nacional nos próximos dias para tratar sobre as demandas expostas pela FNP.

Durante a reunião, o prefeito Marcio Lacerda destacou como urgente a unificação dos entendimentos para a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Para fortalecer as finanças municipais, Lacerda também destacou a necessidade de modernização das legislações do Imposto Sobre Serviços (ISS) e da cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). O aprimoramento da LRF e a revisão do ISS e IPTU estão entre os itens pleiteados pelos prefeitos e que estão elencados na carta.

Durante a reunião, o presidente da FNP

também falou a respeito de outras duas questões preocupantes para municípios brasileiros: a repactuação das dívidas dos municípios e as operações de crédito com o BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Em ofício entregue ao chefe de gabinete Carlos Henrique, Lacerda reivindica a participação da FNP nas negociações “na qualidade de representante dos 180 municípios, para oferecer contribuições ao debate proposto”.

Ainda conforme o ofício, a reivindicação é legítima, já que considera “a importância da participação de todos os entes federados em discussões de temas de interesse comum para a preservação do equilíbrio federativo, por meio de um tratamento isonômico dos membros da federação” □

Justiças dos estados dão ganho de causa para BH, Cuiabá e Salvador para retenção do Imposto de Renda



A orientação da FNP para que as cidades judicializem a mudança nas regras para retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) já está obtendo êxito nas justiças dos Estados. As prefeituras de Belo Horizonte/MG, Cuiabá/MT e de Salvador/BA conseguiram reverter a mudança de entendimento da Receita Federal a respeito da titularidade do IRRF em rendimentos pagos pelos municípios.

Belo Horizonte

Na decisão favorável à capital mineira, a juíza federal substituta Rosilene Maria Clementede Souza Ferreira afirma: “Considerando que o dispositivo legal é de aplicabilidade imediata e eficácia plena, e

que uma Instrução Normativa da Receita Federal não tem o condão de revogar artigo constitucional, defiro o pedido liminar.”

Cuiabá

De acordo com o parecer do juiz Cesar Augusto Bearsi, a arrecadação do IRRF será realizada nos exatos termos do art. 158, I, que concede aos entes subnacionais o produto do IRRF retido a qualquer título, não se limitando, portanto, ao Imposto de Renda retido de seus funcionários. A justiça do estado deu ganho de caso no dia 12 maio.

Salvador

De acordo explicação em liminar assi-

nada, no dia 13 de maio, pela Desembargadora Federal, Ângela Catão, o entendimento da Receita Federal não está de acordo com a Constituição Federal. Assim, a desembargadora deferiu, em segunda instância, a “suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente à obrigação de recolhimento pelo município de Salvador, suas autarquias e fundações, à União Federal, do imposto retido na fonte sobre rendimentos pagos e creditados”.

Perdas

De acordo com levantamento preliminar feito pela Abrasf, São Paulo/SP e Curitiba/PR devem ser as capitais mais afetadas com redução da arrecadação do imposto, com quedas da ordem de R\$ 274 milhões e R\$ 33 milhões, respectivamente, em 2016.

Lista, divulgada pela Abrasf, com Imposto de Renda Retido na Fonte de algumas capitais (valores em R\$ milhões):

São Paulo/SP – R\$ 274

Curitiba/PR – R\$ 33

Belo Horizonte/MG – R\$ 31

Rio de Janeiro/RJ – R\$ 20,7

Fortaleza/CE – R\$ 20,4

Recife/PE – R\$ 8,6

Goiânia/GO – R\$ 8

Porto Alegre/RS – R\$ 7

Vitória/ES – R\$ 5,2 □

FNP lança novo recurso para consulta de contribuição voltada à iluminação pública

Ressaltando a importância de investimentos na infraestrutura de iluminação pública nos municípios, o secretário-executivo da FNP, Gilberto Perre, representando o presidente da entidade, prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, apresentou no dia 1º de junho, em São Paulo/SP, uma nova funcionalidade do Compara Brasil. O novo recurso do portal foi

divulgado no fórum Modelos de Negócios para Eficiência Energética em Iluminação Pública, que reuniu governantes locais e gestores, entidades financeiras, reguladores, fabricantes, empresas de consultoria, associações municipais e sociedade civil.

Segundo Perre, em resposta às atuais demandas na área de eficiência energética no setor

de iluminação pública, o Compara Brasil passa a disponibilizar consulta e comparação da evolução da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP). “O recurso é uma fonte alternativa para o custeio de despesas na área tanto no que diz respeito à manutenção do serviço, quanto com relação a novos modelos de negócios no setor”, afirmou □

Câmara aprova em 1º turno PEC que institui Desvinculação de Receitas dos Municípios

Alinhado com o entendimento da FNP, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em 1º turno, no dia 2 de junho, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 4/15, que autoriza os estados e municípios a desvincularem até 30% das suas receitas relativas a impostos, taxas e multas até 2023 e prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) para o mesmo ano. O texto, que recria o mecanismo fiscal com vigência retroativa a 1º de janeiro

de 2016, deverá passar por segundo turno de votação na Casa para seguir para o Senado Federal.

De acordo com a PEC, deverão ser excluídos da desvinculação nos municípios recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam; receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores; transferências obrigatórias e volun-

tárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei; e fundos instituídos pelo Tribunal de Contas do Município.

Originalmente, a proposta prorroga a vigência da DRU até 31 de dezembro de 2019 e também propõe a retirada escalonada da incidência da desvinculação de receita da arrecadação das contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social □

Plenário do Senado aprova, em primeiro turno, PEC dos Precatórios

O Senado Federal aprovou no dia 1º de junho, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 159/2015 (Precatórios), que institui Regime Especial para Pagamento de Precatórios e permite o uso de dinheiro depositado na Justiça para pagar dívidas públicas. Foram 51 votos a favor e 14 contrários, configurando mais uma conquista para a FNP.

A PEC estabelece que os precatórios a cargo de estados e municípios pendentes até 25 de março de 2015 e os a vencer até 31 de dezembro de 2020 poderão ser pagos até 2020, dentro de um regime especial que permite o aporte de recursos limitados a 1/12 da receita corrente líquida.

A proposta prevê a possibilidade do uso, no pagamento de precatórios,

de até 75% do montante dos depósitos judiciais e administrativos referentes a processos nos quais estados ou municípios sejam parte. Conforme levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os três entes públicos acumulavam, em junho de 2014, uma dívida de R\$ 97,3 bilhões em precatórios emitidos pelas Justiças estadual, federal e trabalhista □

Senado aprova PEC dos Precatórios

Com 57 votos favoráveis e nove contrários, os senadores aprovaram em segundo turno, no dia 7 de junho, a Proposta de Emenda à Constituição 159/2015 - PEC dos Precatórios. O texto indica a permissão de uso de dinheiro depositado na Justiça para pagar dívidas públicas. Como foi aprovada com emendas, a PEC retorna para novo exame da Câmara dos Deputados. Essa é mais uma conquista da FNP, que ao longo dos seus mais de

25 anos de atuação, sempre trabalhou pela aprovação de novas medidas para o pagamento dos precatórios.

A PEC estabelece que os precatórios a cargo de estados e municípios pendentes até 25 de março de 2015, e os a vencer até 31 de dezembro de 2020, poderão ser pagos até 2020, dentro de um regime especial, que permite o aporte de recursos limitados a 1/12 da receita corrente líquida.

O relator, Antonio Anastasia/MG, acatou emenda do senador Randolfe Rodrigues/AP, que reduz de 40% para 20% o percentual permitido do uso de depósitos judiciais envolvendo partes privadas — das quais o poder público não faz parte. A utilização dos créditos deverá ser precedida da criação de um fundo garantidor, composto pela parcela restante dos depósitos judiciais □

Rio 2016: Projeto capacita rede de atendimento para os Jogos Olímpicos



O Seminário de Boas Práticas, última etapa das capacitações sobre a temática da proteção de crianças e adolescentes da rede de atendimento local as Olimpíadas, foi realizado no dia 9 de junho, no Rio de Janeiro/RJ, com cerca de 600 participantes do curso, gestores e profissionais do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). A capacitação foi um dos eixos projeto “Rio 2016: Olimpíadas dos Direitos da Criança e do Adolescente”, com realização da FNP e cofinanciamento da União Europeia

(UE), além de parceiros atuantes na rede de proteção de crianças e adolescentes.

Na ocasião, o prefeito de Cariacica/ES, Juninho, vice-presidente de Esporte da FNP, ressaltou que partir das experiências colocadas durante o evento, “a contribuição de prefeitos e prefeitas será justamente a de elaborar políticas públicas mais resolutivas para a população, com foco na proteção de crianças e adolescentes, de acordo com a particularidade de cada cidade”.

Esse etapa do projeto foi promovida pelo Comitê de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes nos Megaeventos e pela FNP, em parceria com o município do Rio de Janeiro, por meio da Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a organização Viva Rio e o Centro de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Rio de Janeiro (Cedeca-RJ), com a participação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) □

STF inicia julgamento de recurso que discute cobrança de ISSQN sobre atividade de planos de saúde

Teve início, no dia 15 de junho, o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) referente ao recurso que discute a cobrança do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) sobre as atividades de planos e seguros de saúde. No entanto, após o voto do relator, ministro Luiz Fux, a análise da matéria foi suspensa por pedido de vista formulado pelo ministro Marco Aurélio. A decisão a ser tomada STF deverá ser aplicada a, pelo menos, 27 processos que aguardam este julgamento.

No caso em questão, o Hospital Marechal Cândido Rondon Ltda., que tem plano de saúde próprio, questionava cobrança de ISSQN pelo município de Marechal Cândido Rondon/PR. O

Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) entende que a lei municipal que prevê a cobrança não é inconstitucional, na medida em que repete incidência prevista na Lei Complementar (LC) 116/2003, exceto quanto à base de cálculo.

Antes de iniciar o seu voto, o ministro Fux ressaltou a relevância da matéria em julgamento e discordou com o questionamento do Hospital. O ministro considerou ainda que “natureza securitária alegada pelas operadoras de saúde para infirmar incidência do ISSQN (...) não indica fundamento capaz de afastar a cobrança”.

Como se trata de recurso de repercussão geral, Fux propôs que as operadoras de planos

e seguros de saúde realizam prestação de serviço sujeito à incidência de imposto sobre serviço de qualquer natureza, previsto no art. 156, inciso III, da Constituição Federal.

Segundo o assessor Jurídico da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais Brasileiras (Abrasf), Ricardo Almeida, o voto do ministro Fux foi substancial e favorável aos municípios brasileiros.

O prefeito de Apucarana/PR, Beto Preto, foi responsável por promover, a pedido da FNP, a interlocução entre o prefeito de Marechal Cândido Rondon, Moacir Luiz Froehlich, e a Abrasf, que auxiliou tecnicamente o município □

Prefeitos da FNP propõem sugestões ao PLC que altera o Simples Nacional

Em nome dos integrantes da FNP, o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da entidade, enviou um ofício ao presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, para construir uma proposta que crie melhores condições para empreender e que não impacte negativamente na arrecadação dos municípios. O documento, encaminhado no dia 17 de junho, é referente ao processo de tramitação do Projeto de Lei Complementar que altera o Simples Nacional (PLC nº 125/2015). Construído em parceria com a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrarf), o ofício traz quatro demandas, que têm como objetivo adequar o projeto para que os municípios brasileiros não tenham queda de receita.

No documento, os prefeitos destacam a necessidade de suprimir os dispositivos que possibilitam ao con-

tribuente optar pelos benefícios do Simples Nacional, mas mantendo os benefícios do regime normal de tributação. A justificativa é que essa alternativa poderia inaugurar a possibilidade de guerra fiscal entre os municípios dentro do Simples, aumentando, ainda, a complexidade no Sistema Tributário Nacional.

Outro ponto abordado no documento diz respeito ao segmento de beleza. Os prefeitos pedem que o PLC não permita que valores repassados aos profissionais parceiros sejam excluídos da base de cálculo da receita bruta desses estabelecimentos. A Abrarf considera que essa permissão poderá criar precedente e se estender a outros setores, ocasionando significativa perda de arrecadação para os municípios.

Quanto ao prazo para parcelamento de débitos, a FNP e a Abrarf defendem que aumentar o prazo e a previsão

da elevada redução de multas e juros estimula a concorrência desleal. A justificativa é que esse item confere tratamento benéfico aos contribuintes que não pagam tributos no prazo legal.

O ofício trata, ainda, sobre a regulamentação da figura do investidor-anjo. Segundo os prefeitos, da forma como está o texto, permitiria que grandes empresas gozassem de benefícios legais exclusivos aos micros e pequenos empresários, ao aportar seu capital nessas empresas. Além disso, permitiria a regularização de empresas “laranjas”.

Além dessas sugestões ao PLC, no ofício, os prefeitos registraram apoio às emendas propostas pela Receita Federal. De acordo com o entendimento deles, elas buscam manter a boa gestão do Imposto Sobre Serviço (ISS) no Simples Nacional e reduzir o impacto negativo nas finanças municipais em médio e longo prazo □

Em texto base, senadores atendem pleito da FNP sobre PLC que altera o Simples Nacional

A senadora Marta Suplicy atendeu a principal reivindicação da FNP quanto às modificações no texto da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. No texto base, aprovado no dia 21 de junho, pelo plenário do Senado Federal, a senadora, que é relatora do Projeto de Lei Complementar nº 125/2015, suprimiu dispositivos que autorizavam o contribuinte optar pelos benefícios do Simples Nacional, mantendo os benefícios do regime normal de tributação.

O prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, agradeceu, por telefone, à senadora Marta Suplicy pelo o empenho em

atender importante reivindicação da entidade. “Essa mudança no texto é muito importante para os municípios. A FNP continuará acompanhando a tramitação do PLC”, falou Lacerda.

Outra reivindicação

Feitas por meio de um ofício, as reivindicações da FNP tinham como objetivo propor alternativas para evitar a frustração de receita dos municípios, mas sem prejuízo para o fortalecimento das micro e pequenas empresas. O documento foi construído em parceria com a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrarf) e enviado à senadora e ao

presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, no dia 17 de junho.

O novo texto contempla parcialmente a outro pleito da entidade, no que diz respeito ao parcelamento de débitos das empresas no Simples Nacional. O texto anterior previa a possibilidade de o empresário optar por parcelamento de débitos em até 120 meses, com elevada redução de multas e juros.

A FNP entende que essa medida estimularia a concorrência desleal, ao conferir tratamento benéfico aos contribuintes que não pagam tributos no prazo legal. Dessa forma, atendendo parcialmente ao pleito da FNP, que defende que o Simples possui como contrapartida a manutenção do pagamento em dia de seus tributos, a relatora alterou a redação do projeto, estabelecendo um prazo de três meses para o empresário optar por esse regime especial de parcelamento de débitos e retirou a previsão de redução de multas e juros □



FNP reivindica renegociação de dívidas de municípios com a União

Após acordo que suspende dívida dos estados com a União até dezembro de 2016, a FNP encaminhou novo ofício ao presidente da República Interino, Michel Temer. O documento, enviado no dia 21 de junho, reafirma o pleito dos prefeitos para a reatuação de suas dívidas com o Estado. O grupo de 180 prefeitos, apesar de lutar pela negociação, não descarta judicializar o tema, pois alega tratamento diferenciado entre entes federados.

No ofício, a entidade chamou atenção para o fato de que os 180 municípios que possuem dívidas com a União têm sua situação agravada em razão do fim de mandato das prefeitas e prefeitos no ano de 2016.

As reivindicações feitas no documento giraram em torno da abertura de uma mesa de diálogo, com a participação da FNP e a possibilidade de incluir, nas tratativas, contratos de financiamento firmados entre

os municípios e os bancos públicos.

No ofício, a FNP destaca sua ampla participação na renegociação das dívidas dos municípios com a União, realizando diversas reuniões nas esferas dos Poderes Executivo e Legislativo federais. No entanto, não houve entendimento adequado que atendesse às necessidades de restabelecimento do equilíbrio financeiro e fiscal dos municípios brasileiros.

Renegociação das dívidas dos estados

O presidente interino anunciou, nessa segunda-feira, 20, que o governo federal concordou em suspender, até o fim de 2016, o pagamento das parcelas mensais de dívidas dos estados com a União e alongar as dívidas estaduais por mais 20 anos. Entre os principais pontos do acordo, estão:

- Alongamento do prazo das dívidas dos estados com a União por mais 20 anos;

- Suspensão do pagamento das parcelas mensais da dívida até o fim de 2016;

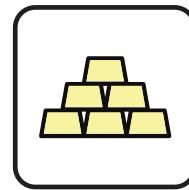
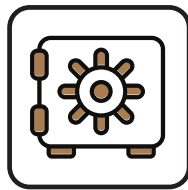
- Cobrança a partir de janeiro de 2017 de 5,55% do valor total da parcela, com aumento gradual de 5,55 pontos percentuais por 18 meses, até atingir em 100% o valor da parcela original;

- Alongamento por 10 anos, com 4 anos de carência, de cinco linhas de crédito do BNDES;

- Pagamento da parcela cheia pelos estados a partir de meados de 2018;

- Inclusão dos estados na proposta enviada pelo governo ao Congresso sobre teto dos gastos públicos.

Segundo o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, os estados deixarão de pagar cerca de R\$ 50 bilhões ao governo federal até 2018 por conta da renegociação de suas dívidas, sendo R\$ 20 bilhões só em 2016. □



FNP reforça pedido para renegociação de dívidas de municípios com a União



“Tenho conversado com o presidente da FNP, Marcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte/MG, e nós já fizemos chegar ao Palácio do Planalto que nós, até por isonomia, queremos o mesmo tratamen-

to dado aos estados, com a suspensão do pagamento em 2016 e retomada em 2017”, falou o prefeito de São Paulo/SP, Fernando Haddad, sobre o ofício enviado pela entidade ao presidente da República Interino,

Michel Temer, após acordo firmado entre a União e os estados.

Segundo o prefeito de Campinas/SP, Jonas Donizette, a suspensão do pagamento da dívida por seis meses traria um fôlego aos cofres públicos da prefeitura. “Se eu conseguir uma carência, vai ajudar muito. Em seis meses economizamos R\$ 6 milhões. Na situação que estamos, de vender o almoço para pagar a janta, já ajuda”, disse.

As reivindicações feitas no documento giraram em torno da abertura de uma mesa de diálogo, com a participação da FNP e a possibilidade de incluir, nas tratativas, contratos de financiamento firmados entre os municípios e os bancos públicos. “Nós queremos convencer o governo federal que os municípios precisam e têm os mesmos direitos aos benefícios que foram concedidos aos estados. Vamos pedir um tratamento isonômico”, completou o prefeito de Campinas. □

Dívidas dos municípios: presidente da FNP se reúne com ministros em Brasília



Para avançar nas negociações para que os municípios tenham tratamento isonômico aos estados na repactuação de dívidas e pedir auxílio para o fechamento de contas do ano, o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, esteve em Brasília/DF, no dia 27 de junho. Lacerda participou de duas reuniões, a primeira, com o ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, Geddel Vieira Lima e

a segunda, com o ministro da Fazenda (MF), Henrique Meirelles e o secretário-executivo, Eduardo Guardia.

“Estamos trabalhando para que os municípios tenham os mesmos benefícios que os estados na repactuação e para contemplar nessa renegociação os contratos que estão em andamento com o Banco do Brasil, a Caixa e o BNDES. Assim, o benefício se estenderá para além dos 180 municípios, refletindo

diretamente nos cofres públicos de mais cidades”, afirmou Lacerda.

Também foram pauta da conversa do prefeito com Meirelles as quedas e atrasos nos repasses federais, especialmente na área da saúde. As audiências com os ministros terão desdobramentos em reunião técnica entre o secretário-executivo da FNP, Gilberto Perre, e a Associação Brasileira de Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) □

Michel Temer sanciona Lei que prevê entrada forçada de agentes para combate ao *Aedes aegypti*

Atendendo à demanda apresentada pela FNP, o presidente da República interino, Michel Temer, sancionou no dia 27 de junho, a lei Nº 13.301/2016, que autoriza a entrada forçada de agentes de saúde em imóveis abandonados para ações de combate ao mosquito transmissor da dengue, da febre chikungunya e do zika vírus. A nova regra, publicada no Diário Oficial

da União do dia 28, é resultado de Medida Provisória (MP) enviada ao Congresso Nacional em 1º de fevereiro.

Segundo o prefeito de Belo Horizonte/BH e presidente da FNP, Marcio Lacerda, a entrada forçada em imóveis abandonados para ações de combate ao mosquito transmissor da dengue era “uma questão jurídica complicada, que precisava de uma

pacificação jurídica nacional”.

O ingresso de agentes de saúde em imóveis públicos e particulares fechados ou abandonados para a eliminação de focos de reprodução do *Aedes aegypti* foi uma sugestão do presidente da FNP, durante reunião realizada no dia 8 de dezembro de 2015, com governadores e prefeitos no Palácio do Planalto □

CONQUISTA FNP

Senado aprova PLC que altera Simples Nacional e atende reivindicação da FNP

O Plenário do Senado Federal concluiu no dia 28 de junho, a votação do Projeto de Lei Complementar nº 125/2015, que trata da atualização das regras para o enquadramento das empresas no Simples Nacional. A votação teve início no dia 21 de junho, com a aprovação do texto base, mas foi submetido a um turno extra de votação, por se tratar de um substitutivo. A proposta seguiu para nova análise na Câmara, antes de ir à sanção presidencial.

No texto base, a senadora Marta Suplicy, que é relatora da matéria, já havia atendido principal reivindicação da FNP ao suprimir dispositivos que autorizavam o contribuinte optar pelos benefícios do Simples Nacional, mantendo os benefícios

do regime normal de tributação. A justificativa para o pleito é que essa alternativa poderia inaugurar a possibilidade de guerra fiscal entre os municípios dentro do Simples, aumentando, ainda, a complexidade no Sistema Tributário Nacional.

Reivindicações

A FNP, com apoio técnico da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), enviou um ofício, no dia 17 de junho, reivindicando pontos no Projeto com o objetivo de propor alternativas para evitar a frustração de receita dos municípios, mas sem prejuízo para o fortalecimento das micro e pequenas empresas. O documento foi enviado à se-

nadora e ao presidente do Senado Federal, Renan Calheiros.

PLC

Com as alterações, o Projeto apresenta novas regras que começam a valer a partir de 2018. Entre elas, destaque para o fato de empresas de pequeno porte com receitas brutas de até R\$ 4,8 milhões ao ano poderem aderir ao regime tributário. Hoje, o teto para participação dessas empresas no programa é de R\$ 3,6 milhões anuais. O texto também prevê também uma emenda que altera o limite de enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI) de R\$ 60 mil para R\$ 82 mil □

Prefeitos definem diretrizes para o IV EMDS em Belo Horizonte



Com o objetivo de dar as coordenadas e tomar decisões sobre a organização do maior evento sobre sustentabilidade urbana do país, o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), dirigentes de FNP estiveram reunidos em Belo Horizonte/MG. Participaram da atividade, no dia 30 de junho, os prefeitos da capital mineira, Marcio Lacerda, presidente da FNP, de Aparecida de Goiânia/GO, Maguito Vilela, vice-presidente, e de Divinópolis/MG, Vladimir Azevedo, vice-presidente de Gestão Pública.

Além dos prefeitos que participaram da reunião, a coordenação política do IV EMDS é composta pelos prefeitos de Canoas/RS, Jairo Jorge, vice-presidente de Reforma Federativa; Três Rios/RJ, Vinicius Farah, vice-presidente de Desenvolvimento Econômico e Guarujá/

SP, Maria Antonieta, vice-presidente de Finanças Públicas.

Temas como o macrozoneamento de ocupação do estádio, o calendário de agendas preparatórias e de organização, o orçamento e as formas de captação, além das metodologias estiveram na pauta da reunião. “Este trabalho de organização do evento reunirá centenas de pessoas. O EMDS é um evento de construção coletiva e será fundamental para promover o diálogo com a próxima geração de prefeitas e prefeitos”, afirmou Marcio Lacerda.

Os prefeitos dividiram-se em subcomissões temáticas para coordenar os trabalhos da Comissão Organizadora. “Será mais efetivo se cada prefeito cuidar de um item e estivermos alinhados nos encaminhamentos maiores”, disse Azevedo.

Também participaram da reunião o secretário de Governo e Integração Institucional da prefeitura de Aparecida de Goiânia, Euler de Moraes, a assessora de Relações Internacionais da prefeitura de Belo Horizonte, Stephania Aleixo, além da equipe técnica da FNP.

Realizado no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília/DF, de 24 a 28 de abril de 2017, o IV EMDS terá como tema “Reinventar o financiamento das cidades” e será desdobrado em eixos temáticos. “O temário do evento tem que estar muito alinhado com a vida e os problemas dos municípios”, salientou Vilela. O IV EMDS terá, pela segunda vez, uma importante feira com empresas que apresentam soluções para os problemas das cidades ▣

União prorroga prazo de Restos a Pagar

A Presidência da República publicou, dia 30 de junho de 2016, em edição extra do Diário Oficial da União (DOU), o Decreto nº 8.795/2016, que prorrogou para 30 de novembro de 2016 o prazo dos Restos a Pagar (RAP) de 2014. A medida possibilitou aos municípios recursos

para dar continuidade aos projetos que estavam em fase de aprovação.

A prorrogação, que contemplou principalmente as despesas decorrentes de emendas individuais, foi mais uma conquista da FNP, que colocou o tema em debate entre os prefeitos, em reunião realizada em Brasília/DF, no dia 18 de maio de 2016, como ponto

importante na carta com propostas urgentes e estruturantes para a vida nas cidades entregue ao governo federal.

Antes do decreto, os restos a pagar de 2014 deveriam ter sido encerrados no dia 30 de junho de 2016, o que poderia ocasionar na perda de grande parte de recursos provenientes de convênios celebrados com a União ▣



Representantes de todas as regiões do país participam da organização do IV EMDS



Mais de 100 representantes de 40 cidades e três consórcios públicos filiados à FNP, além de 21 presidentes e integrantes de fóruns e redes de secretários municipais, participaram no dia 1º de julho, em Belo Horizonte/BH, da primeira reunião da comissão organizadora do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). O prefeito anfitrião, Marcio Lacerda, presidente da FNP, o de Divinópolis/MG, Vladimir Azevedo, vice-presidente de Gestão Pública, e de Maringá/PR, Carlos Pupin, vice-presidente de Aviação Regional, também estavam na agenda.

Para Azevedo, a construção do EMDS é um grande desafio ao promover e construir possibilidades para as pautas municipais. “A missão desse grupo é reproduzir em atividades, conteúdos e na mobilização, atrativos para a nova geração de prefeitos”, afirmou o prefeito de Divinópolis.

O secretário-executivo da FNP, Gilberto Perre, apresentou as três edições

do EMDS, já consolidado como o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país e detalhou a agenda preparatória para a quarta edição. “A estrutura de governança do EMDS, assim como as atividades e as agendas preparatórias são bastante complexas para que mais pessoas participem, representando as características e os regionalismos do Brasil”, disse.

Hora do planeta

Durante a reunião, o prefeito Marcio Lacerda recebeu da WWF Brasil, em nome de Belo Horizonte, o certificado “Capital Nacional de Desafios das Cidades - Hora do Planeta”. Segundo a WWF, a premiação reflete o reconhecimento internacional do comprometimento do governo municipal com as questões relacionadas à redução na emissão de carbono. O especialista em políticas públicas e relações externas da WWF Brasil, Michel de Souza Rodrigues dos Santos, explicou que é a terceira vez consecutiva que a certificação vai para Belo Horizonte.

A gerente de políticas e estratégia do secretariado para a América do Sul do Iclei, Bruna Cerqueira, recordou que a edição passada da certificação foi entregue à capital mineira durante o III EMDS. “Essa lembrança reforça a parceria entre WWF, FNP e Iclei e como queremos estar juntos no IV EMDS”, enfatizou.

Cooperação entre FNP e WRI

Também durante a reunião, a FNP e a WRI firmaram parceria de cooperação visando elaboração e suporte para projetos relacionados à sustentabilidade das cidades.

Durante o ato, Lacerda falou da importância da parceria e reafirmou o propósito do IV EMDS. “Nós queremos que o IV EMDS seja muito importante para os prefeitos que iniciam seus mandatos ano que vem. O evento tem esse desafio e poderá auxiliar muito na construção de cidades cada vez melhores. Que o encontro seja um marco para os prefeitos e para as cidades”, enfatizou □

FNP encaminha nota técnica reforçando necessidade de abertura de novas vagas em cursos de Medicina

AFNP encaminhou nota técnica à Presidência da República sobre a liberação da abertura de novas vagas em cursos de Medicina em 39 municípios, no âmbito do Programa Mais Médicos. O documento, elaborado a pedido do prefeito de Rio Claro/SP, Du Alt-

mari, foi enviado no dia 04 de julho, diante da possibilidade de a matéria ser votada no Tribunal de Contas da União (TCU) no dia 6.

De acordo com o documento, que foi entregue ao ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Geddel

Vieira, endereçado ao Presidente da República interino, Michel Temer, o aumento do número de vagas para graduação e em residências médicas é importante para que, depois de formado, o profissional possa permanecer na região. □

Audiência pública debate a prorrogação da permanência dos médicos intercambistas do Programa Mais Médicos



Em audiência pública no dia 5 de julho, o senador Humberto Costa/PE, relator da Comissão Mista da Medida Provisória (CMMP) nº 723, de 2016, anunciou que apresentaria parecer favorável à prorrogação por três anos do prazo de revalidação do diploma e do visto temporário do médico intercambista do Programa Mais Médicos para o Brasil.

O prefeito de Lagoa Santa/MG, Fernando Pereira Gomes Neto, que representou a FNP na audiência, ressaltou que é impossível para os municípios dar continuidade ao

Mais Médicos sem apoio e recursos federais. “Se não for o dinheiro público que custeie esse serviço, muita gente não vai ter nenhuma assistência médica. Conheço municípios que o único médico da cidade vem desse programa”, acrescentou o prefeito.

O parecer do relator atendeu ao pedido da FNP, que defendeu a prorrogação do prazo aos médicos. Segundo o senador Humberto Costa, o Mais Médicos se tornou um programa vitorioso e consensual para o povo. Segundo ele, as grandes conquistas desse programa ainda serão celebradas. “O Mais Médicos não é apenas a vinda de médicos para áreas remotas e periferias de nossas cidades, é também a abertura de novas vagas de medicina e a formação de novos profissionais”.

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, falou a importância da aprovação da MP e

se disse satisfeito com a adesão de médicos brasileiros ao programa após as primeiras fases, quando poucos profissionais brasileiros se inscreveram. “Em pouco tempo, antes mesmo do que imaginamos, o programa será composto por sua totalidade de médicos brasileiros formados no nosso país”.

Barros ainda lembrou a mobilização dos municípios, em especial da FNP, para a execução do Mais Médicos e a assinatura da Medida Provisória, dia 29 de abril, pela presidente da República Dilma Rousseff, que prorrogou o programa. “Foram os prefeitos que se fizeram presentes e pressionaram o governo a assinar o decreto. Eles estão corretos em pedir a continuidade desse programa, tão importante para o país, que mais da metade dos municípios foram contemplados com médicos para a Saúde da Família”, disse o ministro, frisando que o governo já investiu mais de três bilhões de reais, desde o início do Mais Médicos, na modernização e manutenção das Unidades de Saúde por todo o país □

CONQUISTA FNP Entidades municipalistas nacionais poderão propor ADI e ADC

Plenário do Senado Federal aprovou, dia 6 de julho, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 73/2015, que legitima as entidades nacionais que representam os municípios, como é o caso da FNP, a proporem Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC).

Esse item fez parte do documento da FNP intitulado: “Propostas urgentes e estruturantes para a vida nas cidades” que foi entregue, no dia 18 de maio, ao ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima. O documento foi consolidado por representantes de mais de 10 partidos políticos e encaminhado ao presidente da República interino, Michel Temer.

A Constituição de 1988 prevê que essas ações só poderiam ser tomadas pelo presidente da República, as Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, o procurador-geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), partido político com representação no Con-



gresso Nacional, além de confederação sindical ou entidade de classe com representação nacional. Em 2004, a Emenda Constitucional 45 concedeu essa prerrogativa ao governador e à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O relator da PEC no Senado, senador Garibaldi Alves Filho/RN, considerou a matéria legítima e oportuna. Ele observou que, constantemente, os municípios ficam desprotegidos em relação a iniciativas do governo federal e a proposta é uma forma de consolidar o regime federativo do país. “Temos muitas iniciativas de cima para

baixo, que terminam por afetar os interesses dos municípios. Portanto, é legítimo que, a exemplo dos estados, os municípios também possam propor essas ações, já que eles também são unidades federadas”, disse o parlamentar.

Relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Antônio Anastasia/MG louvou a iniciativa e lamentou que, somente agora, após 28 anos da promulgação da Constituição, a modificação tenha sido feita.

O texto seguiu para a Câmara dos Deputados □

Audiência Pública discute proibição de descarte irregular de resíduos em vias públicas



A Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados promoveu no dia 7 de julho uma Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei 3408/15, que define o descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas. O secretário de Meio Ambiente da prefeitura de Belo Horizonte/MG, Custódio

Antônio de Mattos, representou a FNP na reunião.

“Existem dois grandes problemas a serem sanados: o despejo clandestino de resíduos da construção civil e a convergência entre a coleta seletiva e a reciclagem”, disse Custódio, que sugeriu alteração na lei atual.

“Que esse ponto que debatemos seja o mais abrangente possível. Que haja proibição do descarte de resíduos fora dos locais estipulados e que tenha punição para quem desrespeitar as regras. Da forma como está na PNRS, não irá mudar em nada”, salientou Custódio Mattos, ressaltando que a FNP pede que os acordos setoriais entre governo e os setores privados não beneficiem apenas as empresas, mas que olhem com mais atenção às necessidades dos municípios.

Além de Custódio, foram convidados para o debate o gerente de Resíduos Sólidos do Departamento de Ambiente Urbano da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Eduardo Rocha Dias Santos; o assessor especial da Diretoria-Geral de Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, Guilherme de Almeida, e a consultora da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Cláudia Lins □

FNP promove debate sobre PECs de precatórios e renegociação de dívidas com a União



Prefeitos, procuradores municipais e secretários de finanças participaram, no dia 8 de julho, de uma reunião de análise comparativa de duas Propostas de Emendas à Constituição (PECs 233 e 212) que tramitam na Câmara dos Deputados e instituem regime especial para pagamento de precatórios. Cerca de 50 pessoas, representando 23 municípios, participaram do debate técnico, promovido pela FNP, na sede do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF), em São Paulo/SP.

Na oportunidade, o consenso do grupo foi

de que a PEC mais vantajosa aos municípios é a 233, pois permite, em um primeiro momento, que os municípios tenham acesso a linhas de financiamento para pagamento das dívidas e possam utilizar 75% de depósitos judiciais. Outra questão é a possibilidade de ter acesso a 20% de depósitos judiciais privados, sendo 10% para estados e 10% para municípios, o que permitiria, em cinco anos, uma alternativa de encontrar caminhos para quitar as dívidas de precatórios.

A prefeita de Guarujá/SP, Maria Antonieta de Brito, vice-presidente de Finanças Públicas

da FNP, destacou que o ideal seria unir aspectos da PEC 233 com o prazo da PEC 212. “Porém, nós entendemos que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem um posicionamento e nós estamos procurando seguir o posicionamento da modulação”, disse. Além de Antonieta, o debate contou com a participação dos prefeitos de Divinópolis/MG, Vladimir Azavedo, vice-presidente de Gestão Pública da FNP; de Sorocaba/SP, Antonio Carlos Pannunzio, vice-presidente de Mobilidade Urbana; e de Itapuí/SP, José Eduardo Amantini.

Na ocasião, os governantes defenderam



que os precatórios configuram uma questão emergencial, já que muitos estão no final dos seus mandatos e precisam de alternativas para garantir a gestão em 2017. A preocupação é que as cidades estão com a receita corrente líquida (receita mensal do município) comprometida. Esse contexto inviabiliza a gestão pública, por

falta de recursos suficientes para que os prefeitos honrem seus compromissos nas políticas de saúde, educação e demais áreas.

Outros assuntos

Ainda na reunião, foi debatida a queda nas transferências de recursos da União

para os municípios; regulamentação do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que proíbe aos prefeitos, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, de contrair obrigação de despesa e renegociação das dívidas dos municípios com a União e bancos públicos □

Secretário-executivo do Ministério da Fazenda recebe prefeita do Guarujá e secretários de Finanças



A prefeita de Guarujá/SP e vice-presidente de Finanças Públicas da FNP, Maria Antonieta, e um grupo formado por secretários de Finanças de diversos municípios brasileiros participaram de uma reunião técnica com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, e a subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais do Tesouro Nacional, Priscila Santana, para tratar de pontos relacionados às finanças municipais. O encontro, realizado no dia 15 de julho, em Brasília/DF, foi um desdobramento da audiência do presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, no dia 27 de junho.

Maria Antonieta apresentou uma pauta com proposições como as transferências de recursos da União para os municípios, o fechamento de contas, dívidas dos municípios com a União e modificação do art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

O secretário Guardia e a subsecretária Priscila Santana mostraram-se sensibilizados com as demandas municipalistas. “Sabemos que o volume de atrasos do PAC

é muito grande, mas esse contingenciamento está calçado por uma margem financeira para suprir todas as obras, previsto na meta fiscal deste ano. Está na nossa programação e estamos em constantes discussões sobre esse assunto”, declarou Guardia.

A queda do repasse para a saúde e a educação também foi questionada pelos secretários de Finanças presentes na reunião. O secretário de Finanças de Belo Horizonte/MG, Pedro Meneguetti, afirmou que a capital mineira, por exemplo, recebeu, para o Sistema Único de Saúde (SUS), em 2016, um valor nominal 7% menor que em 2015. Os secretários pediram garantia do governo federal de que os repasses para as áreas em 2016 fossem, no mínimo, os valores de 2015, corrigidos pelo IPCA. Na ocasião, o secretário Guardia solicitou à FNP que recolhesse dos municípios a informação da queda desses repasses para tomar providências a respeito do tema.

Sobre o fechamento de contas, o secretário de Finanças de São Paulo/SP, Rogério Ceron, ressaltou o avanço da contabilidade pública sobre normas pre-

vistas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e disse que há uma insegurança jurídica para os gestores municipais.

As dívidas dos municípios com a União também foi assunto de debate na audiência. Sobre a pauta, o secretário-executivo Guardia afirmou que o Ministério da Fazenda se manterá inflexível, declarando ainda ser contra a renegociação inclusive com os bancos públicos (Caixa, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES). A justificativa de Guardia para não renegociar as dívidas é o rombo nas contas públicas. “Infelizmente, levaremos um bom tempo para fechar o déficit do governo. Segundo dados nossos, só serão sanados em 2019”.

Além da prefeita Maria Antonieta e dos secretários de Belo Horizonte/MG e São Paulo/SP, estiveram presentes na reunião o secretário de Fazenda de Sorocaba/SP, Aurílio Caiado; o secretário de Finanças de Campinas/SP, Tarcísio Cintra; e o secretário de Planejamento e Coordenação de Cuiabá/MT, Francisco Serafim □

Justiça Federal concede liminar favorável a Porto Alegre para retenção do Imposto de Renda

A orientação da FNP para que as cidades judicializem a mudança nas regras para retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) continua obtendo êxito na Justiça. Após as prefeituras de Belo Horizonte/MG, Cuiabá/MT e de Salvador/BA conseguirem reverter a mudança de entendimento da Receita Federal a respeito da titularidade do IRRF em rendimentos pagos pelos municípios, agora foi a vez de Porto Alegre/RS.

Em seu parecer, o juiz federal Alexandre Rossato da Silva Ávila ressaltou a inconstitucionalidade imposta pela Receita Federal em pleitear a retenção do imposto para si. “Esta anômala mutação constitucional imposta por um ato normativo é flagrantemente contrária à Constituição Federal, não apenas porque inflete contra

o princípio federativo e a autonomia das pessoas políticas, mas também porque frustra a segurança jurídica e a confiança no conteúdo da própria Constituição. Como dito na inicial, há mais de trinta anos o imposto de renda retido sobre todos os pagamentos efetuados era de titularidade dos municípios, suas autarquias e fundações”.

Atuação da FNP

A FNP, em conjunto com a Associação Brasileira de Secretarias de Finanças das Capitais (Abraf) e o Fórum de Procuradores Gerais das Capitais Brasileiras, manteve exaustivas negociações com o governo federal sobre o tema. A pauta foi tratada no dia 4 de março, com a presidente da República Dilma Rousseff, em reunião do Comitê

de Articulação Federativa (CAF); e no dia 24 de março, com o então secretário-executivo do ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira, durante a 69ª Reunião Geral da FNP no Rio de Janeiro/RJ. Após a Reunião Geral, a FNP articulou novas reuniões com o ministério da Fazenda, mas todas sem sucesso na negociação. Foi então que, no dia 4 de maio, a entidade encaminhou uma mensagem a todos os prefeitos brasileiros indicando a judicialização do tema, pois o governo federal passou a adotar entendimento de que “os municípios apenas teriam direito ao IRRF que fosse incidente sobre os rendimentos pagos, exclusivamente, aos seus empregados”.

Para auxiliar na judicialização, a FNP disponibilizou no site documentos para embasar a ação □

TCU libera edital para abertura de novas vagas em cursos de Medicina

Em sessão plenária no dia 20 de julho, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a liberação do edital do Ministério da Educação (MEC) que dispõe sobre a abertura de 2.290 vagas em cursos de Medicina. A decisão põe fim ao processo nº 022.106/2015-4, em que foram julgadas supostas irregularidades no certame, e atende à reivindicação de prefeitos articulados e mobilizados pela FNP.

No total, 39 municípios, de quase todas as regiões do país, aguardavam pelo desfecho da ação. A ansiedade estava em garantir a formação de médicos em cidades do interior e, assim, diminuir o déficit desses profissionais para a melhoria dos

serviços de saúde locais. A questão foi um dos pontos da carta “Propostas urgentes e estruturantes para a vida nas cidades”, uma iniciativa da FNP consolidada por prefeitos representantes de mais de 10 partidos políticos e encaminhada ao presidente da República interino, Michel Temer, no dia 18 de maio. Segundo o documento, “é fundamental que sejam abertos novos cursos de medicina, interiorizando a formação dos profissionais médicos. A falta de médicos compromete a garantia do direito à saúde”.

Decisão

Na sessão plenária, o ministro Vital do Rêgo, revisor do processo, apresentou

voto divergente da proposta apresentada pela relatora, ministra Ana Arraes, que defendia a anulação do edital por ferir alguns princípios licitatórios e a declaração de inconstitucionalidade do artigo 3º da Lei nº 12871/2013 (Lei do Mais Médicos), base legal utilizada para a publicação do edital.

O ministro argumentou que, apesar de reconhecer alguns dos vícios apontados pela relatora, não os considera suficientes para a anulação e que os parâmetros de avaliação utilizados para o julgamento estavam previstos no edital, porém sem a fixação dos critérios, que surgiram após amplo debate com a sociedade. Vital do Rêgo considerou, ainda, que é de interesse público a manutenção do edital, levando em consideração também os investimentos já realizados pelos municípios, conforme ponderou a FNP por meio de petição apresentada na condição de *amicus curiae*.

Com exceção da ministra relatora, Ana Arraes, os demais ministros seguiram na linha do entendimento do ministro revisor e também votaram contra a suspensão do edital, assegurando que sejam criados novos cursos de Medicina. Participaram os ministros Bruno Dantas, José Múrcio, Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Walton Alencar, finalizando a votação em 6 a 1 □





FNP pede regularização nos repasses para a Saúde



Em busca de soluções diante da acen- tuada queda nos repasses e transfe- rências de recursos, a prefeita do Gua- rujá/SP e vice-presidente de Finanças Públicas da FNP, Maria Antonieta, e gestores de outros sete municípios se reuniram dia 29 de julho, em Brasília/ DF, com o secretário-executivo do Mi- nistério da Saúde, Antônio Carlos Nardi. Entre as demandas municipalistas pontuadas, destaque para a crescente dificuldade na gestão financeira do sistema público de saúde.

Na audiência, o tom dos represen- tantes municipais era de apreensão, principalmente em relação à manuten- ção dos serviços para a população e ao fechamento das contas para o encer- ramento dos mandatos, em dezembro. “Nós viemos sensibilizar, no sentido da preocupação também do Ministério da Saúde, em descontingenciar recursos que garantam que nós consigamos re- ceber os repasses financeiros de todos os programas até o mês de dezembro, não ampliando assim o nosso endivi- damento”, destacou a prefeita Maria Antonieta.

Para o secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo/SP, Rogério Ceron, é necessá- rio “enxergar uma previsibilidade de repasse para que seja possível fechar as contas”.

Segundo a secretária-adjunta de

Planejamento de Cuiabá/MT, Iracema Maria Queiroz, a situação do município retrata bem o caos no setor de Saúde, agravado com a crise financeira do país. “Em Cuiabá, a retração no repasse para a Saúde foi de 17%. Hoje, 32% da receita corrente líquida do município está sendo destinada para o setor e a demanda não para de crescer, desde a atenção básica até os serviços de média e alta complexidades”, destacou.

O secretário-executivo do Ministé- rio da Saúde reconheceu como legítimo o pleito dos municípios, mas destacou que o contexto é de adequação. “O Ministério da Saúde foi o que mais sofreu contingenciamento de recursos”, disse. “Assumimos o compromisso, por parte do Ministério da Saúde, em fazer os esforços necessários, na questão dos descontingenciamentos financeiros, dos repasses regulares em dia e das habilitações de serviços já em funcio- namento para poderem, dessa manei- ra, aliviar os custos adicionais que os municípios estão tendo”, completou Antônio Carlos Nardi.

Mais Médicos

O programa Mais Médicos também esteve na pauta da reunião e foi res- saltado como fundamental para o en- frentamento da insuficiência do aten- dimento básico de saúde, aprimorando a atenção primária à população. Além

de defender a continuidade do progra- ma, sobretudo em razão do déficit de profissionais que já existe, os repre- sentantes municipais entregaram um ofício nominal ao ministro da Saúde, Ricardo Barros, pedindo celeridade na retomada do edital que previa a abertura de novos cursos de Medicina.

Segundo o documento, “a abertura de novos cursos, em 39 municípios do interior do país, combinada com novas vagas em residência médica, permitirá que a demanda da sociedade por ser- viços de saúde seja atendida de forma permanente, assegurando, inclusive, a interiorização dos profissionais mé- dicos”.

Também participaram da audiência o secretário de Finanças de Cuiabá/ MT, Pascoal Santullo; a coordenadora de Orçamento da secretaria de Plane- jamento de Cuiabá/MT, Sandra Anun- ciação; o secretário de Gestão Estra- tégica de Limeira/SP, André Basso; o secretário de Obras e Serviços Públicos de Limeira/SP, Marcelo Coghi; o se- cretário de Saúde de Campinas/SP, Carmino de Souza; a secretária de Saú- de de São Bernardo do Campo/SP, Ode- te Carmem Gialdi; o secretário-adjun- to de Finanças de São Bernardo do Campo/SP, Vagner da Rocha; a secre- tária-adjunta de Saúde de Fortaleza/ CE, Lúcia Cidrão; e o secretário de Go- verno de Macapá/AP, Asiel Araújo ▣



Campanha de sensibilização de direitos de crianças e adolescentes é lançada no Rio de Janeiro



Com a presença do vice-prefeito do Rio de Janeiro/RJ, Adilson Pires, e do atleta olímpico Hugo Parisi, foi lançada no dia 1º de agosto, na capital fluminense, a campanha “Respeitar Proteger Garantir – Todos Juntos pelos Direitos de Crianças e Adolescentes”. O evento ocorreu durante as boas-vindas aos 75 voluntários, brasileiros e estrangeiros, responsáveis pela sensibilização direta do público durante os Jogos Olímpicos Rio 2016.

A campanha tem como foco a proteção integral das crianças e adolescentes durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. A expectativa é de que as ações de mobilização e engajamento ultrapassem o período das competições e sejam replicadas em mais eventos de grande porte. Para atingir essa meta, as ações visam envolver o máximo de instituições, governos e organizações da sociedade civil durante a maior competição esportiva do mundo, na prevenção de cinco violações de direitos de crianças e adolescentes consideradas as mais recorrentes em grandes eventos: a exploração sexual infantojuvenil, o trabalho infantil, o uso de álcool e outras drogas, crianças e adolescentes em situação de rua e crianças e adolescentes perdidos ou desaparecidos.

“O projeto, que envolve tantos jovens de dentro e de fora do Brasil, em uma ação de voluntários, neste período de Olimpíadas, tem vários aspectos fundamentais. Um deles é que nós possamos levar, a todos os turistas e à população de modo geral, que a nossa cidade, nosso país e o mundo já não aceitam mais essas violações de direitos de crianças e adolescentes”, disse o vice-prefeito Adilson Pires durante a cerimônia.

Pires também destacou a importância do

envolvimento do poder público com o terceiro setor, como na campanha “Respeitar Proteger Garantir”. “Quando nós fazemos uma parceria com a sociedade civil, que envolvem voluntários, temos que agir sempre de forma sincera, séria e transparente, cada um podendo fazer a sua parte. Essa é a chave do sucesso, ou seja, integrar pessoas que tenham aspecto e papéis diferentes em busca de uma causa comum”, declarou.

“Quando surgiu o convite para participar desta campanha, eu não pensei duas vezes, pois eu acredito que vivo em um dos lugares mais democráticos: o esporte, onde deixamos de lado todos os nossos preconceitos, discriminações e o que vale é o espírito esportivo, que vença o melhor. Muito mais do que respeitarmos as crianças e adolescentes, eu vejo que esta campanha está tentando assegurar todos os seus direitos, e isso é uma iniciativa louvável”, frisou o atleta Hugo Parisi.

Os voluntários

Os voluntários vão atuar na sensibilização da população e tirar dúvidas sobre violações de direito das crianças e adolescentes. Durante os jogos, os voluntários também incentivarão o público a postar fotos e textos sobre a campanha nas redes sociais. A ação vai acontecer na orla de Copacabana e nos Boulevards Olímpicos Porto Maravilha, na região central; Parque Madureira, na Zona Norte; e Centro Esportivo Miécimo da Silva, em Campo Grande, na Zona Oeste. Espera-se que a sociedade se engaje na campanha por meio das hashtags #EuRespeito #EuProtejo #EuGaranto e se sensibilize sobre a importância da proteção integral da criança e do adolescente.

“Acho essencial assegurar o direito de crianças e adolescentes e isso me engajou a estar aqui, durante os Jogos Olímpicos. Aqui temos contato com pessoas de diversas partes do mundo e isso serve como crescimento profissional, pessoal. Trocamos ideias, experiências, é uma troca de realidade. As crianças são o nosso amanhã, então, temos que cuidar do nosso futuro, não só no Brasil como no mundo”, destacou a voluntária de São Paulo/SP, Nathália de

Oliveira.

O voluntário argentino Jonathan Morales também falou sobre o futuro das novas gerações. “Eu já trabalho como voluntário há três anos e temos um objetivo que é proteger os jovens durante os grandes eventos. Pretendemos, com a campanha, deixar em evidência o combate à exploração infantil, em qualquer de suas formas, pois, seja na Argentina, de onde venho, ou de qualquer parte do mundo, os jovens, crianças e adolescentes são o futuro de nossas sociedades, de nossos povos, então creio que garantindo esses direitos esses jovens poderão crescer em um berço de garantias e direitos, trazer uma melhor qualidade de vida para nossos povos e para a América Latina como um todo”.

O projeto

A campanha faz parte do projeto “Rio 2016: Olimpíadas dos Direitos da Criança e do Adolescente”, uma continuidade da ação promovida para a Copa do Mundo FIFA 2014 que, à época, tinha como meta o combate à exploração sexual infantil. O programa de voluntariado do projeto para os Jogos Olímpicos tem como base a experiência do Grupo de Apoio em Mega Eventos (G.A.M.E.), realizada em Porto Alegre, em 2014, durante a Copa.

A realização é da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), com cofinanciamento da União Europeia (UE) e parceria do Viva Rio, da italiana ISCOS Piemonte, da Rede Internacional *End Child Prostitution, Pornography and Trafficking* (ECPAT) (França), das prefeituras de Porto Alegre/RS e do Rio de Janeiro/RJ e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) □

FNP articula aprovação de emendas para ajustes na Lei de Responsabilidade Fiscal



Prefeitos da FNP se mobilizaram em diversas presenciais e por telefone, dia 3 de agosto, para garantir apoio às propostas de adequações na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) sugeridas pela entidade.

O prefeito de Belo Horizonte/MG, Mar-

cio Lacerda, presidente da FNP, conversou por telefone com o ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, Geddel Vieira Lima. O Prefeito de Aparecida de Goiânia/GO, Maguito Vilela, vice-presidente Nacional da FNP, esteve com o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e solicitou que o governo federal seja sensível à demanda dos prefeitos.

Na Câmara dos Deputados, os prefeitos de Porto Alegre/RS, José Fortunati, vice-presidente de Relações Institucionais da FNP e de Maceió/AL, Rui Palmeira, se reuniram com o líder do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), Antonio Imbassahy. O deputado, que já foi

prefeito, se mostrou solidário ao pedido de apoio às emendas e falou da conversa no mesmo sentido que teve com o prefeito de Sorocaba/SP, Antônio Pannunzio, vice-presidente de Mobilidade Urbana da FNP.

Na sequência, o prefeito Fortunati esteve reunido com o vice-líder do PSD (Partido Social Democrático), Joaquim Passarinho, e com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. Também participou do encontro, a pedido do prefeito de Maringá/PR, Carlos Pupin, o líder do PPS (Partido Popular Socialista), Rubens Bueno, que reafirmou seu apoio à pauta dos municípios.

O presidente da Casa afirmou que o governo federal apontou, em um primeiro momento, dificuldades para aprovação das emendas. “No entanto, diante dos argumentos da FNP, e do risco de massivos decretos de calamidade pública financeira, levaremos a pauta mais detalhada para os ministros da Casa Civil, Eliseu Padilha, e da Fazenda, Henrique Meirelles” afirmou □

Idealizador da LRF é favorável às alterações propostas pela FNP na Lei

Após articulação da FNP, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) apresentou destaque à Emenda de Plenário nº 234, do Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016. Com essa medida, a proposição, que engloba alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) propostas pela FNP, será votada separadamente das demais. Um dos idealizadores da LRF, José Roberto Afonso, defende a alteração no artigo 42 e entende como razoável o pleito da FNP. “O que eles [prefeitos] estão pedindo, e eu acho razoável, é que o mesmo tratamento dado à dívida fundada seja aplicado no caso da dívida flutuante. A mesma regra para toda e qualquer

dívida”, falou Afonso.

A votação do PLP, que também trata da renegociação das dívidas dos estados com a União, está marcada para Sessão Extraordinária da Câmara dos Deputados no dia 9 de agosto. A FNP, por meio do seu presidente, Marcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte/MG, sugere aos demais prefeitos que entrem em contato com os deputados da sua região e/ou partido para solicitar apoio à aprovação da emenda destacada pelo PSB.

Essa articulação se deu diante da crise que tem levado municípios a decretarem estado de calamidade financeira, impactando direta-

te no enfraquecimento da economia do país. O pedido também esclarece a necessidade de mudança em dois pontos do texto da LRF: os artigos nº 42 e nº 66.

Em relação ao artigo 42, a entidade destaca a necessidade de adequação no texto de modo que fique claro que a aferição do seu cumprimento seja feita mediante a contraposição da disponibilidade de caixa com os restos a pagar processados (despesas liquidadas). A FNP também requereu o acréscimo de um dispositivo, conforme já previsto no artigo 66 da própria LRF, que trata de algumas excepcionalidades de despesa de pessoal e dívida fundada □

PLP 257/16 é votado sem textos sobre a LRF

Os líderes partidários acordaram durante a votação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/16, na madrugada do dia 10 de agosto, excluir todos os textos que tratavam da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Com o acordo, foi votado apenas o texto principal do projeto, que propõe o alongamento das dívidas de estados e do Distrito Federal com a União por 20 anos, condicionadas a medidas de restrição fiscal. Todas as emendas sobre ajustes na LRF, incluindo a de nº 234,

proposta FNP e apresentada como um dos destaques pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), ficaram prejudicadas.

Diante desse cenário e da importância de ajustes na Lei, a expectativa é que um novo projeto específico sobre o tema seja apreciado pelo Congresso Nacional. Segundo o economista José Roberto Afonso, um dos idealizadores da LRF, que avaliou as propostas dos prefeitos como “um pleito razoável”, “é pertinente separar a discussão da reforma da LRF do projeto

que discute as dívidas dos estados”.

No dia 8, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que a parte do texto que previa mudanças na LRF poderia ser objeto de outra proposta, para que fosse tratada de forma mais abrangente. “O que vamos fazer é analisar toda a Lei de Responsabilidade Fiscal e verificar que outros itens poderiam merecer atualização e ser objeto de uma proposta para debate”, afirmou Meirelles □

MEC estipula cronograma para retomada do edital dos cursos de Medicina



Em reunião articulada pela FNP, o ministro da Educação, Mendonça Filho, anunciou outubro como prazo para a assinatura do termo de compromisso com as instituições mantenedoras selecionadas para instalação dos cursos de medicina. Os 39 municípios que aguardam desfecho da ação estão em 11 estados. Desses, nove estiveram representados na audiência, no dia 18 de agosto, em Brasília/DF, com a participação de 27 prefeitos.

Segundo a prefeita de Guarujá/SP, Maria Antonieta, vice-presidente de Finanças Públicas da FNP, é muito frustrante a luta que os prefeitos encampam desde 2013. “Não gostaríamos de finalizar nossos mandatos e não ver esse processo finalizado”, disse.

A expectativa para a abertura dos novos cursos é grande entre os prefeitos, que querem oferecer um serviço de saúde de qualidade à população. “Nós temos uma carência de médicos muito grande, o que dificulta o serviço que gostaríamos de prestar. A perspectiva de curso de medicina cria, em médio prazo, a possibilidade de formarmos anualmente um contingente de profissionais que vai suprir não só as nossas necessidades, mas as necessidades da região como um todo”, falou o prefeito de Guarapuava/PR, Cesar Augusto Carollo Silvestri Filho.

Frente à aflição dos prefeitos, e com a liberação do edital pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em julho, o ministro afirmou que deixar de dar andamento ao processo “não seria a coisa mais adequada diante da expectativa dos municípios por essa decisão”. Mendonça Filho afirmou que cabe à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) e à Consultoria Jurídica do Ministério da Educação (MEC) seguir com os desdobramentos, e

já se posicionou: “até setembro vamos divulgar o resultado final e, em outubro, teremos o termo de compromisso assinado”, comprometeu-se.

Para o prefeito de Araras/SP, Nelson Brambilla, esse é o momento para abrir os cursos, com uma grade que seja adequada à realidade brasileira para formar médicos que atendam a população mais pobre. “Nós esperávamos que hoje tivéssemos a solução final. Acho que o pessoal ainda não entendeu a importância que tem a abertura de novos cursos de medicina”, disse.

Nesse sentido, o prefeito de Jacobina/BA, Rui Rei Matos Macedo, compartilhou sua experiência, ao dizer que a implantação do curso de medicina no município baiano é a realização de uma região, que sofre carência de profissionais na área da saúde. “Hoje, há uma tendência de formação de especialistas, e os médicos que cuidam da saúde em geral tem carência muito grande, principalmente no interior do Brasil”, destacou.

O prefeito de Cachoeiro do Itapemirim/ES, Carlos Casteglione, pediu para que o MEC deixasse um espaço aberto para que os prefeitos possam ajudar as instituições de ensino com suas possíveis pendências. “Nós precisamos da liberação rápida desses cursos, quem sabe adiantando a visita do MEC às instituições já aprovadas”, pontuou.

Além do pleito pela celeridade no processo, alguns prefeitos pediram, ainda, sensibilidade do Ministério da Educação (MEC) para as análises de recursos. Além de Guarujá/SP, Ijuí/RS e Tucuruí/PA, que também estiveram representados pelos seus prefeitos, tiveram desclassificadas as instituições que concorreram no processo. “Nós gostaríamos de uma reavaliação dessas desclassificações”, falou Sancler Antônio

Wanderley Ferreira, prefeito do município paraense.

Canal de Diálogo

Durante a reunião ficou estabelecido um canal permanente de acompanhamento da execução do edital entre a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do MEC e a FNP.

Desdobramentos

Após audiência com o ministro, prefeitos e representantes de algumas das cidades estiveram reunidos na sede da FNP para tratar dos desdobramentos do encontro e discutir estratégias de atuação em torno do andamento do edital. Com a participação do prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, por videoconferência, os prefeitos trataram das ações para buscar celeridade nos prazos divulgados pelo ministro da Educação.

A prefeita do Guarujá/SP, Maria Antonieta, que conduziu a reunião com o ministro e na sede da FNP, falou dos resultados do encontro. “A audiência foi muito produtiva, abrimos um canal importante e o ministro deu respostas concretas”, avaliou.

Para dar celeridade no andamento do edital, o presidente da FNP sugeriu mobilização dos parlamentares, com recortes estaduais, considerando os 11 estados que serão beneficiados com a abertura de novas vagas. “Vamos mobilizar senadores, num recorte estadual para acompanhar o andamento do processo junto ao ministério da Educação”, sugeriu o presidente da FNP.

O presidente da FNP disse que está agendando audiência com o presidente da República, Michel Temer, onde irá apresentar a pauta. Além disso, outra audiência será agendada com o ministro da Educação para acompanhar o andamento do edital.



Prefeitos que participaram das reuniões

Jacobina/BA - Rui Rei Matos Macedo
 Itabuna/BA - Claudiane Moreira Leite
 Cachoeiro de Itapemirim/ES - Carlos Roberto Casteglione Dias
 Passos/MG - Ataíde Vilela
 Poços de Caldas/MG - Eloisio do Carmo Lourenço
 Sete Lagoas/MG - Marcio Reinaldo Dias Moreira
 Contagem/MG - Carlin Moura
 Campo Mourão/PR - Regina Massaretto Bronzel Dubay
 Guarapuava/PR - Cesar Augusto Carollo Silvestri Filho
 Umuarama/PR - Moacir Silva
 Angra dos Reis/RJ - Maria da Conceição Caldas Rabha
 Ijuí/RS - Fioravante Batista Ballin
 Erechim/RS - Paulo Alfredo Polis
 São Leopoldo/RS - Anibal Moacir da Silva

Novo Hamburgo/RS - José Luis Laueremann
 Araçatuba/SP - Cido Sérgio da Silva
 Araras/SP - Nelson Dimas Brambilla
 Cubatão/SP - Marcia Rosa de Mendonça Silva
 Rio Claro/SP - Palminio Altinari Filho
 São José Dos Campos/SP - Carlos Jose DeAlmeida
 Piracicaba/SP - Gabriel Ferrato dos Santos
 Bauru/SP - Rodrigo Agostinho
 Gaurujá/SP - Maria Antonieta
 Guarulhos/SP - Sebastião Almeida
 Eunápolis/BA - Demetrio Guerrieri Neto
 Vilhena/RO - José Luiz Rover
 Tucuruí/PA - Sancler Antônio Wanderley Ferreira

Além dos prefeitos, participaram representantes de Limeira/SP e Jaú/SP □

Em seminário da NTU, vice-presidente da FNP defende Cide Municipal como alternativa para o transporte público

Para debater alternativas sobre o transporte público, a Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) promoveu, no dia 23 de agosto, em Brasília/DF, seu 30º Seminário Nacional. Na ocasião, o prefeito de Sorocaba/SP, Antonio Pannunzio, vice-presidente de Mobilidade Urbana da FNP, defendeu a Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (Cide) Municipal sobre os combustíveis como alternativa para o barateamento das tarifas.

Durante a mesa redonda “Transporte público como direito social. E agora?”, Pannunzio destacou que Sorocaba investe R\$ 56 milhões por ano de subsídio para que o transporte público continue acessível à população. Para o prefeito, a criação da Cide Municipal, um imposto não inflacionário, seria uma alternativa para custear o transporte coletivo. “Eu defendo a criação da Cide Municipal. Não quero saber de engessamento orçamentário da União ou do estado para repassar para o município, pois isso desarticula os projetos de governo”, disse.

Ainda de acordo com o prefeito, um serviço de boa qualidade tem custos elevados e isso também está ligado à questão das gratuidades. “É possível melhorar combatendo o desperdício, utilizando tecnologia, como o caso das catracas eletrônicas substituindo o cobrador, mas o bom transporte tem custo elevado para o brasileiro nos dias de hoje”, falou.



Segundo o coordenador do núcleo de Desenvolvimento Urbano do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Igor Geracy, um dos maiores problemas do transporte coletivo está na estruturação das cidades, que foi direcionada para a circulação dos automóveis, em detrimento da circulação das pessoas. “A melhor forma de internacionalizar os custos para viabilizar o sistema de mobilidade urbana humano e sustentável é onerar esses agentes que são os principais geradores de externalidades negativas”, completou.

Também participaram do debate, mediado pelo jornalista Alexandre Garcia, o presidente executivo da NTU, Otávio Cunha, o presidente da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), Ailton Brasiliense, e o deputado Júlio Lopes.

Mesa de abertura

Na abertura do Seminário, o presidente executivo da NTU, Otávio Cunha, defendeu que sem recursos públicos não há transporte público coletivo de qualidade. “Não adianta nada discutir transporte público de qualidade sem recursos, e para isso, é fundamental a participação dos governos”.

No que diz respeito aos financiamentos, Cunha aponta a Cide Municipal, proposta pela FNP e encampada pela NTU, como fator que pode mudar o panorama da equação em que apenas a tarifa banca o custo do transporte. “A ideia é que esse recurso seja arrecadado pelos municípios nos postos de gasolina e aplicado exclusivamente para o barateamento das tarifas”, disse □

FNP solicita ao Senado celeridade na votação da MP que renova contratos do Mais Médicos

A FNP encaminhou, em 23 de agosto, um ofício ao presidente do Senado, Renan Calheiros, solicitando empenho para aprovação da Medida Provisória 723/2016, que prorroga, por três anos, o prazo de atuação dos médicos intercambistas do Programa Mais Médicos. Aprovada na Câmara

dos Deputados no dia 22, a matéria seguiu para o Senado e se não for votada até o dia 29 perderá sua validade.

Cerca de 600 médicos do programa deixarão de atuar já na próxima semana, caso a medida não seja aprovada rapidamente. Até outubro,

cerca de 2.000 profissionais devem encerrar os contratos. Preocupados com as consequências desse déficit para a atenção básica de saúde, a FNP sensibilizou o governo federal para que a MP fosse editada e agora tem atuado para garantir a aprovação da matéria □

FNP participa de audiência pública sobre saneamento básico e resíduos sólidos

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública, dia 23 de agosto, para discutir o Projeto de Lei Complementar (PLP) 0014/15, que amplia prazos e obriga a União a oferecer apoio técnico e financeiro a estados e municípios na elaboração e execução dos planos de saneamento básico e de resíduos sólidos.

O debate foi proposto pelo deputado João Paulo Papa/SP, relator do projeto na comissão. “Pela sua abrangência e, especialmente, pelo fato de que já é expediente recorrente a dilatação dos prazos dos planos de saneamento e de resíduos sólidos, bem como do prazo para o fim dos lixões, a proposição exige que sejam consultados os representantes dos órgãos e das instituições diretamente envolvidos com as questões abordadas pelo projeto de lei”, justificou Papa.

De acordo com o projeto, os municípios terão até 2 de agosto de 2024 para assegurarem o fim dos lixões, com a disposição final ambientalmente adequada da totalidade dos seus rejeitos sólidos. O objetivo, segundo o autor da proposta, deputado Odelmo Leão/MG, é assegurar o cumprimento da Política



Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10). O prazo para a eliminação dos lixões a céu aberto venceu em 2014, mas grande parte dos municípios ainda não conseguiu cumprir o que determina a lei.

O secretário de Obras de Belo Horizonte/MG, Ricardo Augusto, que representou a FNP na audiência, destacou que a entidade apoia o escalonamento dos prazos, levando-se em conta o porte dos municípios na hora da prorrogação do tempo de implementação dos planos de saneamento e de resíduos sólidos. “Os prazos para aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos devem

ser fixados em lei. Já os escalonamentos por municípios devem ser tratados por decreto, que são mais ágeis que leis no caso de alterações, junto com as definições de mecanismos de financiamento e aporte técnico para a criação e implementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)”, disse.

Para o diretor da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Ricardo José Sovavinski, além de debater a ampliação ou não dos prazos para aplicação da lei, “a sociedade também deveria discutir o custeio, os meios de financiamento e a gestão dos resíduos sólidos” □

Senado aprova MP que prorroga contratos do Mais Médicos



Após reivindicação da FNP, o Plenário do Senado aprovou, dia 24 de agosto, a Medida Provisória (MP) 723/2016, que prorroga, por três anos, o prazo de atuação dos médicos intercambistas do Programa Mais Médicos para o Brasil. A matéria, que foi aprovada na forma do Projeto de Lei de Conversão 16/2016, segue agora para sanção presidencial.

Em ofício encaminhado ao presidente do Senado, Renan Calheiros, no dia 22 de agosto, a entidade solicitou empenho para votação da MP, que havia sido aprovada na Câmara dos Deputados no dia anterior.

A Medida foi assinada, no dia 29 de abril deste ano, pela presidente da República, Dilma Rousseff. “A medida provisória é um grande

alívio para nós prefeitos que estávamos preocupados com a descontinuidade dos médicos estrangeiros”, disse na ocasião, o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP.

Medida Provisória

Encaminhamento da 69ª Reunião Geral da FNP, realizada no Rio de Janeiro/RJ, no dia 26 de abril a entidade encaminhou para os então ministros da Saúde e da Secretaria de Governo, Marcelo Castro e Ricardo Berzoini, ofício sobre o fim do contrato dos médicos intercambistas do programa. No documento, a FNP sugeria a imediata edição de uma MP que viabilizasse a continuidade do programa por meio da prorrogação dos contratos vigentes, mantendo a permanência dos profissionais nos municípios sem que haja retrocesso dos avanços já conquistados □



Prorrogação da DRU é aprovada no Senado

O Senado Federal aprovou no dia 24 de agosto a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2023. A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 31/2016 aumenta a flexibilidade para que o governo use parte dos recursos do orçamento com despesas que considerar prioritárias e possa redefinir o uso das receitas. A PEC altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e também estabelece a desvinculação de receitas dos estados, Distrito Federal e municípios.

Segundo o secretário de Finanças de Fortaleza/CE e presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), Jurandir Gurgel, “em um cenário restrito para as finanças municipais ante o contexto macroeconômico, a aprovação da DRU revela-se de muita importância para flexibilização da execução orçamentária dos municípios, no sentido de que os serviços essenciais não sejam interrompidos neste momento de crise”.

A medida amplia o percentual de 20% para 30% e permite que a União amplie o uso

desses recursos antes destinados a despesas específicas, vinculadas à legislação brasileira. Além disso, a PEC cria mecanismo semelhante para estados, Distrito Federal e municípios - a Desvinculação de Receitas dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios (DREM) -, ficando desvinculadas 30% das receitas relativas a impostos, taxas e multas, não aplicado às receitas destinadas à saúde e à educação.

A expectativa é que a medida libere R\$ 117,7 bilhões para uso do Executivo Federal apenas em 2016, sendo R\$ 110,9 bilhões de contribuições sociais, R\$ 4,6 bilhões das Contribuições Sociais e de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide) e R\$ 2,2 bilhões de taxas. Esse valor poderá ser usado para o cumprimento da meta de resultado primário deste ano - que prevê um déficit de R\$ 170,5 bilhões - e para a redução da dívida pública no âmbito da União. A desvinculação não atinge a receita obtida com a contribuição do salário-educação, tributo que financia programas da educação básica pública, ou as verbas destinadas à saúde pública. Também não poderá prejudicar o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que paga os benefícios previdenciários.

No caso dos estados e municípios, a desvinculação abrange a receita de todos os impostos, taxas e multas. São excluídos da DRU, além dos recursos destinados à saúde e à educação, o pagamento de pessoal, as contribuições previdenciárias e as transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da federação com destinação especificada em lei. Ficam livres da DRU, igualmente, fundos do Judiciário, dos tribunais de contas, do Ministério Público, das procuradorias-gerais e das defensorias públicas.

Tanto no caso da DRU quanto da DREM não muda, porém, a regra que estabelece os gastos mínimos para educação (18% para União e 25% para estados e municípios) e saúde (15% para a União, 12% para estados e 15% para municípios) nem as transferências constitucionais de impostos para estados e municípios.

A proposta, aprovada em segundo turno por 54 votos favoráveis e 15 contrários, será promulgada em sessão solene do Congresso Nacional, a ser convocada.

Pelo texto, a medida poderá ser aplicada de maneira retroativa desde 1º de janeiro de 2016 □

Parceiros nacionais e internacionais participam da preparação do IV EMDS

Instituições nacionais e internacionais participaram da 1ª Reunião do Conselho Consultivo do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), realizada dia 26 de agosto, em Belo Horizonte/MG. O prefeito anfitrião, Marcio Lacerda, presidente da FNP, e o prefeito de Divinópolis/MG, Vladimir Azevedo, vice-presidente de Gestão Pública e membro da coordenação política do EMDS, receberam os representantes das empresas e entidades convidadas.

Segundo o prefeito Marcio Lacerda, o EMDS é também uma oportunidade para o debate da criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento econômico, e destacou que as cidades precisam trabalhar em redes nacionais e internacionais. Lacerda falou, ainda, da importância da troca de conhecimento entre os prefeitos especialmente para que possam atingir as expectativas da população e os compromissos firmados na campanha eleitoral.

Além dos prefeitos, o gerente de Políticas Públicas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Bruno Quick, também participou da reunião e destacou o incentivo ao desenvolvimento econômico como ponto fundamental para o desenvolvimento dos municípios. A FNP e o Sebrae são os realizadores



do IV EMDS, de 24 a 28 de abril de 2017, em Brasília/DF.

Entre os apoios registrados, os representantes da Frente Mineira de Prefeitos (FMP) e a Associação Mineira de Municípios (AMM) se comprometeram com a mobilização e divulgação do EMDS. A AMM ofereceu espaço para divulgação em sua TV institucional e convidou o prefeito Marcio Lacerda a palestrar no VI Congresso Mineiro de Prefeitos Eleitos, que será realizado nos dias 9 e 10 de novembro, em Belo Horizonte.

O representante da Fundação Dom Cabral (FDC) afirmou que irá apoiar o evento no que diz respeito à construção de conteúdo e me-

todologias de debates. A Fiat, parceira no III EMDS, confirmou seu apoio para a nova edição do evento.

Pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), os representantes falaram em nome do presidente, Olavo Machado Junior, que existe uma convergência de agendas da Instituição com a pauta que está sendo construída para o IV EMDS.

Com agendas de interesses comuns, o Instituto de Arquitetos do Brasil - Minas Gerais (IAB/MG) devem contribuir no debate sobre tratamento adequado para os aglomerados urbanos, com o ponto de vista focado na melhoria das condições da vida da população □



Conselho Consultivo coleta sugestões para o IV EMDS



Prosseguindo com as agendas do Conselho Consultivo do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), mais de 30 instituições nacionais e internacionais estiveram reunidas em São Paulo/SP, no dia 2 de setembro. A audiência foi promovida pela FNP para que o grupo participe com sugestões de conteúdo, organização e mobilização do IV EMDS.

O evento ocorreu na sede do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF) e contou com a presença do prefeito de Divinópolis/MG, Vladimir Azevedo, vice-presidente de Gestão Pública da FNP, do secretário-executivo da FNP, Gilberto Perre, e do coordenador de Projetos e Articulação Institucional da entidade, Paulo Miotta.

De acordo com o secretário de Relações Internacionais e Federativas da Prefeitura de São Paulo/SP, Vicente Trevas, uma das grandes contribuições do EMDS é divulgar agendas realizadas no país, em desenvolvimento urbano sustentável, para outros países. “A experiência brasileira com as cidades é hoje uma referência internacional. Queremos usar o EMDS para compartilhar com representantes de toda a América Latina as propostas da agenda sustentável e de desenvolvimento urbano nas cidades grandes e médias brasi-

leiras. É uma excelente oportunidade para envolver os gestores e prefeitos e trocar experiências na área”.

A Rede Cidades Sustentáveis declarou apoio ao EMDS. Segundo a coordenadora da Rede, Zuleica Goulart, o EMDS será importante para discutir o tema sustentabilidade com a nova geração de prefeitas e prefeitos escolhidos nas eleições municipais de 2016. “Estamos apoiando mais uma vez e temos a expectativa de realizar a II Conferência Internacional Cidades Sustentáveis no âmbito do EMDS. Acreditamos que 2017 será um ano importante porque é o início das novas gestões. Trazer esse tema da sustentabilidade para os municípios no começo da gestão é fundamental. Aproveitar os novos gestores, prefeitos, prefeitas para trabalharmos juntos”, disse.

“A sociedade clama por ações mais eficientes nas cidades neste momento”, destacou o secretário executivo da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, Giovanni Rocco Neto, que também é integrante do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Desenvolvimento Econômico. Ele frisou a importância de se construir uma agenda de desenvolvimento econômico para os municípios. “O evento é fundamental para que as cidades pensem regionalmente. Consigam discutir

os problemas comuns para aumentar a eficiência do gasto público. Pensar estratégias de longo prazo e ações de curto prazo para atender aos anseios da população”.

O diretor do Observatório Social do Brasil, Thiago Ermano Jorge, sugeriu a gestão do dinheiro público como tema importante a ser debatido no EMDS. “O momento do país exige dos prefeitos uma discussão mais aprofundada sobre as licitações, buscando a garantia de que o recurso do contribuinte seja aplicado de forma correta. É importante que todos colaborem, de forma técnica, para dar mais eficiência ao gasto público”, disse.

FNP e Abrinq

Ainda durante a reunião, a FNP e a Fundação Abrinq renovaram a assinatura do termo de parceria institucional pelos direitos da criança e do adolescente, com vigência até 30 de junho de 2020.

Entre os objetivos do termo de cooperação está a participação da Fundação Abrinq nas ações do IV EMDS e a parceria da FNP na execução do “Programa Prefeito Amigo da Criança - PPAC”, por meio de articulação, integração e intercâmbio das atividades exercidas com os prefeitos eleitos para a gestão 2017-2020 □

Campanha “Respeitar Proteger Garantir” – Voluntários atuam nas Paralimpíadas Rio 2016



Dando continuidade às ações da campanha conjunta “Respeitar Proteger Garantir - Todos Juntos pelos Direitos das Crianças e Adolescentes”, voluntários da iniciativa atuaram também nas Paralimpíadas Rio 2016. A competição teve início no dia 7 setembro e seguiu até 18.

A ação dos voluntários seguiu a metodologia aplicada durante os Jogos Olímpicos Rio 2016, realizados de 5 a 21 de agosto. O grupo atuou na abordagem de visitantes, entregando folders explicativos e esclarecendo dúvidas quanto à prevenção das cinco violações de direitos de crianças e adolescentes consideradas as mais recorrentes em grandes eventos: a exploração sexual infantojuvenil, o trabalho infantil, o uso de álcool e outras drogas, crianças e adolescentes em situação de rua e crianças e adolescentes perdidos ou desaparecidos.

Os voluntários da campanha trabalharam também na conscientização sobre o Disque 100 e o aplicativo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) “Proteja Brasil”, canais de denúncia do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Para promover o engajamento, a campanha está nas redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram) e o público também é convidado a postar usando as hashtags #EuRespeito #EuProtejo #EuGaranto.

Campanha conjunta

A campanha “Respeitar Proteger Garantir” tem como foco a proteção integral das crianças e adolescentes. A expectativa é que as ações de mobilização e engajamento, que tiveram início nos Jogos Olímpicos Rio 2016 e seguem agora nas Paralimpíadas, ultrapassem o período da competição e sejam replicadas e disseminadas em mais eventos de grande porte. Para atingir essa meta, as ações visam envolver o máximo de instituições, governos e organizações da

sociedade civil.

O projeto

A campanha faz parte do projeto “Rio 2016: Olimpíadas dos Direitos da Criança e do Adolescente”, uma continuidade da ação promovida para a Copa do Mundo FIFA 2014 que, à época, tinha como meta o combate à exploração sexual infantil. O programa de voluntariado do projeto para os Jogos Olímpicos tem como base a experiência do Grupo de Apoio em Mega Eventos (G.A.M.E.), realizada em Porto Alegre, em 2014, durante a Copa. Além de Hugo Parisi, a atriz da Rede Globo Elizabeth Savala também cedeu sua imagem de forma gratuita e solidária à campanha.

A realização é da FNP, com cofinanciamento da União Europeia (UE) e parceria do Viva Rio, da italiana ISCOS Piemonte, da Rede Internacional *End Child Prostitution, Pornography and Trafficking* (ECPAT) (França), das prefeituras de Porto Alegre/RS e do Rio de Janeiro/RJ e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

A iniciativa também conta com o apoio do governo federal, por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania, da Rede Mercocidades, do Programa de Cooperação 100 Cidades para 100 Projetos Brasil-Itália, da Childhood Brasil, do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), da ECPAT Brasil, do Centro de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Rio de Janeiro (Cedeca-RJ), do Comitê de Proteção Integral a Crianças e Adolescentes nos Megaeventos do Rio de Janeiro, do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e da Rede de Gestores formada por representantes das cidades de Fortaleza/CE, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, Natal/RN, Recife/PE, Salvador/BA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Cuiabá/

MT, São Paulo/SP, Curitiba/PR, Manaus/AM, São Luís/MA.

Também colaboram com o projeto: o Ministério Público do Trabalho, a Fundação Abrinq, a AccorHotels, a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do estado de São Paulo/SP (ABIH-SP), a Associação Brasileira de Agentes de Viagens do Rio de Janeiro (ABAV-Rio), o Shopping Madureira, a Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do estado do Rio de Janeiro (Fetranspor), a Lamsa, a Concessionária Litoral Norte (CLN), a concessionária de rodovias CART, a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (Agerba), a VIA 040, o GRU Airport – Aeroporto Internacional de São Paulo, o Instituto Invenpar, o Comitê Estadual de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a Ancar Invanhoe Shopping Centers, a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), a Happy Child, a Latam, a Brasil Saúde & Ação (Brasa), o Sistema Nações Unidas no Brasil, a ANDI – Comunicação e Direitos, o Canal Futura, o Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (FOHB), a Instituição Nossa Casa e a agência de turismo Find Your Rio □



Congresso promulga PEC que permite aos municípios desvincular receitas



Em sessão solene do Congresso Nacional, na noite do dia 8 de setembro, foi promulgada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 31/2016, que aumenta a flexibilidade para que o governo use parte dos recursos do orçamento com despesas que considerar prioritárias e possa redefinir o uso das receitas. A matéria altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e também estabelece a Desvinculação de Receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios (DREM).

No dia 24 de agosto, o Senado votou a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2023.

A medida amplia o percentual desvinculado de 20% para 30% e permite que a União amplie o uso desses recursos antes destinados a despesas específicas. Além disso, a PEC cria mecanismo semelhante para estados, Distrito Federal e municípios

- a DREM -, ficando desvinculadas 30% das receitas relativas a impostos, taxas e multas, não aplicado às receitas destinadas à saúde e à educação.

No caso dos estados e municípios, a desvinculação abrange a receita de todos os impostos, taxas e multas. São excluídos da DRU, além dos recursos destinados à saúde e à educação, o pagamento de pessoal, as contribuições previdenciárias e as transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da federação com destinação especificada em lei. Ficam livres da DRU igualmente fundos do Judiciário, dos tribunais de contas, do Ministério Público, das procuradorias-gerais e das defensorias públicas.

Tanto no caso da DRU quanto da DREM não muda, porém, a regra que estabelece os gastos mínimos para educação (18% para União e 25% para estados e municípios) e saúde (15% para a União, 12% para esta-

dos e 15% para municípios), nem as transferências constitucionais de impostos para estados e municípios. Pelo texto, a medida poderá ser aplicada de maneira retroativa desde 1º de janeiro de 2016.

Atuação da FNP

Em dezembro de 2015, a FNP solicitou o apoio do deputado Laudívio Carvalho, relator da PEC, para estender aos municípios a desvinculação de receitas, até então permitida apenas à União. Com o pedido, o objetivo da entidade foi de contribuir com a flexibilização da execução orçamentária dos municípios, para que não interrompam serviços essenciais à população ao atravessar o momento adverso por qual passa a economia do país.

O tema também foi tratado na reunião do Comitê de Articulação Federativa (CAF), no dia 03 de março de 2016, com a então presidente da República, Dilma Rousseff □

Presidente sanciona lei que prorroga, por três anos, programa Mais Médicos

O presidente da República, Michel Temer, sancionou dia 12 de setembro a lei que garante a permanência dos profissionais do Programa Mais Médicos no país por mais três anos. Com a medida, sete mil profissionais que encerrariam os trabalhos até o final do ano poderão continuar no Brasil. A lei foi publicada no Diário Oficial da União dia 13.

Ao todo, são 18.240 médicos em 4.058 municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). As equipes garantem

assistência à saúde para cerca de 63 milhões de pessoas. O texto também prorroga o visto temporário de estrangeiros que trabalham no programa sem

diploma revalidado no Brasil. Além disso, mantém a atuação de médicos brasileiros formados no exterior na mesma situação.

A apresentação da Medida Provisória ao Congresso Nacional foi proposta ao governo federal pela FNP, Associação Brasileira de Municípios (ABM) e pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS). Com a aprovação do Poder Legislativo e a sanção presidencial, a medida passa a ser lei □





Governo federal anuncia novos repasses para a Saúde



O prefeito de Belo Horizonte/MG e presidente da FNP, Marcio Lacerda, participou, no dia 14, com o presidente da República, Michel Temer, e o ministro da Saúde, Ricardo Barros, da solenidade de anúncio do repasse de R\$ 182 milhões para 99 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), que já funcionavam, mas sem o financiamento da União. A ação do governo federal atende à reivindicação da FNP.

Segundo o presidente da República, uma gestão equilibrada das contas faz parte do dever do Estado para conseguir prestar um serviço público de qualidade. “A Constituição Federal estabelece saúde como direito de todos e dever do Estado e diz que a saúde deve ser garantida também por meio de políticas econômicas apropriadas. Sem uma política fiscal responsável, a saúde não tem viabilidade financeira”, afirmou Temer.

Na ocasião, o prefeito Marcio Lacerda assinou, simbolicamente, junto com o ministro da Saúde, uma portaria que formaliza o financiamento para as UPAs de Belo Horizonte, representando as Unidades de to-

dos os municípios. Lacerda destacou que o repasse federal representa um reforço importante no orçamento da saúde dos municípios. “No caso de Belo Horizonte, em que temos duas unidades, significa a economia de aproximadamente R\$ 1 milhão por mês. Essa ajuda é essencial também para as Santas Casas e para os hospitais filantrópicos, porque eles são parte importante do tripé do Sistema Único de Saúde (SUS) em todas as regiões do país”, falou.

Para o prefeito de Aparecida de Goiânia/GO, Maguito Vilela, vice-presidente da FNP, o financiamento das UPAs pela União irá aliviar um pouco a crise nas administrações municipais. “A FNP vem batendo nessa tecla há muitos anos para que as UPAs tenham um repasse rotineiro do governo federal”, realçou.

O prefeito de Sorocaba/SP, Antonio Pannunzio, vice-presidente da Mobilidade Urbana, salientou que municípios de médio e grande porte estão sufocados com as despesas da saúde, que, segundo ele, pesam mais do que a Educação. “Estamos colocando 32% da Receita Corrente Líquida na saúde, e quando o governo federal entende

essa situação, começa a produzir mais resultados e a pagar aos municípios aquilo que é devido”, falou.

Ainda na ocasião, o ministro Ricardo Barros mencionou a judicialização como um problema para o sistema de saúde. “A Judicialização é um grande problema da saúde. Estados e municípios, somando com União, tem R\$ 7 bilhões de sentenças judiciais para cumprir este ano”, disse.

Santas Casas e hospitais filantrópicos

O ministro da Saúde também anunciou que serão repassados R\$ 371 milhões para Santas Casas e hospitais filantrópicos. De acordo com números apresentados pelo presidente da Confederação das Santas Casas e Hospitais e Entidades Filantrópicas, Edson Rogatti, existem, no Brasil, 2.100 hospitais filantrópicos, que são responsáveis por mais de 50% dos atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS).

“É a maior rede de hospitais de atendimento do SUS. A crise e a queda de arrecadação têm agravado o sistema de financiamento das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos”, destacou ▣

IV EMDS: FNP recebe representantes de 104 instituições no Mané Garrincha



“Essas reuniões são um dos momentos mais ricos do pré-evento. Nesses encontros, construímos a agenda junto com vocês”, disse o prefeito de Divinópolis/MG, Vladimir Azevedo, vice-presidente de Gestão Pública da FNP, durante reunião do Conselho Consultivo do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). O evento foi realizado pela FNP dia 16 de setembro, no Estádio Nacional Mané Garrincha, local onde será realizada a 4ª edição do maior evento sobre sustentabilidade urbana do país.

Levando em consideração a crise fiscal que os municípios enfrentam, o tema “Reinventar o financiamento e a governança das cidades” norteará o IV EMDS, de 24 a 28 de abril de 2017. O prefeito Vladimir Azevedo, que também integra a Coordenação Política do evento, destacou o tema central como um “grande mantra” e afirmou que a 4ª edição do EMDS marcará uma nova fase, não só em termos quantitativos, mas também qualitativos.

“Nós esperamos 12 mil participantes, entre prefeitos, servidores, equipe técnica e a academia que, aliás, é muito importante para nos ajudar a estruturar projetos de políticas públicas”, contou o prefeito. A mobilização das instituições nacionais e internacionais é chave fundamental, assim como as reuniões preparatórias regionais, que terão início em janeiro de 2017.

Para o gerente de Políticas Públicas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Bruno Quick, está evidenciada a organização cuidadosa do

evento, focada em aspectos logísticos. “O IV EMDS é um meio, no sentido estratégico do assunto, pois é uma ferramenta de formação de opinião, que pode qualificar e fazer com que os temas, realmente, se tornem prioridade dos gestores públicos”, explicou. O Sebrae é parceiro da FNP na organização do EMDS, desde a primeira edição.

Segundo o diretor do WRI Brasil Cidades Sustentável, Luis Antonio Lindau, o tema do financiamento das cidades sugere uma agenda positiva para os municípios brasileiros. “O grande desafio das cidades é encontrar novos mecanismos de financiamento para essa agenda sustentável urbana”, falou. Ainda conforme Lindau, os gestores municipais precisam pensar no financiamento dentro da estrutura das cidades brasileiras.

De acordo com a representante da União Europeia (UE), Denise Verdade, a UE tem objetivos estratégicos comuns com

EMDS e com a FNP. “No III EMDS, trouxemos dois consultores, um francês e um português, para participar do debate, apresentando experiências exitosas”, disse. A edição passada contou com 17 delegações estrangeiras dos cinco continentes.

Denise Verdade, Luis Antonio Lindau e Bruno Quick fazem parte do Conselho Curador do IV EMDS.

Durante o encontro, mais de 150 participantes contribuíram com sugestões de conteúdo, organização e mobilização para o IV EMDS.

Visita técnica

Antes da reunião, os participantes fizeram uma visita guiada no estádio Nacional Mané Garrincha, acompanhados pela arquiteta da FNP, Thays Lima. O objetivo foi apresentar como será a estrutura do evento ▣





IV EMDS: encontro do Conselho Consultivo reúne 37 instituições no Rio de Janeiro



Fechando o primeiro ciclo de reuniões do Conselho Consultivo do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), 37 instituições nacionais e internacionais estiveram representadas no encontro realizado no Rio de Janeiro/RJ, em 23 de setembro. O prefeito de Três Rios/RJ, Vinicius Farah, vice-presidente de Desenvolvimento Econômico Local da FNP, conduziu a reunião.

Farah falou sobre a importância da FNP, que estabelece o diálogo com os prefeitos. “É a FNP que faz esse canal entre instituições e prefeitos, que estão abertos

para receber as inovações que serão apresentadas no IV EMDS”, declarou. O EMDS é promovido pela FNP, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a quarta edição do evento, já consolidado como o maior sobre sustentabilidade urbana do país, será realizado em Brasília/DF, de 24 a 28 de abril, no Estádio Nacional Mané Garrincha.

Durante a reunião no Rio de Janeiro/RJ, o grupo de instituições sugeriu temas para debate no IV EMDS. Entre as pautas apresentadas para as salas temáticas, destaque

para o acesso a linhas de financiamento; implementação da Nova Agenda Urbana (Habitat III) no contexto local; mudanças climáticas; a implementação de economia criativa e o uso de dados abertos; e a resiliência das cidades.

IV EMDS

Com o tema central “Reinventar o financiamento e a governança das cidades”, os cinco dias de atividades serão voltados à promoção do diálogo com a próxima geração de prefeitas e prefeitos, com o objetivo de fomentar a construção e a pactuação de alternativas para o enfrentamento da grave situação fiscal dos municípios brasileiros. Os debates serão norteados pelos eixos temáticos: Serviços e políticas públicas como direitos da cidadania; Cidades inteligentes, inovadoras, democráticas e transparentes; Direito à Cidade; Repactuação federativa, consorciamento e desenvolvimento regional; Qualidade e eficiência na gestão pública e a judicialização da escassez; Agenda urbana global e mudanças climáticas; e Incentivo à economia local, empreendedorismo, emprego, trabalho e renda ▣

MEC divulga lista de instituições selecionadas para abertura de novos cursos de medicina

Depois de quase um ano da suspensão do processo de abertura de novos cursos de medicina, o Ministério da Educação (MEC) publicou no Diário Oficial da União (DOU) do dia 27 de setembro a lista das mantenedoras selecionadas e classificadas para oferecer as novas vagas em 37 municípios do interior do país. As instituições foram divulgadas por meio da Portaria Nº 545, de 26 de setembro de 2016, que traz, também, a autorização para o aumento de vagas em cursos já ofertados em 13 municípios.

Depois de quase um ano da suspensão do processo de abertura de novos cursos de medicina, o Ministério da Educação (MEC) publicou no Diário Oficial da União (DOU) do dia 27 de setembro a lista das mantenedoras selecionadas e classificadas para oferecer as novas vagas em 37 municípios do interior do país. As ins-

tuições foram divulgadas por meio da Portaria Nº 545, de 26 de setembro de 2016, que traz, também, a autorização para o aumento de vagas em cursos já ofertados em 13 municípios.

A publicação da lista já havia sido anunciada pelo governo federal no dia 22 e dá continuidade às ações do Programa Mais Médicos, pleiteada pela FNP em várias reuniões e audiências entre prefeitos, ministros e parlamentares desde 2015.

Para o prefeito de Três Rios/RJ e vice-presidente de Desenvolvimento da FNP, Vinicius Farah, a abertura de novas vagas de medicina é uma conquista histórica e consolida o Programa Mais Médicos. “A chegada da universidade no município não só vai impactar diretamente na saúde pública da população como vai prospectar mais desenvolvimento e empreendedorismo, marca de Três Rios”, comemora

Farah, lembrando que “o papel da FNP foi fundamental no processo. Foi a FNP quem deu início à luta pela criação do Mais Médicos e a continuidade do Programa”.

O prefeito de Araras/SP, Nelson Brambilla, também comemorou a divulgação da lista e dos municípios que sediarão as novas universidades. “É um dia histórico, que vai empoderar o município e melhorar a saúde pública em toda a nossa região. E não podemos deixar de agradecer à FNP, que sempre esteve com os prefeitos nessa luta”. Brambilla também destacou que “é importante fiscalizar para que a formação dos novos profissionais seja baseada na qualidade dos serviços ao povo e não só ao mercado”.

Segundo a Portaria do MEC, as instituições de ensino têm de 3 a 18 meses para colocar os cursos em funcionamento ▣

FNP lança IV EMDS durante Conferência da ONU sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano



Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), a FNP promoveu um side event para o lançamento do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), no dia

19 de outubro, em Quito (Equador). Além de discussões sobre o que foi construído nas três últimas edições do EMDS, no lançamento, também foi realizado um debate sobre as perspectivas de absorção da Nova Agenda Urbana pela geração de prefeitas e prefeitos eleitos e reeleitos

em 2016.

Entre os presentes estiveram os prefeitos: de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP; de Divinópolis/MG, Vladimir Azevedo, vice-presidente de Gestão Pública; de Canoas/RS, Jairo Jorge, vice-presidente de Reforma Federativa; e de Palmas/TO, Carlos Amastha.

Intitulado como “Lançamento do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável e reflexões internacionais sobre o planejamento das cidades no contexto das mudanças climáticas”, o *side event*, assim como a própria Conferência, foi uma oportunidade para que os participantes contribuísem com a construção do IV EMDS □

Câmara amplia limite de receita para empresas participarem do Supersimples

A Câmara dos Deputados aprovou, por 380 votos favoráveis e nenhum contrário, o substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar 25/07, que aumenta o limite máximo de receita bruta para pequenas empresas participarem do regime especial de tributação do Simples Nacional, passando de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões de receita bruta anual

Além desse limite, o substitutivo altera o enquadramento de vários setores nas três tabelas de serviços. Essas duas mudanças entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A FNP, juntamente com a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), no decorrer das tratativas para ajustes do texto, teve atendido um

de seus pleitos, com a supressão dos dispositivos que possibilitavam ao contribuinte optar pelos benefícios do Simples Nacional, mas mantendo os benefícios do regime normal de tributação, evitando, com essa supressão, a possibilidade de guerra fiscal entre os municípios dentro do Simples e o aumento da complexidade do Sistema Tributário Nacional □

EMDS é apresentado durante V Congresso Mundial da CGLU

Com o objetivo de concretizar o Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) como um evento internacional, o prefeito de Divinópolis/MG, Vladimir Azevedo, vice-presidente de Gestão Pública da FNP, apresentou o evento, que é promovido pela FNP em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em Bogotá (Colômbia), durante o Congresso Mundial de Líderes Locais e Regionais da CGLU - Cidades e Governos Locais Unidos.

Segundo o prefeito, que também é integrante da Coordenação Política do IV EMDS, o início da internacionalização do EMDS, ocorreu na terceira edição do evento, em 2015, quando 17 delegações internacionais, representando os cinco continentes, participaram dos debates promovidos em Brasília/DF.

“Nesta quarta edição nós queremos aumentar muito essa conexão”, falou.

Azevedo disse que os debates no V Congresso Mundial da CGLU foi uma oportunidade para “divulgar, sensibilizar e articular com os líderes locais do mundo” para que participem da quarta edição do evento. “O IV EMDS é, ainda, um momento de debate para que os novos prefeitos tenham subsídios para construir um futuro baseado no desenvolvimento sustentável das nossas cidades”, completou.

Ainda sobre o IV EMDS, o prefeito de Divinópolis destacou que o evento brasileiro possui uma preocupação com infraestrutura sustentável. “O III EMDS foi o primeiro



encontro de prefeitos da América Latina que contou com aplicativo próprio”, falou. Esse fato colaborou com a economia de mais de duas toneladas de papel. A tecnologia também está prevista para a quarta edição do evento □

FNP é nomeada para assento titular no Conselho Mundial da CGLU

Durante o V Congresso Mundial de Líderes Locais e Regionais da CGLU - Cidades e Governos Locais Unidos, a FNP foi nomeada para um assento titular no Bureau Executivo e no Conselho Mundial da CGLU. O anúncio foi feito durante assinatura do Acordo Latino-Americano de Unidade na Diversidade, também conhecido como Cordial.

Com o acordo assinado, fica estabelecida uma nova representação latino-americana na CGLU: Mercocidades, Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (Flacma) e o Grupo Aberto de Trabalho pela Unidade dos Governos Locais da

América Latina (GATP).

De acordo com o Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais (Fonari), entre os objetivos do grupo está o compromisso de trabalhar juntos na diversidade e buscar soluções para problemas relacionados com o déficit e a baixa qualidade da moradia, da iniquidade, da desigualdade, da precariedade de acesso aos serviços básicos, do desafio da



mobilidade urbana, da busca do espaço público e dos riscos das populações frente aos impactos derivados da mudança climática, entre outros importantes desafios □

Prefeitos apresentam propostas de adequações na LRF



Em agenda articulada pela FNP, os prefeitos de Belo Horizonte/MG e presidente da entidade, Marcio Lacerda, e de Palmas/TO, Carlos Amastha, se reuniram com o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. Nas audiências, que contaram também com a presença do

subchefe de Assuntos Federativos da Presidência da República, Leonardo Américo, os prefeitos apresentaram uma proposta de adequações na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para afastar a elevada insegurança jurídica que atualmente contextualiza o fechamento de contas nos municípios.

A proposta apresentada destaca alterações nos artigos 42 e 66 da LRF que, originalmente, não trazem regras claras quanto a despesas contraídas no fim dos mandatos. Segundo a redação sugerida pela FNP, no art. 42 “considera-se contraída a obrigação de despesa após efetivada a prestação do serviço ou a entrega do bem objeto de prévio

empenho e contrato, atestado o seu cumprimento formal e respectiva liquidação para fins de pagamento”.

Ainda pela proposta, para o Art. 66 deve-se considerar que “a vedação prevista no art. 42 será suspensa, no caso de crescimento real baixo ou negativo do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, regional ou estadual por período igual ou superior a quatro trimestres”.

A busca por adequações na LRF tem sido uma pauta constante da FNP. A proposta sugerida foi construída desde a realização da 69ª Reunião Geral da entidade, no Rio de Janeiro/RJ em março deste ano. A redação foi elaborada com as contribuições de secretários municipais de Fazenda, Administração e procuradores gerais das capitais □

FNP acompanha processo de pagamento de valores arrecadados com a repatriação

No dia 31 acabou o prazo para a adesão ao programa de Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (Rerct), criado pela Lei da Repatriação, que regulariza os recursos enviados por brasileiros ao exterior sem o conhecimento da Receita Federal. De acordo com o órgão, a arrecadação com impostos e multas decorrentes da repatriação de recursos ilegais mantidos no exterior soma R\$ 45,8 bilhões até às 17h do dia 27 de outubro.

Preocupada com a situação fiscal dos municípios, fechamento de contas e com o encerramento de mandatos de prefeitos em todo o país, a FNP tem acompanhado, junto à Receita Federal, informações quanto às transferências

aos municípios dos valores arrecadados com os processos.

De acordo com o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, a lei, que oferece incentivos para a declaração voluntária de bens e de recursos adquiridos até 31 de dezembro de 2014 e mantidos no exterior, é uma alternativa para a crise econômica, que tem afetado sobremaneira as já sobrecarregadas finanças municipais. Lacerda destacou ainda a necessidade de medidas que ofereçam uma leitura do federalismo fiscal a médio e longo prazo.

A arrecadação é realizada a partir do pagamento do contribuinte de 15% de Imposto de

Renda (IR) e 15% de multa, totalizando 30% do valor repatriado. Até a data limite, estipulada pela Lei da Repatriação, o contribuinte pôde realizar retificações na declaração.

Em documento, enviado dia 23 de setembro, a FNP solicitou informações sobre os valores arrecadados até aquela data e a previsão de pagamento dos repasses. Isso porque as receitas oriundas de IR integram o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que por lei tem seus pagamentos previstos para os dias 10, 20 e 30 de cada mês, sempre sobre a arrecadação do IR e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) do decêndio anterior ao repasse □



Presidente da FNP conversa com jornalistas sobre as demandas municipalistas que serão temas de debate no IV EMDS



Em coletiva de imprensa realizada em São Paulo/SP, no dia 7 de novembro, o prefeito de Belo Horizonte/MG e presidente da FNP, Marcio Lacerda, destacou a importância dos temas que serão debatidos no IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). Crise econômica, adequações na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e repatriação de recursos estavam entre os assuntos da pauta do encontro com os jornalistas.

Segundo Lacerda, os prefeitos vão encontrar em seus municípios uma situação financeira e orçamentária difícil. “Os novos prefeitos precisarão reinventar o financiamento e a governança das cidades. Os próximos anos serão de ajustes”, disse. Para o prefeito, o grande desafio será compatibilizar a queda de orçamento e de recursos com as demandas naturais da população por mais e melhores serviços.

O diálogo com o governo federal foi

elencado por Lacerda como um dos eixos de atuação da FNP que pode contribuir na busca por soluções diante do cenário atual de crise econômica.

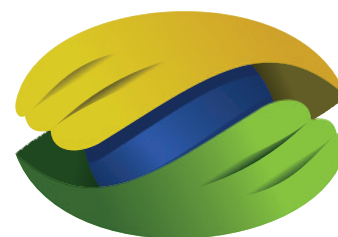
LRF

“Uma reivindicação nossa, neste momento, é ter uma definição mais clara do que são os restos a pagar no fechamento das contas dos prefeitos em final de mandato, que vão afetar também os governadores daqui a dois anos. O Tribunal de Contas da União (TCU) usa uma fórmula, reconhecendo apenas empenhos liquidados, e nós queremos que para os municípios seja também dessa forma, porque como a redação da Lei de Responsabilidade Fiscal é pouco clara, cada Tribunal de Contas entende de uma forma”, defendeu Lacerda.

Repatriação

Ao grupo de jornalistas que participou da coletiva, Marcio Lacerda também fa-

lou sobre a repatriação de recursos não declarados, mantidos no exterior, que foi anunciada pela Receita Federal no dia 1º. Segundo estimativas, o governo federal irá repassar aos municípios pelo menos R\$ 5,7 bilhões, que é parte do montante do imposto de renda destinado pelos critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).



IV ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reinventar o financiamento e a governança das cidades

24 a 28 de Abril de 2017

Estádio Mané Garrincha | Brasília - DF

EMDS

Os assuntos que foram destacados pelo prefeito Marcio Lacerda durante a coletiva estarão em pauta no IV EMDS. O evento, promovido pela FNP, será realizado de 24 a 28 de abril de 2017, no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília/DF □

FNP pede celeridade em aprovação de Projeto de Lei que viabiliza repasse do FEX

A FNP encaminhou, no dia 14 de novembro, um ofício solicitando apoio da Câmara dos Deputados para a rápida aprovação do Projeto de Lei (PLN 47/2016), que abre um crédito suplementar de R\$ 1,94 bilhão para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Esse valor viabilizaria o repasse de R\$ 500 milhões do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (Fex) aos municípios. Atualmente, o PLN, sob relatoria do senador Wellington Fagundes/MT3, aguarda deliberação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e

Fiscalização (CMO).

Enviado ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e ao deputado Arthur Lira, presidente da CMO, o documento aborda a possibilidade de os municípios receberem, ainda este ano, um total de aproximadamente R\$ 500 milhões a título de Fex, que é uma transferência da União para estados e municípios que busca compensar as renúncias fiscais no estímulo à exportação. Esse repasse representaria uma alternativa para viabilizar o fechamento de contas dos municípios, conforme as regras da

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

No entanto, apesar de o governo federal já ter editado Medida Provisória (MPV nº 749/2016) para autorizar o repasse de R\$ 1,95 bilhão de recursos do Fex para estados, Distrito Federal e municípios, a LOA de 2016 previa apenas R\$ 10 milhões de repasse do Fex. A MP também define os valores que cada estado irá receber e eles, por sua vez, irão dividir esses valores com os municípios conforme os critérios do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) □

FNP pede aprovação da PEC que regula o pagamento de precatórios



A prefeita do Guarujá/SP, Maria Antonieta de Brito, esteve na Câmara dos Deputados, no dia 8 de novembro, participando de audiência pública que debateu a Proposta de Emenda à Constituição que regula o pagamento de precatórios (PEC 233/16). Antonieta, que é vice-presidente de Finanças Públicas da FNP, destacou em sua fala o posicionamento favorável da FNP à aprovação imediata da PEC.

“FNP pede a urgente aprovação, sem alteração no atual texto, para podermos, em 2017, cumprir com os pagamentos e quem sabe, no futuro, zerar o estoque de precatórios dos municípios”, frisou a prefeita do Guarujá.

A proposta já teve sua admissibilidade votada na Comissão de Cidadania e Justiça (CCJ), e tem o apoio de governadores e prefeitos. Segundo o presidente da Comissão Especial que analisa a PEC 233, deputado Silvio Torres/SP, o texto deve ser votado o mais rapidamente possível, seguindo então para a análise em dois turnos no Plenário.

“A nossa intenção é aprovar o texto sem modificação para que já entre em vigor no próximo ano”, disse o deputado Torres.

Além da prefeita Antonieta, estiveram presentes na audiência o procurador-geral do estado de São Paulo, Elival

da Silva Ramos; o desembargador coordenador de Precatórios do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, Luis Paulo Aliende Ribeiro; o presidente da Comissão de Precatórios do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marco Antônio Innocenti; o diretor jurídico da Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP), Júlio Bonafonte; o presidente da Comissão Especial de Precatórios da Ordem dos Advogados de São Paulo, Marcelo Gatti Reis Lobo e o presidente do Movimento dos Advogados Credores em Defesa dos Precatórios Alimentares (Madeca), Cláudio Sergio Pontes ▣

FNP mobiliza prefeitos a judicializarem a partilha dos valores da multa da repatriação

A FNP orientou os prefeitos a solicitarem, na Justiça, a revisão dos valores da multa da repatriação. Caso tenham sucesso, esta vitória representará um acréscimo na receita dos municípios equivalente aos valores recebidos referentes ao Imposto de Renda da repatriação. Com a revisão, que os governantes municipais pedem por meio de ação judicial, os municípios terão direito a um extra de R\$ 5,2 bilhões.

Além dessa mobilização, a FNP também ajuizou mandato de segurança coletivo junto ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ). A ação está sob a relatoria da ministra Assusete Magalhães. Como ela extinguiu o mandato de segurança por entender que a competência seria do Supremo Tribunal Federal (STF), a FNP embargou da decisão, na tentativa de demonstrar que o ato

impugnado não é o veto, mas sim o desrespeito à legislação constitucional.

A FNP também entrou como *amicus curiae* na Ação Cível Originária (ACO), ajuizada por vários estados brasileiros no STF. Já há vitória parcial dos estados assegurada por decisão da ministra Rosa Weber.

Distribuição das receitas

No dia 10 de novembro, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) efetuou o pagamento dos valores arrecadados, referentes ao período de 20 a 31 de outubro, aos estados e municípios. O repasse corresponde a 21,5% do montante destinado ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e 22,5% ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Os municípios recebem adicionalmen-

te mais 2% dos valores arrecadados, via FPM, distribuídos nos primeiros decêndios de julho e dezembro (art. 159 da Constituição Federal).

Articulação Institucional

A repatriação de recursos representa uma conquista da FNP, que beneficiará os municípios no fechamento de contas do ano. O acompanhamento da demanda, por parte da entidade, foi constante nos últimos meses.

Segundo o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, a lei, que oferece incentivos para a declaração voluntária de bens e de recursos adquiridos até 31 de dezembro de 2014 e mantidos no exterior, é uma alternativa para a crise econômica, que tem afetado as finanças municipais ▣

Presidente da FNP é palestrante durante a COP 22

“É urgente estruturar os mecanismos de financiamento previstos no Acordo de Paris. Há uma necessidade urgente de os países desenvolvidos entenderem não só como vender, mas como transferir tecnologia para países em desenvolvimento e pobres”, falou o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, em sua palestra no Fórum “Parcerias para o Financiamento de Territórios Resilientes”, dia 14 de novembro, em Marrakech (Marrocos). O Fórum faz parte da “Cúpula do Clima para Líderes Locais e Regionais”, que ocorre no âmbito da 22ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 22).

A importância de o governo federal dar protagonismo aos municípios em discussões de assuntos estruturais, como o financiamento da resiliência local, foi abordada pelo

prefeito, que participou como palestrante a convite da Associação de Regiões de Marrocos (ARM). “O financiamento das ações necessárias para aumentar a resiliência climática é crucial para os governos locais nos países em desenvolvimento, principalmente devido à vulnerabilidade preexistente dos territórios e aos limites orçamentários muito estreitos”, disse.

Na ocasião, Lacerda também falou sobre a importância da FNP na articulação para a revisão do pacto federativo. “Como uma federação, nós temos 27 estados e 5500 governos municipais. Quanto aos municípios, 400 têm mais de oitenta mil habitantes, que representam 60% da população e 75% do PIB brasileiro. Este universo é onde a FNP atua”, disse.

COP 22

Com o principal objetivo de regulamentar o Acordo de Paris, concluído no fim do ano passado, durante a COP 21, representantes de mais de 190 países definirão, durante o evento, os detalhes do acordo mundial, que tem como desafio frear o aquecimento do planeta. Além do Acordo de Paris, estarão em pauta na COP 22 o uso de energias renováveis □



Smart City Expo & World Congress: prefeitos da FNP participam de debates sobre cidades inteligentes



Em busca de conhecer e compartilhar experiências exitosas na área de sustentabilidade, tecnologia e cidades inteligentes, integrantes da diretoria e filiados à FNP estiveram em Barcelona (Espanha) participando das atividades do Smart City Expo & World Congress. O evento internacional, que teve início dia 15, reuniu prefeitos, gestores públicos locais, regionais, nacionais e globais, formadores de opinião, instituições acadêmicas, centros de pesquisa, incubadoras, investidores e corporações.

O prefeito de Porto Alegre/RS, José Fortunati, vice-presidente de Relações Institucionais da FNP, esteve no grupo de prefeitos brasileiros e foi um dos debatedores na plenária “Enfrentar os desafios emergentes do desenvolvimento urbano sustentável”. Segundo Fortunati, a participação no Congresso foi válida e trouxe novas perspectivas na elaboração de políticas públicas. “Somente compreendendo a complexidade e diferenças de cada cidade é que podemos

implementar boas ideias e, neste encontro, compartilhamos novas possibilidades para a construção de cidades integradas e inteligentes”, destacou Fortunati.

Para o prefeito de Rio de Janeiro/RJ, Eduardo Paes, vice-presidente de Relações com o Congresso Nacional, que também integrou a delegação da FNP, o conceito de cidade inteligente envolve investimento financeiro

e comprometimento com a gestão. Segundo Paes, o reconhecimento da capital fluminense como uma cidade inteligente se deve à revitalização do Centro. “Quando me perguntam sobre custos dessas obras, eu prefiro falar mais sobre as tecnologias, informações geradas. O que faz uma cidade inteligente não é a quantidade de câmeras existentes”, acrescentou.

Visitas Técnicas

Os prefeitos brasileiros também participaram de visitas técnicas em Barcelona. O prefeito de Aparecida de Goiânia/GO, Maguito Vilela, vice-presidente Nacional da FNP, conheceu o Ecoparc, um equipamento ambiental dedicado a tratar de forma abrangente resíduos da área metropolitana. “As políticas de gestão de resíduos sólidos podem e devem ser referência para os municípios brasileiros, que precisam, em um futuro bem próximo, dar uma destinação correta a esses

resíduos. E Barcelona é um exemplo disso. Aqui, os resíduos sólidos são transformados em energia elétrica, em adubos, materiais de construção”, contou.

Os governantes locais brasileiros tiveram contato com o Transporte Metropolitano de Barcelona (TMB). De acordo com o prefeito de Palmas/TO, Carlos Amastha, o sistema implantado na cidade espanhola oferece boas referências, embora o contexto no Brasil seja “completamente diferente”.

No distrito comercial 22@, que também esteve na programação de visitas sugerida pela FNP, o prefeito de Divinópolis/MG, Vladimir Azevedo, vice-presidente de Gestão Pública, ressaltou a importância da experiência na reinvenção do espaço público e revitalização de áreas degradadas para o desenvolvimento da economia criativa em Barcelona. “O 22@ é uma bela experiência para a expansão do capital local, geração de emprego de qualidade e ao mesmo tempo de internacionalização da cidade. Vale a pena ser conhecida pelos novos prefeitos brasileiros”, disse.

Os prefeitos de Três Rios/RJ, Vinicius Farah, vice-presidente de Desenvolvimento Econômico Local da FNP, e o prefeito eleito de Aparecida de Goiânia/GO, Gustavo Mendanha, também foram a Barcelona para as atividades do Smart City Expo & World Congress.

Os custos da viagem foram financiados pelo convênio da FNP com Smart City Expo & World Congress □



Abertas as inscrições para o IV EMDS



Em Campinas/SP, durante o primeiro dia da 70ª Reunião Geral da FNP, o prefeito anfitrião, Jonas Donizette, abriu oficialmente as inscrições do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), dando início, também, à mobilização para o evento com a #EMDSeuvou. Os interessados em participar do maior evento sobre sustentabilidade urbana do país já podem realizar sua inscrição no site do EMDS (www.emds.fnp.org.br) ou no da FNP (www.fnp.org.br).

Com o tema “Reinventar o Financiamento e a Governança das Cidades”, o IV EMDS, que será realizado de 24 a 28 de abril de 2017, no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília/DF, aborda uma das principais angústias dos prefeitos. “Em Campinas, administramos hoje com o mesmo orçamento de 2012. O tema deste Encontro é justamente reinventar”, afirmou o prefeito anfitrião.

O EMDS esteve em pauta durante toda a 70ª Reunião Geral da FNP. Eventos como a reunião com representantes de municípios que irão receber as Reuniões Preparatórias para o IV EMDS, na terça-feira, 29, e a Reunião da Comissão Organizadora do IV EMDS, no dia 30, também fizeram parte da programação do evento.

Assinatura de documentos

Durante a abertura da 70ª Reunião Geral da FNP, a entidade municipalista assinou três importantes parcerias para o desenvolvimento dos municípios. Com o Sebrae/Pernambuco, a FNP firmou acordo de cooperação para o desenvolvimento do “Programa de Modernização Administrativa e Tributária dos Municípios (PMAT)

para o desenvolvimento local com foco nos municípios do g100 – Pernambuco”.

Segundo o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, esse acordo de direcionar recursos permite que “as cidades do g100 em Pernambuco tenham acesso a uma série de instrumentos para o aprimoramento de sua gestão”.

Para o prefeito de Jaboatão dos Guararapes/PE, Elias Gomes, vice-presidente de Políticas Sociais, que já utiliza o PMAT, há sempre o que melhorar na área da arrecadação. “Este ano, enquanto a crise se abatia, nós estávamos colhendo os frutos da modernização administrativa. Tivemos um aumento de 19% na receita do município, que não foi motivada por outra coisa, senão uma adequada aplicação de todas as ferramentas disponibilizadas pelo PMAT”, falou.

Em nome do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o termo foi assinado pelo gerente de Políticas Públicas do Sebrae/PE, Fernando Clímaco, que destacou a importância da modernização administrativa para os municípios do g100.

Com o ICLEI

Governos Locais pela Sustentabilidade, a FNP assinou o termo de Cooperação para desenvolver, no Brasil, ações conjun-

tas para o fortalecimento e promoção local da sustentabilidade, qualidade urbana e proteção ambiental. “É da ação local que se constrói o macro, para uma política de preservação ambiental mais adequada”, falou o prefeito Jonas Donizette, que também convidou os participantes da reunião para o IV EMDS, evento que tem em seu núcleo esta temática.

Ainda no âmbito do IV EMDS, foi assinado o termo de Parceria para a realização da II Conferência Internacional Cidades Sustentáveis, conjuntamente com o IV EMDS. A Conferência é uma iniciativa da Rede Nossa São Paulo, Rede Social Brasileira por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. “Temos o objetivo de apresentar boas práticas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), disse a coordenadora de Mobilização da Rede Nossa São Paulo e do Programa Cidades Sustentáveis, Zuleica Goulart ▣



Prefeitos debatem os desafios para o fechamento de contas no fim dos mandatos



Prefeitos se articularam para estar em Brasília/DF, dia 30, para discutir com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o fechamento de contas 2016 e o encerramento de mandatos. A decisão foi um dos encaminhamentos da Plenária de Prefeitos Atuais da 70ª Reunião Geral da FNP.

Capitaneados pelo prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, os prefeitos de Campinas/SP, Jonas Donizette; de Aparecida de Goiânia/GO, Maguito Vilella, vice-presidente da FNP; de Sorocaba/SP, Antônio Pannunzio, vice-presidente de Mobilidade Urbana; Florianópolis/SC, Cesar Souza Júnior; e de Manaus/AM, Arthur Virgílio, sinalizaram participação na comitiva.

“Nós iremos a Brasília em busca de atenção do governo federal para as angústias dos prefeitos diante do fechamento de contas”, falou o prefeito Marcio Lacerda. Como alternativas para o fechamento de contas, o novo regime de pagamento de precatórios, o processo de repatriação de recursos, o Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (Fex), os depósitos judiciais e adequações na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) serão alguns dos tópicos que os prefeitos devem levar ao debate com o ministro Meirelles. Durante a Plenária, os temas foram discutidos pelos prefeitos.

Precatórios e Depósitos Judiciais

A prefeita do Guarujá/SP, Maria An-

tonieta, vice-presidente de Finanças Públicas da FNP, destacou a importância de os prefeitos continuarem buscando apoio dos parlamentares e líderes de partidos no Congresso Nacional para que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 233/16) seja aprovada, sem modificações, na Câmara dos Deputados. “Se não estivermos mobilizados, sentimos que vão querer colocar alguma restrição para acesso de recursos judiciais de terceiros e isso vai fazer com que o projeto volte ao Senado e levaremos mais um ano para aprovar algo que é uma necessidade dos municípios”, disse.

Repatriação de recursos

Diante da mobilização dos prefeitos pelos valores da multa do programa de repatriação, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF), em favor dos municípios.

Segundo o prefeito de Jaboatão dos Guararapes/PE, Elias Gomes, é importante que os prefeitos continuem ingressando com ações na primeira instância da Justiça Federal. “A atitude do governo federal é discriminatória com os municípios, ao negociar o repasse do valor das multas apenas com os estados”, ressaltou o prefeito. O município pernambucano conseguiu, recentemente, o bloqueio dos valores da multa arrecadada com o programa de repatriação. A Justiça Federal concedeu liminares também para

João Pessoa/PB, Recife/PE, Apucarana/PR, Araçatuba/SP, Macapá/AM, Palmas/TO e Sobral/CE.

FEX

Durante a Plenária, a questão do Fex foi abordada pela FNP com os prefeitos, no sentido de eles continuarem a mobilização para que o PLN 47/2016, que abre disponibilidade orçamentária para o repasse desses recursos, seja apreciado e aprovado na Sessão Conjunta do Congresso Nacional. O Projeto de Lei, que abre crédito suplementar no valor de R\$ 1,94 bilhão destinado ao Fex, pode ser votado na quarta-feira, 30.

ISS

O prefeito Jonas Donizette destacou a importância da votação, ainda em 2016, do Projeto de Lei do Senado (PLS) 386/2012 sobre reforma do Imposto sobre Serviços de qualquer natureza (ISS). “O projeto, que está para ser votado no Senado, abrange ISS de conteúdo digital. O cálculo que se faz desse montante para cidade de São Paulo, por exemplo, é de R\$ 600 milhões. É uma receita muito boa, em um momento que não conseguimos aumentar impostos”, declarou.

LRF

O prefeito Marcio Lacerda destacou a articulação da FNP também em relação à



necessidade de adequações na LRF, em especial no que diz respeito ao artigo 42, sobre os restos a pagar. “Apesar de ser uma demanda absolutamente justa, nós ainda continuamos pendurados nesse assunto”, disse Lacerda, confirmando que os critérios para verificação do cumprimento do artigo 42 são controversos e geram insegurança jurídica aos prefeitos sobre a contração da obrigação de despesa.

O procurador Geral de Belo Horizonte, Rusvel Beltrame, presidente do Fórum de Procuradores das Capitais, contextualizou toda a articulação com Tribunais de Contas, Secretaria do Tesouro Nacional e Ministério da Fazenda. “Os presidentes de tribunais de conta acham razoável a nossa interpretação, mas isso não caminhou. Em reuniões no Ministério da Fazenda, por exemplo, explicamos nossa tese, e lá não tivemos receptividade”, completou.

Decreto de calamidade pública

Diante das dificuldades dos municípios brasileiros, mais de 30 cidades decretaram calamidade pública, como uma forma de prevenção contra ações do Ministério Público e Tribunais de Contas. Apesar de ser identificado como um dilema político por alguns governantes municipais, o prefeito de Três Rios/RJ, Vinicius Farah, levantou a questão de que “essa alternativa é uma forma de proteção também aos prefeitos que irão assumir mandatos em 2017”.

Repasse da Saúde

O presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Mauro Junqueira, relatou aos prefeitos que o ministro da Saúde, Ricardo Barros, afirmou que os recursos do Piso da Atenção Básica Variável (Pab Variável) e do Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC) serão repassados aos municípios em dezembro.



Transição

Além da preocupação com o fechamento de contas, o prefeito Marcio Lacerda destacou a importância de um planejamento para as transições dos mandatos. “Em Belo Horizonte nós vamos deixar, documentadas, as informações para o prefeito, de forma mais ampla possível, e disponibilizada no site da prefeitura”, contou.

A prefeita do Guarujá/SP, Maria Antonieta, vice-presidente de Finanças Públicas

da FNP, também afirmou que o município irá disponibilizar as informações da prefeitura no Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e na Biblioteca Municipal. “A intenção é evitar desqualificação da gestão anterior e registrar pontos importantes, além do que precisa de pactuação para continuidade” disse.

Além de Antonieta e Lacerda, o prefeito de Canoas/RS, Jairo Jorge, vice-presidente

de Reforma Federativa, também declarou que irá promover auditoria externa para conferir o passivo deixado, fornecendo informação independente e isenta

Durante a Reunião Geral foi redigida a Carta de Prefeitas e Prefeitos da 70ª Reunião Geral da FNP. O documento construído pelos prefeitos, em Campinas/SP, indica a necessidade de busca de soluções coordenadas entre municípios, estados e União □

FNP lança 12ª edição do Anuário Multi Cidades

Os municípios brasileiros destinaram, em 2015, R\$ 25,7 bilhões a mais que o mínimo exigido pela Constituição, o equivalente a toda arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). O dado emblemático foi apresentado pelo Anuário Multi Cidades - Finanças do Brasil - Ano 12-2017, lançado dia 28, durante a 70ª Reunião Geral da FNP.

A publicação é uma parceria da FNP com a Aequus Consultoria, e já reconhecida como um instrumento de transparência das finanças municipais. Além de dados sobre saúde, o Anuário contém também os mais relevantes números sobre receitas, despesas, educação e outras áreas da administração pública, com conteúdo voltado a fomentar as discussões sobre o pacto federativo.

Segundo o prefeito de Belo Horizonte/MG e presidente da FNP, Marcio Lacerda, a edição do Anuário traz informações que revelam, com clareza, o impasse que os municípios estão

vivendo. “A demanda por serviços públicos tem aumentado, mas receitas não estão acompanhando esse cenário”, declarou Lacerda.

De acordo com o economista da Aequus, Alberto Borges, “desde 2002, nenhum grupo de prefeitos sofreu um processo tão adverso no que diz respeito à geração de receitas como o do mandato que se encerra este ano”.

Os números da 12ª edição do Anuário Multi Cidades reafirmam essa problemática. Com relação aos investimentos, é possível verificar que a forte queda das receitas correntes, diante da inflexibilidade das despesas, notadamente das de pessoal e dos recursos vinculados às áreas de educação e saúde, levou os governos locais a um corte significativo nos investimentos.

O volume investido em 2015 pelos municípios correspondeu,

em média, a 8,9% da despesa total, a menor fatia desde o início da série analisada pelo Multi Cidades. Em educação, por exemplo, houve uma redução de 1,7%, em 2015, a primeira em 11 anos.

A 12ª edição do anuário Multi Cidades, que tem o patrocínio da prefeitura de Aparecida de Goiânia/GO, BH Iluminação Pública S.A, Banco BMG, MRV e Banco Santander, já está disponível para download no site da FNP □



Governador de São Paulo participa da Plenária de Prefeitos eleitos e reeleitos



Prefeitos eleitos e reeleitos debateram, no dia 29, as principais angústias municipais com o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin. O encontro integrou a programação da 70ª Reunião Geral da FNP, em Campinas/SP. Além dos prefeitos eleitos de São Paulo/SP, João Doria, e Rio de Janeiro/RJ, Marcelo Crivella, mais de 40 futuros governantes municipais participaram da plenária.

O governador Alckmin destacou a relevância da FNP ao evidenciar a importância e responsabilidade dos municípios. “Muitos dos problemas dos municípios são comuns e nós temos feito uma boa parceria com a FNP”, disse, lembrando temas em que os estados trataram de maneira conjunta com os municípios.

Alckmin falou sobre alternativas para enfrentar o cenário de instabilidade, de maneira conjunta, como a Proposta de Emenda à Constituição 233/16 (PEC dos Precatórios) e valores da multa do programa de repatriação. “A multa deveria ser paga em Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Fundo de Participação dos Estados (FPE)”, falou. Segundo o governador, dos estados, o governo federal exigiu um conjunto de medidas de ajuste fiscal, durante a negociação do repasse.

Na ocasião, Alckmin também alertou que a saúde continuará sendo um nó nas administrações municipais, diante do envelhecimento da população, e da crescente judicialização. “Acho que a questão do financiamento da saúde vai se agravar. O governo federal, discretamente, tem saído do financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Precisamos trabalhar junto à União para corrigir a ta-

bela”, completou.

Diante da crise econômica, o vice-governador de São Paulo, Márcio França, se solidarizou com os municípios no momento do fechamento de contas, com os critérios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). “Peço que vocês enviem este documento aos Tribunais de Contas para que avaliem as contas municipais com mais generosidade. Se forem usar o rigor de sempre, certamente teremos centenas e centenas de pessoas excluídas da vida pública.

Reforçando a importância da valorização dos municípios frente à tomada de decisões estratégicas e a urgente instituição de uma mesa federativa plena entre municípios, estados e União, os novos prefeitos afirmaram apoio às pautas defendidas pela FNP. “A cidade de São Paulo/SP estará ao lado da FNP para apoiar, politicamente e institucionalmente, com a força e a voz de uma cidade de 12 milhões de habitantes”, falou João Doria.

Perspectivas para os novos governos

O economista José Roberto Afonso, um dos idealizadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), falou aos prefeitos sobre alternativas para o desafio de governar municípios em 2017. Para ele, investir em receitas próprias, mesmo que uma medida impopular é o caminho.

“Já há um espaço grande para se melhorar a arrecadação própria do país. Em 93% das cidades, a arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) é maior do que a do IPTU. Eu

não tenho dúvidas, existem vários dados e indicadores sobre o potencial do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Afonso ainda afirmou que algumas taxas são pouco exploradas pelos municípios. “Não é simples cobrar a contribuição de melhoria, mas é uma frente de trabalho em que as prefeituras, como um todo, deveriam explorar”, sugeriu.

Sobre a LRF, o economista destacou que deveria ter sido instituído um Conselho de Gestão Fiscal, que está previsto em Lei, para debater o artigo 42, evitando interpretações divergentes. “Cada tribunal de contas tem uma interpretação e, de fato, para este ano é uma situação ainda mais peculiar: é um final de mandato com recessão”, alertou. Esse é o mesmo entendimento da FNP.

O aumento do desemprego como uma das causas para o deslocamento crescente de alunos da escola particular para rede pública e pacientes de planos de saúde para SUS, também foi abordado pelo economista. “Há uma coincidência danosa de aumento da demanda e queda da receita e a proximidade da população com o prefeito aumenta a pressão.”

Apoio à Chapecó

Antes de iniciar a reunião, prefeitos e participantes da 70ª Reunião Geral manifestaram apoio ao prefeito de Chapecó/SC, Luciano Buligon, e familiares das vítimas do acidente aéreo, e que causou a morte de mais de 70 pessoas. Um minuto de silêncio foi respeitado em homenagem aos mortos e feridos ▣



Prefeitos eleitos e reeleitos debatem os desafios para as novas gestões

Parcerias Público-Privadas (PPPs), e financiamentos do transporte público e dos serviços de limpeza urbana foram os temas abordados na continuação da Plenária de Prefeitos Eleitos e Reeletos da 70ª Reunião Geral da FNP. A reunião, realizada em Campinas/SP, foi planejada como um panorama de desafios para as novas gestões municipais.

Na ocasião, o diretor do WRI Brasil Cidades Sustentáveis, Luis Antonio Lindau apresentou os “Cadernos Técnicos para Projetos de Mobilidade Urbana”, realizados pelo Ministério das Cidades e com apoio técnico do WRI Brasil Cidades Sustentáveis e ANPTrilhos.

Estruturação da gestão municipal para promover e manter PPPs

Como uma alternativa a ampliação das ações públicas e do financiamento para infraestrutura, o uso de PPP's foi apresentado pelo presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), José Carlos Martins. Segundo Martins, para que as cidades de médio porte tenham acesso a essa alternativa, será necessária a instituição de estruturas de apoio técnico, com parcerias envolvendo agências de fomento e bancos estatais. “Essa é a grande saída que nós vemos”, disse. Para o presidente da Cbic, os prefeitos que assumirão em janeiro de 2017 vão trabalhar com as mesmas difi-



dades de hoje.

Crescente desequilíbrio entre os custos e as tarifas do sistema de transporte público

Temática recorrente da FNP, a Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE) Municipal sobre os combustíveis esteve em pauta na apresentação do presidente da Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano (NTU), Otávio Cunha, como algo fundamental para a sustentabilidade do sistema de mobilidade urbana.

Cunha afirma que é necessária a busca pela “tão sonhada” melhoria no transporte público.

“Há hoje uma pressão pelo não aumento de tarifa e pela melhoria de qualidade no transporte, o que são coisas conflitantes”, falou.

O presidente da NTU pediu o apoio dos prefeitos pela aprovação da Cide Municipal, que é uma iniciativa da FNP que propõe a divisão do financiamento da tarifa de transporte público por toda sociedade, e não apenas seus usuários.

De acordo com o secretário municipal de Transportes de Campinas/SP, Carlos José Barreiro, a frota de veículos urbanos tem tido um crescimento desproporcional. “Isso tem trazido um sério problema para o transporte público, que é o congestionamento das vias”, esclareceu ▣

Prefeitos e representantes de cidades planejam mobilização para o IV EMDS



Engajados em contribuir no processo de mobilização para o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), prefeitos e representantes de cidades discutiram o planejamento para realização de reuniões preparatórias do evento. A agenda foi parte do segundo

dia de programação da 70ª Reunião Geral da FNP, em Campinas/SP.

Seguindo a pauta, o secretário-executivo da FNP, Gilberto Perre, apresentou aos participantes toda a estrutura de organização do IV EMDS, com detalhes sobre o temário que será debatido du-

rante os cinco dias de atividades, além de informações sobre a expectativa de público. “A proposta é realizar 28 reuniões preparatórias, sendo a primeira dia 28 de janeiro de 2017, em Brasília. O objetivo principal é mobilizar as cidades e garantir a pluralidade que o evento prioriza”, concluiu Perre.

Fortaleza/CE, Cáceres/MT, Salvador/BA, Cuiabá/MT, Vitória/ES, Recife/PE, Joinville/SC, Salto/SP, Boa Vista/RR, Serra Talhada/PE, Moreno/PE, Igarapu/SP, Poços de Caldas/MG, Manaus/AM, Montes Claros/MG e Cubatão/SP estavam entre as cidades representadas na reunião.

Diante do interesse de boa parte das cidades, o secretário executivo da FNP declarou que a expectativa é que o cronograma seja formalizado ainda em 2016 ▣

Prefeitos vão a Brasília tratar do fechamento de contas do ano

Mobilizados na 70ª Reunião Geral da FNP, prefeitos se reuniram com o legislativo e o executivo federal, na quarta-feira, 30, em Brasília/DF, para tratar sobre o fechamento de contas. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, recebeu a delegação de governantes que reforçaram as pautas sobre finanças públicas, que têm grande impacto no fechamento de contas, e entregar a Carta de Prefeitas e Prefeitos da 70ª Reunião Geral da FNP. O documento, redigido durante o encontro de prefeitos, em Campinas, indica a necessidade de busca de soluções coordenadas entre municípios, estados e União. Participaram do encontro os prefeitos Marcio Lacerda, Antônio Pannunzio, Sebastião Almeida e Jonas Donizette.

O texto retoma questões importantes que já vem sendo trabalhadas pela FNP,

como a necessidade de adequações na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 233/2016, que normatiza o pagamento de precatórios, e a importância de que os repasses referentes aos serviços de saúde executados em 2016 sejam feitos ainda este ano. Estas ações, que dependem de empenho do governo federal para que avancem no Congresso, auxiliarão no fechamento de contas.

A carta tem, ainda, outros pontos fundamentais para vida nas cidades como a busca de alternativas para o barateamento das tarifas de transporte público, com a



possibilidade de instituição da Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) Municipal. Aborda também os desafios para o custeio dos serviços de limpeza urbana e a necessidade de modernização na legislação de Parcerias Público-Privadas (PPPs) □

Prefeitos discutem fechamento de contas e recursos da repatriação com ministro da Fazenda



Medidas de ajustes devem ser propostas pelo governo federal como alternativa aos municípios diante do atual cenário de crise econômica. O anúncio foi feito pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, em Brasília/DF, durante audiência solicitada pela FNP.

Na reunião, o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, e os prefeitos de Sorocaba/SP, Antonio Pannunzio, vice-presidente de Mobilidade Urbana; de Guarulhos/SP, Sebastião Almeida, vice-presidente estadual/SP; de Campinas, Jonas Donizette; Manaus/AM, Arthur Virgílio; e de Palmas/TO, Carlos Amastha, apresentaram a carta elaborada durante a 70ª Reunião Geral da entidade. O documento indica a necessidade de busca de

soluções coordenadas entre municípios, estados e União e contempla uma série de demandas emergenciais e estruturantes para o fechamento de contas deste ano. Confira a carta na íntegra

De acordo com Lacerda, o ministro Meirelles se mostrou atento às questões elencadas pelos prefeitos. “Colocamos que como cidadãos, entidade e prefeitos entendemos que sem crescimento econômico não teremos solução para os impasses que temos enfrentado nesse momento de fechar as contas”, explicou o prefeito.

A expectativa é que o governo federal se empenhe para que avancem no Congresso questões importantes que já vêm sendo trabalhadas pela FNP, como a necessidade de adequações na Lei de Responsabilidade Fiscal

(LRF).

No caso da repatriação, a FNP reforça a orientação aos prefeitos para que judicializem a partilha dos valores da multa. Para a entidade, o entendimento é que as multas incidentes sobre os valores apurados não têm natureza punitiva, mas moratória. Por esse motivo, devem compor os valores de repasses já que o procedimento é legalmente previsto no âmbito da repartição das receitas tributárias prevista na Constituição Federal.

Caso tenham sucesso, a vitória representará um acréscimo na receita dos municípios equivalente aos valores recebidos referentes ao Imposto de Renda da repatriação. Com a revisão, que os governantes municipais pedem por meio de ação judicial, os municípios terão direito a um extra de R\$ 5,2 bilhões.

Adequação da redação da LRF

De acordo com Marcio Lacerda, só depende do Ministério da Fazenda a alteração que os prefeitos tanto querem na redação do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), “tipificando melhor o que são restos a pagar”. Lacerda também declarou que a FNP defende o acréscimo de um dispositivo, conforme já previsto no artigo 66 da própria LRF, que trata de algumas excepcionalidades de despesa de pessoal e dívida fundada □



Representantes de fóruns e prefeituras participam da 2ª Reunião da Comissão Organizadora do IV EMDS



O prefeito de Palmas/TO, Carlos Amastha, abriu a 2ª Reunião da Comissão Organizadora do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (IV EMDS), evento que ocorreu dia 30, em Campinas/SP. O prefeito falou para mais de 40 representantes de fóruns e prefeituras reunidos para a construir o IV EMDS.

Carlos Amastha destacou o fortalecimento do pacto federativo e ressaltou a união dos municípios para grandes conquistas. “Os novos prefeitos não podem perder os seus sonhos. Temos que lutar por mais recursos para podermos cumprir o que prometemos em campanha. O governo federal deve respeitar o prefeito. Fomos escolhidos pelo povo e, pensando nisso, devemos construir um EMDS que trabalhe o municipalismo de forma sustentável, inteligente, integrada em conjunto”, destacou o prefeito Amastha.

O vice-prefeito de Campinas/SP, Henrique Magalhães Teixeira, também esteve presente e falou sobre a importância do EMDS

na composição de novos modelos de cidades sustentáveis. “Esperamos que esta reunião seja uma semente para boas construções de ideias e a elaboração de temas a serem debatidos no EMDS”, disse.

O coordenador de projetos e articulação institucional da FNP, Paulo Miotta, apresentou o EMDS e falou sobre toda a estrutura que envolve o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país: Conselho Curador, Coordenação Política, Conselho Consultivo, Comissão Organizadora e Coordenação Técnica, com o apoio do grupo de trabalho composto por representantes da prefeitura de Belo Horizonte/MG.

Após a apresentação, os participantes foram divididos em pequenos grupos de discussão. Esses grupos debateram temas pré-elaborados na 1ª Reunião da Comissão Organizadora com a finalidade de lapidar a programação do EMDS. Foram sugeridas várias propostas a construção das Salas Temáticas do evento.

Estiveram presentes na 2ª Reunião da Comissão Organizadora do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (IV EMDS) o prefeito de Palmas/TO, Carlos Amastha; prefeito de Cáceres/MT, Francis Maris, além de representantes de Brasília/DF, São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG, Campinas/SP, Porto Alegre/RS, João Pessoa/PB, Aracaju/SE, Recife/PE, Vitória/ES, Manaus/AM, Fortaleza/CE, Curitiba/PR, Guarujá/SP, Indaiatuba/SP, Montes Claros/MG, Maringá/PR, Mateus Leme/MG, Joinville/SC, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Agência de Desenvolvimento Econômico Grande ABC, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Hiria, Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas), WRI Brasil, Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPP), Caixa e Banco do Brasil □

PEC dos Precatórios é aprovada em dois turnos na Câmara

Após liberação da comissão especial no dia 22 de novembro, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, dia 30, em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 233/16. Agora, o texto, que regula o pagamento de precatórios e permite a utilização de depósitos judiciais existentes em nome de municípios, estados e União, será promulgado em uma sessão conjunta do Congresso Nacional.

Segundo a prefeita do Guarujá/SP, Maria Antonieta, vice-presidente de Finanças Públicas da FNP, a aprovação da PEC irá beneficiar cerca de 900 mu-

nicipios. “Nós acreditamos que estamos chegando ao final de uma luta que vai beneficiar mais de 900 municípios no Brasil e, de modo preferencial, àqueles que têm dívidas que não se pagam até 2020”, falou a prefeita, no dia 23 de novembro. Para ela, a PEC vem em boa hora e vai permitir que os prefeitos que vão assumir os mandatos em janeiro, possam ter uma realidade diferente.

A PEC

A proposta teve origem na PEC 74/15, aprovada no ano passado pela Câmara dos Deputados e modificada depois pelo

Senado, que reduziu de 40% para 20% o percentual dos depósitos judiciais destinados à quitação envolvendo partes privadas – dívidas em que o poder público não faz parte. Ficou prevista a criação de um fundo garantidor, composto pela parcela restante dos depósitos judiciais.

O relator na comissão especial, deputado Paulo Teixeira, concordou integralmente com as mudanças feitas pelo Senado. “A PEC vai dar condições para normalizar o pagamento dos precatórios no Brasil. Não é um tema que atinja muitos municípios e estados, mas é de interesse de milhões de brasileiros”, disse □



Mais municípios conseguem bloqueio dos valores da multa de repatriação

Rio Branco/AC, Araçatuba/SP, Macapá/AM, Palmas/TO e Sobral/CE são as mais novas cidades a conseguirem os respectivos bloqueios dos valores da multa arrecadada com o programa de repatriação. A Justiça Federal concedeu liminares, no dia 1º de dezembro, também para os municípios de João Pessoa/PB, Recife/PE, Apucarana/PR e Jaboatão dos Guararapes/PE. Essa é mais uma conquista da FNP, que mobilizou prefeitos para solicitarem judicialmente a revisão desses valores.

O sucesso da judicialização representa um acréscimo na receita dos municípios de R\$ 5,2 bilhões, pelos critérios de partilha do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Tal valor não pode ser desconsiderado diante do fato de que mais de 30 municípios terem decretado calamidade financeira.

Para garantir o direito dos municípios, no dia 9 de novembro, a FNP entrou com mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e com solicitação no

Supremo Tribunal Federal (STF) para atuar como *Amicus Curiae* na Ação Civil Ordinária (ACO) 2941, ingressada por diversos estados brasileiros e o Distrito Federal, no dia 10.

Para a FNP, o entendimento é que as multas incidentes sobre os valores apurados não têm natureza punitiva, mas de multa moratória. Por esse motivo, devem compor os valores de repasses já que o procedimento é legalmente previsto no âmbito da repartição das receitas tributárias prevista na Constituição Federal ▣

Prefeitos pedem à presidente do STF partilha da multa de repatriação



“É possível que o judiciário tenha um ativismo, no sentido de ajudar que a vida dos prefeitos e municípios aconteça de uma forma mais serena neste momento de dificuldades”, afirmou o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, após reunião, dia 7 de dezembro, com

a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), a ministra Cármen Lúcia. A reunião, que contou com a participação de dirigentes da entidade, foi motivada pela busca dos prefeitos pelos repasses dos valores arrecadados com a multa do programa de repatriação.

De acordo com os prefeitos, a presidente do STF se mostrou sensível para o tema, afirmando que deveria ser conduzido com cuidado e rapidez. “A ministra poderá ser uma aliada, dada a sua experiência e conhecimento de constitucionalista e de municipalista, como ela se revelou”, contou Lacerda.

Segundo o prefeito de Aparecida de Goiânia/GO, Maguito Vilela, vice-presidente

da FNP, os municípios exigem os mesmos tratamentos oferecidos aos estados, que negociam a partilha da multa com o governo federal. “Os prefeitos também querem ser atendidos com a isonomia já estabelecida na Constituição Federal”, disse.

Ao lado de Lacerda e Vilela, participaram da reunião os prefeitos de Palmas/TO, Carlos Amastha, e de Salvador/BA, ACM Neto, além de o vice-prefeito de Rio Branco/AC, Marcio Batista, e do Procurador-Geral de Belo Horizonte, Rúsvel Beltrame, presidente do Fórum Nacional de Procuradores-gerais das Capitais.

A presidente do STF marcou uma nova audiência com prefeitos de capitais, em janeiro de 2017, para que o grupo discuta pautas de interesse dos municípios, que estão em andamento no STF ▣

Governo federal anuncia repasse das multas arrecadadas com a repatriação

Parte da multa do programa da repatriação de recursos do exterior será dividida com os municípios, foi o que afirmou o presidente da República, Michel Temer, durante visita ao Nordeste, realizada no dia 9 de dezembro, à cidade de Floresta/PE. Com o anúncio do governo federal, agora a articulação FNP será no sentido de garantir que os valores sejam repassados ainda este ano e, assim, contribua para o fechamento de contas dos municípios. Fortaleza/CE e Formigueiro/RS foram os

primeiros municípios a conseguirem que a União transfira os recursos imediatamente, pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Nos últimos meses, a FNP acompanhou intensamente a pauta e motivou prefeitos a buscarem o direito às multas arrecadadas com o programa. No início de novembro, a entidade enviou orientação para os prefeitos solicitarem judicialmente a partilha dos valores da multa arrecadada. Para dar andamento

ao processo, também solicitou, no Supremo Tribunal Federal (STF), atuação como *Amicus Curiae* na Ação Civil Ordinária (ACO) 2941, em que estados pediram liminarmente a inclusão do montante arrecadado pela multa no Fundo de Participação dos Estados (FPE). A entidade também figura como *Amicus Curiae* na ação que o Partido Socialista Brasileiro (PSB) ingressou no STF, a pedido do presidente da FNP sobre o mesmo tema ▣

FNP promove debate para fomentar PPPs em cidades de médio porte

A FNP promoveu em Brasília/DF, uma reunião com várias entidades e organizações para tratar questões relacionadas à implementação de Parcerias Público-Privadas (PPPs) em cidades de médio porte. O encontro, deste dia 12 de dezembro, contou com o apoio da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

“O fomento às PPPs tem sido defendido pelo prefeito Marcio Lacerda como uma alternativa diante da grave crise que os municípios estão passando. Dessa forma, e considerando as dificuldades estruturais que esses municípios enfrentam, é importante que haja uma articulação para criar um ambiente institucional para esses processos”, destacou o secretário-executivo da FNP, Gilberto Perre.

Ainda segundo Perre, a proposta inicial da entidade é atuar para a institucionalização de uma estrutura de apoio técnico, jurídico econômico e financeiro para a promoção de PPPs nas cidades médias e dialogar com os novos prefeitos sobre o tema. “A FNP tem um projeto com a União Europeia com foco nas PPPs. O objetivo



é elaborar um modelo de institucionalização de gestão”, explicou.

O presidente da CBIC, José Carlos Martins, também defendeu a busca de alternativas para que os municípios tenham condições de implementar Parcerias Público-Privadas. “Hoje o que as cidades precisam nesse contexto é de inteligência e estrutura técnica”, disse.

Participaram também das discussões representantes do Banco Interamericano de De-

envolvimento (BID); Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF); Caixa; Banco do Brasil; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES); Programa de Parcerias de Investimento (PPI); Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério do Planejamento (SDI/MP); Empresa de Planejamento e Logística (EPL); VG&P; GO Associados e QG Engenharia e Planejamento ▣

FNP participa do lançamento de cadernos técnicos com soluções na área de mobilidade urbana

Com objetivo de oferecer mecanismos voltados à construção de projetos de maior qualidade, devidamente alinhado aos princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana foi lançada a coleção de Cadernos Técnicos para Projetos de Mobilidade Urbana, pelo Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SeMob). O prefeito de Sorocaba/SP e vice-presidente de Mobilidade Urbana da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Antonio Carlos Pannunzio, participou do lançamento, realizado dia 14 de dezembro, em Brasília/DF.

A publicação, um instrumento que auxiliará os municípios a buscarem soluções adequadas de infraestrutura na área de mobilidade urbana, foi desenvolvida pela SeMob com o apoio técnico do WRI Brasil e da Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos). As recomendações estão alinhadas às leis e normas vigentes no Brasil, o estado da prática e as recomendações da literatura nacional e internacional. O material é dividido em três cadernos: Transporte Ativo, Sistemas de Prioridade ao Ônibus e Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).

O prefeito Antonio Carlos Pannunzio, para-

benizou a iniciativa e falou da importância da publicação, especialmente, para os novos gestores. Na ocasião, o prefeito também compartilhou as experiências do município de Sorocaba em projetos de mobilidade urbana, como os 140 km de ciclovias exclusivas e o projeto Integrabike – bicicletas compartilhadas de Sorocaba, mais um modal de transporte que está sendo disseminado no município. Pannunzio destacou ainda a importância do serviço de transporte coletivo para a população. “Transporte coletivo é serviço público essencial. Este ano aplicamos 51 milhões de reais neste modal”, afirmou o prefeito.

O Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, José Roberto Generoso, que representou o ministro das Cidades, destacou a importância dos cadernos para capacitação dos técnicos e qualificação dos projetos apresentados ao Ministério das Cidades. “Os cadernos são o início de um projeto que deve ser ampliado e levado aos estados e municípios para capacitação e geração de projetos qualificados. Não adianta ter recursos se não

tivermos bons projetos”, afirmou o secretário.

De acordo com o diretor do WRI Brasil Cidades Sustentáveis, Luis Antonio Lindau, o projeto teve início em meados de 2014. “Foi um trabalho árduo, que houve muita dedicação. É um documento vivo que será constantemente atualizado digitalmente. Temos um longo caminho pela frente, precisamos envolver a cadeia inteira nesse processo”, finalizou Lindau.

Também estiveram presentes o presidente do Sinaenco, José Roberto Bernasconi, o presidente da Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos), Joubert Fortes Flores Filho.

O evento contou com o apoio da FNP e do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco) ▣



Reunião na FNP levanta pontos de interesse dos municípios a serem debatidos com a presidente do STF



A FNP realizou reunião técnica com procuradores-gerais e secretários de Fazenda das capitais. O intuito do encontro, realizado dia 14 de dezembro, foi definir pontos para a construção de uma pauta de interesse municipal de temas que já tramitam no Judiciário para ser apresentada à ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), em janeiro.

Essa reunião preparatória para a audiência com a ministra Cármen Lúcia contou com a presença de 30 pessoas, além dos prefeitos de Palmas/TO, Carlos Amastha; Rio Branco/AC, Marcus Alexandre e de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP.

Segundo Lacerda, as cidades têm ficado a margem das grandes decisões. “O debate municipalista andou muito pouco ao longo dos últimos anos. Temos que nos organizar e arranjar novos mecanismos para retomar esse diálogo”, afirmou o prefeito.

Já o prefeito Carlos Amastha pediu que na elaboração da pauta os participantes pensassem além das questões jurídicas, mas também no pacto federativo e no diálogo que a presidente Cármen Lúcia está abrindo aos municípios. “Não podemos nos apequenar diante da possibilidade que nos foi apresentada. Devemos montar uma pauta que discuta o municipalismo além das ações que correm no judiciário. Temos que ser grandes para debater a importância do municipalismo brasileiro e o futuro das cidades”, disse.

Ainda de acordo com o prefeito de Palmas, com a crise política e econômica em que o país está vivendo, esta se mostra a hora certa para pautar questões referentes ao municipalismo. “Um pesquisa recente mostra que no ano de 2030, 90% da população na América Latina estará morando nas cidades. As pessoas não moram na União, nem nos estados, elas moram nos municípios, por isso, temo que se não levantarmos a voz agora, nesse

momento, não conseguiremos nossos direitos e não fortaleceremos o movimento municipalista.”

Os procuradores-gerais e secretários de Fazenda das capitais levantaram pontos importantes a serem debatidos com a ministra, como: execução fiscal; judicialização de vários setores, e outros pontos de referência para a pauta municipalista.

O prefeito de Rio Branco, Marcus Alexandre, frisou a oportunidade de se aprofundar no diálogo federativo. “O encontro com a ministra é de grande importância, pois é isso que nos dá força e legitimação. Essa abertura no STF mostra um avanço no diálogo federativo”, disse.

O procurador-geral de Belo Horizonte, Rusvel Beltrame, presidente do Fórum de Procuradores das Capitais, também frisou a abertura federativa. “Nossa pauta é federativa e pontuamos alguns fatores que estão tramitando no STF. Temos que aproveitar e criar um espaço de diálogo permanente”, destacou ▣

FNP inicia campanha para partilha imediata da multa da repatriação

Mesmo após anúncio feito pelo governo federal, de que irá repassar também aos municípios parte dos valores da multa do programa da repatriação, a FNP continua mobilizada para que os recursos sejam pagos o mais rápido possível. Com a campanha “Partilha da Multa da Repatriação Já!”, a entidade espera sensibilizar o Congresso Nacional e o Governo para que o pagamento



seja feito até 28 de dezembro, contribuindo

para que os prefeitos consigam fechar as contas deste ano.

Divulgação da campanha

A entidade sugere aos prefeitos que mobilizem os seus parlamentares (partido/região) no apoio do pleito. Em caso de vitória, os municípios terão direito a um repasse adicional de R\$ 5,2 bilhões ▣



Congresso promulga regime especial para pagamento de precatórios

A Emenda Constitucional 94/2016, que instituiu um novo regime de pagamento de precatórios (PEC 159/2015), foi promulgada nesta quinta-feira, 15, no Congresso Nacional. A EC autoriza regime especial para pagamento de precatórios a cargo de estados, Distrito Federal e municípios pendentes até 25 de março de 2015 e os que vencerão até 31 de dezembro de 2020.

Segundo a prefeita do Guarujá/SP, Maria Antonieta, vice-presidente de Finanças Públicas da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), a aprovação da PEC irá beneficiar cerca de 900 municípios. “Nós acreditamos que estamos chegando ao final de uma luta que vai beneficiar mais de 900 municípios no Brasil, e, de modo preferencial, àqueles que têm dívidas que não se pagam até 2020”, falou a prefeita, no dia 23 de novembro. Para ela, a PEC vem em boa hora e vai permitir que os prefeitos que assumirem os mandatos em janeiro, possam ter uma realidade diferente.

Os precatórios são dívidas contraídas pelos governos em todas as esferas quando são condenados pela Justiça a fazer um pagamento.

A proposta teve origem na PEC 74/15, aprovada no ano passado pela Câmara dos Deputados e modificada depois pelo Senado, que reduziu de 40% para 20% o percentual dos depósitos judiciais destinados à quitação envolvendo partes privadas – dívidas em que o poder público não faz parte. Ficou prevista a criação de um fundo garantidor, composto pela parcela restante dos depósitos judiciais.

Os precatórios são dívidas contraídas pelos governos em todas as esferas quando são condenados pela Justiça a fazer um pagamento.

As novas regras

De acordo com a nova emenda, os precatórios a cargo dos estados, do Distrito Federal e de municípios pendentes até 25 de março de 2015 e aqueles a vencer até 31 de dezembro de 2020 poderão ser pagos até 2020, dentro de um regime especial.

Pelo sistema que será adotado, o aporte de recursos será limitado a 1/12 da receita corrente líquida dos entes federados. A sistemática antiga, aprovada em 2009, previa o pagamento em 15 anos (até 2024), mas o STF reduziu o prazo para cinco, na decisão que considerou inconstitucional a emenda.

Até 2020, pelo menos 50% dos recursos

destinados aos precatórios serão para o pagamento dessas dívidas em ordem cronológica de apresentação.

A exceção a essa ordem é a preferência para os relacionados a créditos alimentares quando os beneficiários tiverem 60 anos ou mais, forem portadores de doença grave ou pessoas com deficiência. Entretanto, nesses casos, o valor será limitado a três vezes o da requisição de pequeno valor, débito dos governos pagos diretamente sem precatório.

Nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, leis específicas podem determinar o valor dessa requisição, contanto que não seja inferior ao teto do benefício da Previdência Social (atualmente em R\$ 5.189,82).

Negociações

Os outros 50% dos recursos, durante esse período do regime especial de pagamento, poderão ser usados para a negociação de acordos com os credores com redução máxima permitida de 40% do valor atualizado a receber, desde que não haja recurso pendente. A ordem de preferência dos credores deverá ser mantida.

Compensações

Outro ponto considerado inconstitucional pelo Supremo foi a permissão para que a Fazenda de cada governo fizesse a compensação do precatório a pagar com débitos do credor, inclusive aqueles objeto de parcelamento.

A solução dada pela PEC foi permitir ao beneficiário decidir se quer ou não compensar o valor a receber com dívidas, contanto que elas estejam inscritas na dívida ativa até 25 de março de 2015.

Se compensados, esses valores passarão a ser uma receita do ente público, mas não poderão sofrer qualquer vinculação automática, como transferências a outros entes federados e para despesas com educação, saúde e outras finalidades.

Correção monetária

A proposta não trata da correção monetária dos precatórios, por isso prevalece a decisão modulada do Supremo que acatou a correção monetária pela Taxa Referencial (TR) até 25 de março de 2015, data de publicação da decisão.

A partir dessa data, será aplicado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). Os precatórios tributários deverão

seguir os mesmos critérios pelos quais a Fazenda Pública corrige seus créditos. No caso da União, usa-se a taxa Selic mais 1% no mês do pagamento.

Fontes de recursos

Como a parcela mensal que o estado ou município deverá depositar em conta especial na Justiça poderá ser variável em razão da receita, a PEC não permite que ela seja inferior, em cada ano, à média do que foi direcionado a precatórios no período de 2012 a 2014.

O texto define como receita corrente líquida a soma das receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de contribuições e de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, inclusive royalties.

Para o cálculo, poderão ser deduzidas, nos estados, as parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional; e, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, a contribuição dos servidores para a Previdência.

Depósitos judiciais

Além desses recursos orçamentários, poderão ser usados os de depósitos judiciais e administrativos em dinheiro, referentes a processos sobre matéria tributária ou não.

Do total dos depósitos, 75% poderão ser imediatamente direcionados à quitação dos precatórios, mesmo que os recursos se refiram a autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

Quanto aos demais depósitos judiciais da localidade (município, estado, Distrito Federal ou União), relativos a causas entre particulares, os governos poderão usar até 20% dos recursos em juízo, exceto daqueles de natureza alimentícia. Para pegar esse dinheiro, os governos terão de criar um fundo garantidor composto pelos outros 80% dos depósitos.

Os recursos serão divididos entre o estado e os municípios de seu território. No caso do DF, onde não há municípios, todos os recursos ficam com seu governo.

Empréstimos

Será permitida ainda a contratação de empréstimo acima dos limites de endividamento constitucional ou da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) para suprir a necessidade de recursos □

FEX: União autoriza crédito suplementar e viabiliza repasse de R\$ 500 milhões aos municípios

O governo federal sancionou no dia 20 de dezembro, Projeto de Lei que abre crédito suplementar para o Orçamento Geral da União, no valor de R\$ 1,94 bilhão. A autorização, que foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União, viabiliza o repasse a municípios de R\$ 500 milhões do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (Fex).

A sanção do PLN 47/2016 reflete diretamente no fechamento de contas de 2016, configurando mais uma conquista para o municipalismo, defendida pela Frente Nacional de Prefeitos. A matéria altera a Lei Orçamentária Anual (LOA) que, até então, previa apenas R\$ 10 milhões de repasse do Fex, apesar de o governo federal ter autoriza-

do a transferência de R\$ 1,95 bilhão, por meio de Medida Provisória (MPV nº 749/2016). Pertencem aos municípios 25% deste valor (aproximadamente os R\$ 500 milhões citados acima).

A FNP realizou um levantamento preliminar da quantia a ser recebida pelos municípios, que foi calculada a partir do montante, definido pela MPV, que cada estado irá receber. Esse valor será, então, repartido entre os municípios de cada estado pelos mesmos critérios do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).

Articulação

Em novembro, a FNP encaminhou um ofício solicitando apoio do Congresso Nacio-

nal para a rápida aprovação do PLN 47/2016, que tramitou na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) e no Plenário do Congresso Nacional.

Enviado aos presidentes do Congresso, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e ao deputado Arthur Lira, presidente da CMO, e Senador Wellington Fagundes, relator do projeto, o documento abordava a importância do repasse para viabilizar o fechamento de contas dos municípios, conforme as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Além disso, a entidade sugeriu que os prefeitos mobilizassem os parlamentares para celeridade na tramitação do projeto □

FNP faz campanha para que valores da multa do programa da repatriação sejam pagos dia 29 de dezembro

Após publicação de Medida Provisória, que garante o repasse dos valores da multa do programa da repatriação aos municípios no dia 30 de dezembro, a FNP continua a mobilização da campanha “Partilha da Multa da Repatriação Já!” para que o repasse seja feito no dia 29. O motivo é que no dia 30 não

há mais expediente bancário, o que impedirá que os prefeitos utilizem esses valores para o fechamento de contas de 2016.

O prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, continua articulando os dirigentes da entidade para que permaneçam fazendo gestão junto a interlo-

cutores do governo federal e parlamentares do seu partido/região, no sentido de garantir a efetivação desta transferência em tempo hábil.

Os valores que os municípios irão receber a título de multa é equivalente ao que já foi repassado pelo Imposto de Renda, que podem ser consultados no site da FNP □

Presidente Michel Temer sanciona lei que moderniza o ISS

O presidente da República, Michel Temer, sancionou a Lei Complementar nº 157/2016, que traz alterações no Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), no dia 30 de dezembro, com vetos. A matéria atualiza a lista de operações tributáveis pelo imposto, considerando o dinamismo econômico gerador de novas atividades e na redução de litígios jurídicos que prejudicam a gestão e a arrecadação do imposto.

Além disso, traz medidas para garantir maior justiça federativa na distribuição do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) entre os municípios.

A FNP, a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) e o Fórum de Procuradores-Gerais das Capitais Brasileiras defenderam vetos par-

ciais ao texto aprovado. A maioria desses vetos foi contemplada na lei sancionada. “A FNP trabalha em estreita relação com os fóruns de secretários municipais, o que contribui para subsidiar o posicionamento da entidade”, explicou o presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda.

Apesar da sanção com vetos de dispositivos que também poderiam trazer mais receitas para os municípios, como a forma de tributação do leasing, cartão de débito/crédito e sobre planos de saúde, os prefeitos afirmam que a proposta cumpre o papel de tentar acabar com a guerra fiscal entre municípios. “Ficamos felizes com a disposição do parlamento em aprimorar a capacidade de arrecadação dos municípios e promover uma desconcentração da arrecadação por meio do combate à guerra fiscal”, declarou Lacerda.

ICMS

Outro destaque do texto sancionado diz respeito à distribuição do ICMS nos municípios. Mesmo de competência estadual, o ICMS tem 25% da arrecadação destinada aos municípios. Essa distribuição é feita principalmente por meio de um indicador econômico-contábil, o Valor Adicionado Fiscal (VAF), utilizado pelos estados para calcular o índice de participação municipal no repasse de receita sobre operações relativas ao ICMS. Pela mudança aprovada, a cobrança do imposto deve ser realizada pelo local onde é efetuada a venda do produto, com a devida emissão da nota fiscal, não devendo ser concentrado nos centros de distribuição, evitando o acúmulo de arrecadação dos municípios que sediam esse tipo de estabelecimento □



FNP reforça pedido para liberação das multas da repatriação em 2016



O presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Marcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte/MG, juntamente com outros prefeitos integrantes da Diretoria da entidade, se reuniram com o presidente da República, Michel Temer, e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, no dia 29 de dezembro, em busca de uma solução que permita, ainda neste ano, assegurar o repasse dos valores da multa do programa da repatriação aos municípios.

Segundo o governo federal, a transferência para os municípios seria processada a partir deste dia 29, para figurar nas contas dos municípios no dia 30. Uma divergência entre as interpretações do governo e do Tribunal de Contas da União (TCU) pode comprometer

esse cronograma, já que o entendimento do TCU, proferido pelo vice-presidente da Casa, ministro Raimundo Carreiro, é que dia 30 é feriado bancário, e, em função disto, o pagamento só poderia ser efetivado no dia 2 de janeiro, primeiro dia útil de 2017.

Carreiro tomou a decisão depois de uma representação do Ministério Público Estadual do Maranhão.

“Temos esperança de que o TCU reveja essa posição. Os bancos não estão abertos ao público nesta quinta-feira, 30, mas movimentações entre contas oficiais podem ser feitas”, explicou o presidente da FNP, Marcio Lacerda. Segundo ele, o assunto é “urgente” para que os municípios fechem as contas neste ano.

Caso o entendimento do TCU prevaleça o prefeito Marcio Lacerda pediu ao presidente Michel Temer que editasse nova Medida Provisória autorizando o depósito na sexta-feira, 30.

Além de Temer, Lacerda e Meirelles, participaram ainda da reunião no Palácio do Planalto os prefeitos de Aparecida de Goiânia/GO, Maguito Vilela; de Palmas/TO, Carlos Amastha; de São Bernardo do Campo/SP, Luiz Marinho; e de Manaus/AM, Arthur Virgílio.

TCU

Após audiência no Planalto, os prefeitos foram até o Tribunal de Contas da União para tentar solucionar o impasse. O ministro Raimundo Carreiro recebeu a comitiva e ouviu dos prefeitos o apelo para que houvesse a revisão da decisão cautelar. Segundo o ministro, a única maneira seria por meio de um agravo (instrumento jurídico de recurso que tem o objetivo de reformar uma decisão) vindo do governo federal. O ministro foi então informado que uma equipe do Ministério da Fazenda, com apoio da Advocacia Geral da União (AGU) já estariam trabalhando neste agravo. Raimundo Carreiro então se dispôs a analisar o agravo e responder o mais rapidamente possível □

Prefeituras recebem repasse da multa do programa da repatriação em 2016

O governo federal se comprometeu a depositar, ao longo da sexta-feira, 30, o valor proveniente do repasse da multa do programa da repatriação aos municípios. Essa é mais uma conquista da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), já que o pagamento só foi realizado em 2016 devido ao empenho e articulação da entidade, que vem trabalhando neste intuito e, ao longo da quinta-feira, 29, participou de audiências com o presidente da República, Michel Temer; ministro da Fazenda, Henrique Meirelles e com o vice-presidente do Tribunal de Contas da União, Raimundo Carreiro, para resolver esse impasse.

Na manhã do dia 30, o presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, conversou por telefone com o presidente do Banco do Brasil, Paulo Rogério Caffarelli, que garantiu que o

dinheiro estará na conta das prefeituras até o final do dia.

A União já havia se comprometido em fazer o depósito neste ano, por meio da Medida Provisória 753/2016, que tratou da forma de partilha da multa, mas o TCU proibiu a mudança de data da entrada dos recursos, alegando feriado bancário.

Na noite de quinta, após um agravo (instrumento jurídico de recurso que tem o objetivo de reformar uma decisão) vindo do Tesouro Nacional, e proposto a pedido da FNP, o ministro Carreiro reviu sua decisão, autorizando que o pagamento fosse feito nesta sexta-feira, conforme previa a MP.

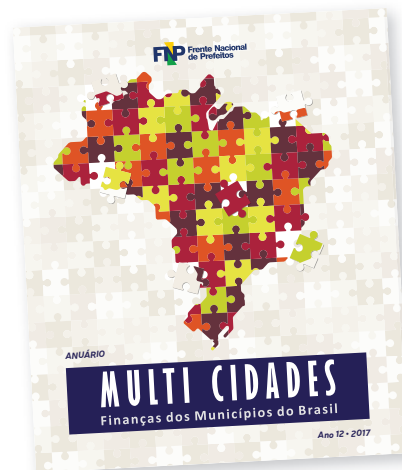
A quantia é de cerca de R\$ 5 bilhões e vai auxiliar prefeitos a fecharem as contas na reta final do mandato. Para o presidente da FNP, prefeito Marcio Lacerda, fica demonstrado que houve apenas um erro de entendimento do tribunal. Ainda segundo Lacerda, esse dinheiro que entra nos cofres é muito importante, especialmente para os menores municípios, que dependem desses recursos para fechar o ano com as contas em dia □



PUBLICAÇÕES DA FNP



Com intuito de disseminar informações relevantes sobre o municipalismo brasileiro, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) possui publicações mensais e anuais para divulgar as principais atividades e pautas de interesse do município junto ao Congresso Nacional, Governo Federal, aos Três Poderes da União, entre outros. Além disso, a entidade lançou mais uma edição do Anuário Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil e o livro especial do III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (III EMDS)



MULTI CIDADES

O Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil é uma publicação da FNP, em parceria com a Aequus Consultoria. Com conteúdo voltado a fomentar as discussões sobre o pacto federativo e divulgar e dar transparência às contas públicas, nesta última edição, o Anuário faz um panorama das finanças públicas municipais até 2015 e um balanço estimado sobre 2016. Com tiragem de 10 mil exemplares distribuídos gratuitamente, a entidade disponibiliza a versão online no site www.fnp.org.br.



JORNAL FNP

Por meio do jornal FNP, produzido mensalmente e com tiragem mínima de 10 mil exemplares, a entidade destaca as informações relevantes daquele mês e distribui gratuitamente aos 5.565 municípios brasileiros, aos senadores, deputados federais, secretários de finanças, entidades parceiras e durante grandes eventos.



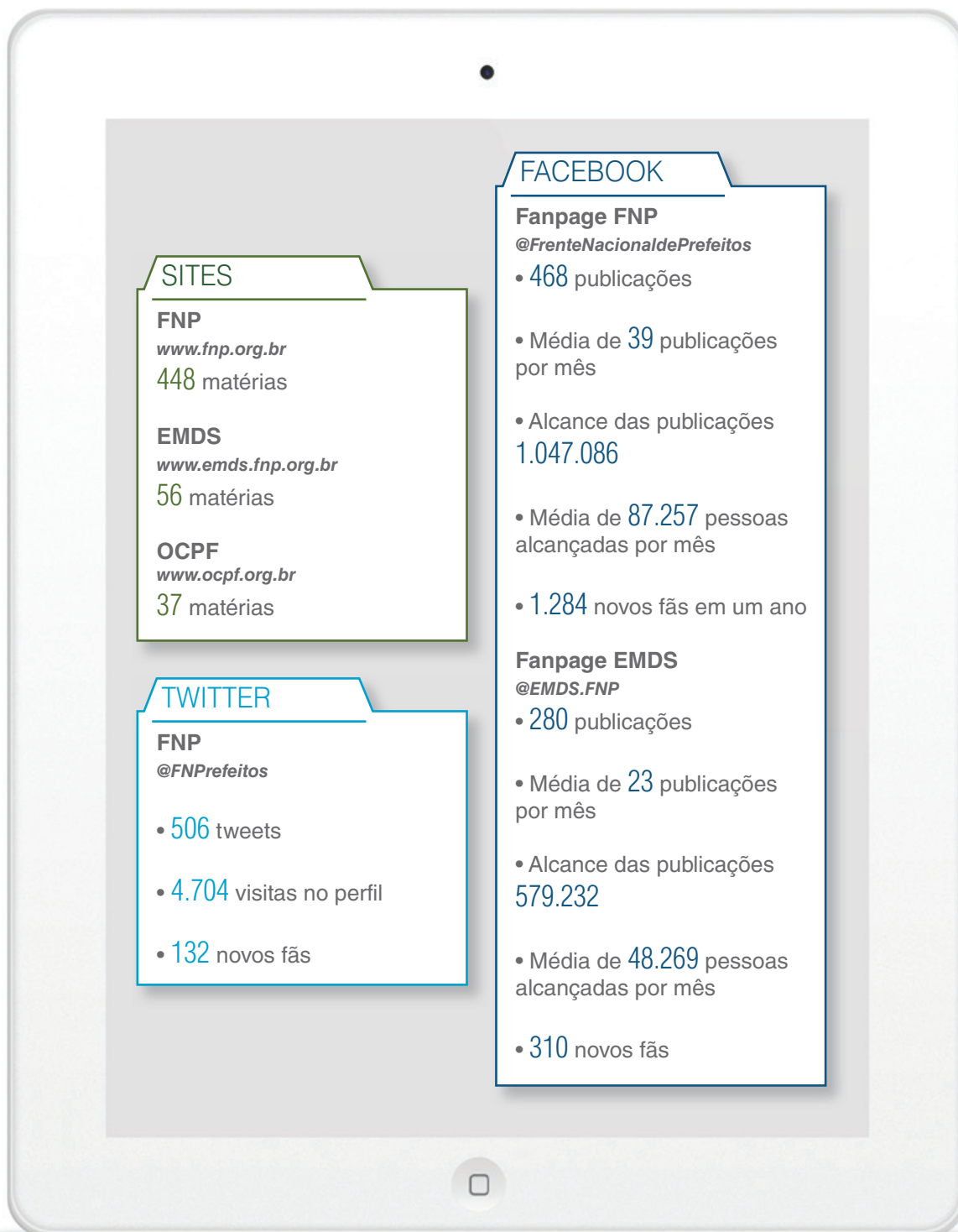
LIVRO EMDS

A publicação foi realizada como histórico das atividades desenvolvidas durante o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país, o EMDS. Um resgate da terceira edição do evento que contou com 9.458 participantes, de 1.507 municípios brasileiros, em três dias de evento. O III EMDS registrou a presença de 512 prefeitos das principais cidades do Brasil; três governadores; 15 ministros de Estado e 17 delegações estrangeiras provenientes dos cinco continentes, além de 355 palestrantes e mediadores e 109 instituições nacionais e internacionais de apoio.



Ao longo deste ano, as principais informações sobre o municipalismo brasileiro foram constantemente veiculadas nas mídias on-lines que a FNP mantém. Com três páginas na internet, dois perfis no facebook e um no twitter, a entidade cumpriu o papel de compartilhar conteúdo relevante de forma instantânea aos usuários da web.

Abaixo, confira os dados gerais sobre o uso dessas ferramentas em 2016.





CARTA DOS PREFEITOS EM DEFESA DO DIÁLOGO NACIONAL

O agravamento das crises política e econômica preocupa prefeitos e prefeitas brasileiros. Há uma evidente queda de arrecadação das receitas públicas, desequilibrando as finanças municipais e comprometendo serviços essenciais à população.

Essa instabilidade tende a impulsionar um equivocado sentimento de desqualificação generalizada da atividade política, além da relativização de direitos fundamentais arduamente conquistados pela democracia brasileira.

O momento atual exige serenidade, mas também coragem e um olhar obstinado para o futuro. É hora de trabalhar pela normalidade institucional, política e econômica. O combate à corrupção só será uma bandeira efetiva da sociedade se os preceitos constitucionais forem rigorosamente perseguidos pelos atores dos Três Poderes.

É fundamental trabalharmos pelo diálogo, preservando a diversidade e o pluralismo, com foco na concertação política, premissas fundamentais e históricas da Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Para os prefeitos e prefeitas, o momento é de enfrentar os desafios da vida nas cidades, promover a geração de emprego e renda, atender à população, manter e aprimorar serviços públicos e cumprir os compromissos com o funcionalismo. Nossa responsabilidade é encontrar soluções, com a visão de que colapso local pode, inegavelmente, resultar em colapso nacional.

Para buscarmos alternativas à crise e seus desdobramentos nos estados e municípios, propomos avançar concretamente no diálogo federativo, com a instituição de uma mesa federativa plena, com a participação da União, de governadores e prefeitos, consolidando um espaço de tomada de decisões sobre temas que afligem os cidadãos em seu cotidiano, como a mobilidade urbana e a saúde pública.

Na defesa intransigente dos princípios constitucionais e democráticos, apostamos no diálogo federativo para superarmos essa grave crise. A voz das ruas ecoa, para prefeitos e prefeitas, também como uma convocação para um pacto nacional por mais qualidade e eficiência nos serviços públicos e melhores condições de vida no país envolvendo todos os entes da Federação. Sem a retomada do crescimento econômico não há alternativa para os desafios do Brasil.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2016.

Frente Nacional de Prefeitos

PROPOSTAS URGENTES E ESTRUTURANTES PARA A VIDA NAS CIDADES

Introdução

O sensível momento social, econômico e político que o Brasil e o mundo atravessam evidenciam a importância das autoridades locais no processo decisório nacional e global.

Tal situação foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), que incluiu o tema urbano nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ressaltando a importância de cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis para a qualidade de vida de toda a população. Além disso, a relevância da atuação de líderes locais para temas globais vem crescendo constantemente, como podemos destacar pelo convite feito pelo Papa Francisco a prefeitos e prefeitas de todo o mundo para debater temas urgentes para a vida nas cidades e também pela participação de diversos prefeitos na construção do Acordo de Paris (COP21).

O momento de instabilidade pelo qual o país atravessa precisa ser superado. Nós, prefeitos e prefeitas da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), estamos em contato direto com a população, captando suas preocupações e angústias, e com a obrigação de oferecer respostas.

Para a retomada do desenvolvimento econômico e a superação dos desafios sociais que se apresentam, defendemos uma atuação conjunta da União, dos estados e dos municípios em um ambiente de diálogo federativo, que envolva a discussão de uma agenda coordenada de medidas urgentes e estruturantes. Para colaborar com a construção dessa agenda, elencamos algumas propostas subdivididas em três partes:

I – Propostas Urgentes

A existência de um fluxo permanente de contenciosos entre entes de uma Federação é própria dessa forma de organização de Estado. O modelo federativo brasileiro, singular no mundo, compreende três esferas, que possuem competências exclusivas e concorrentes, gozando de autonomia administrativa, financeira e política, o que reforça a importância do diálogo federativo permanente e institucionalizado.

Como forma de promover e estruturar o ambiente de diálogo federativo, os prefeitos e prefeitas da FNP defendem a **instituição de uma mesa federativa plena**, que reúna a presidência da República, governadores e prefeitos, representados pelas entidades nacionais que estabeleça um espaço de pactuação de decisões estratégicas relacionadas a temas comuns aos três entes, como o financiamento da saúde pública, a mobilidade urbana e metropolitana entre outros.

É preciso unificar entendimentos para a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A LRF estabeleceu, em seu artigo 42, proibição ao titular de Poder de assumir obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro de seu mandato. Embora se trate de dispositivo aparentemente bastante objetivo, encerra enorme variedade de interpretações, o que se verifica pela inexistência de consenso na jurisprudência dos Tribunais de Contas ou das Cortes Judiciais.

Dessa forma, considerando a elevada insegurança jurídica a que os entes subnacionais estão submetidos, em função da flagrante ausência de definição clara e precisa para o conceito de “contrair obrigações de despesas”, propomos a definição objetiva do seu alcance. Entendemos que deva ser considerada contraída a obrigação de despesa após efetivada a prestação do serviço ou a entrega do bem objeto de prévio empenho e contrato, atestado o seu cumprimento formal e respectiva liquidação para fins de pagamento. Assim, pretendemos a aplicação correta da LRF e o fim da insegurança jurídica a qual os municípios estão submetidos.

O subfinanciamento da saúde pública tem comprometido o equilíbrio fiscal nos municípios e a qualidade dos serviços prestados à população. A previsão orçamentária do governo federal para o setor demonstra que não haverá orçamento para o último trimestre de 2016. Essa preocupação é agravada pelo fato dos municípios serem os entes federativos que, proporcionalmente à sua receita, mais investem em saúde. Desde que a EC nº 29/2000 estabeleceu o mínimo constitucional de 15%, a parcela de receitas de impostos aplicada em saúde pelos municípios apresenta uma tendência crescente. De acordo com o anuário Multi Cidades 2016 da FNP, os municípios investiram, em 2014, 53% a mais com saúde do que o exigido pela Constituição Federal, o que representou R\$ 23,3 bilhões, apenas R\$ 1 bilhão a menos que o valor total arrecadado de IPTU nos 5.570 municípios no mesmo ano. Somado a isso há ainda aproximadamente R\$ 3 bilhões previstos em Portarias do MS que não estão sendo repassados aos municípios, sobrecarregando ainda mais os orçamentos municipais.

Defendemos, assim, a criação de novas fontes exclusivas para o financiamento da saúde, que permitam a ampliação e melhoria na prestação de serviços públicos em saúde pelo Estado. **A recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) pode ser uma dessas fontes, se destinada exclusivamente para a saúde e, pelo menos, 25% dos recursos compartilhados com os municípios.**

Entendemos que, para tanto, é necessário pactuar critérios de distribuição que respondam diretamente às demandas por serviços de saúde nos municípios, pois consideramos que critérios definidos com base em aspectos predominantemente populacionais, como o FPM, são inadequados para partilhar recursos para o financiamento da saúde pública. Assim sendo, em caso de uma eventual recriação da CPMF, sugerimos o seguinte critério de partilha dos recursos entre os municípios: 50% dos recursos divididos proporcionalmente pela população total dos municípios e 50% dos recursos divididos proporcionalmente à aplicação excedente em saúde por cada município, ou seja, além dos 15% exigidos pela Constituição Federal. Esse critério atende ao pressuposto máximo do SUS de universalização do atendimento, à medida que leva em consideração a distribuição populacional. Combinado, ainda, com o incentivo ao investimento

PROPOSTAS URGENTES E ESTRUTURANTES PARA A VIDA NAS CIDADES

em saúde, reconhecendo os esforços financeiros feitos pelos municípios e refletindo a demanda da população por mais e melhores serviços em saúde pública.

A recorrente **judicialização das políticas públicas**, especialmente na área da saúde, tem impactado fortemente os orçamentos municipais. As decisões de magistrados acerca da execução das políticas, além de impossibilitarem a execução do planejamento orçamentário-financeiro, em diversas vezes não refletem as competências constitucionais dos entes federados, onerando os municípios com despesas que seriam de competência dos estados ou do Governo Federal.

É fundamental que sejam abertos novos cursos de medicina, interiorizando a formação dos profissionais médicos. **Preocupa-nos a suspensão pelo TCU do edital de abertura de novos cursos em 39 municípios do interior do país desde outubro de 2015.** A falta de médicos compromete a garantia do direito à saúde. De 2002 a 2012, o número de médicos formados no Brasil correspondia a 65% da demanda da sociedade, demonstrando um déficit de 53 mil profissionais, segundo a OMS. Em 2011, dois anos antes do lançamento do programa Mais Médicos, havia 1,8 médico para cada 1.000 habitantes no país e 700 municípios sem um médico sequer. Outros países da América do Sul, como Uruguai e Argentina, possuíam o dobro de profissionais para a mesma população, no período.

Reiteramos a importância de garantir a **aprovação da MP nº 723/2016, que prorroga os contratos com médicos intercambistas**, no âmbito do programa Mais Médicos para o Brasil. A FNP atuou ativamente para que essa MP fosse editada, após dezenas de prefeitos e prefeitas terem externado, durante a plenária deliberativa da 69ª Reunião Geral, preocupação com a atenção básica de saúde com o fim desses contratos. Por isso, é fundamental garantir que essa MP seja aprovada, evitando o retorno à situação de ausência de médicos nas cidades mais pobres e na periferia das grandes cidades e preenchendo os 600 postos com vagas abertas para médicos nas mais diversas e remotas localidades do Brasil. Recomenda-se ainda um contato constante com o governo cubano, pilar estruturante do programa, procurando manter os compromissos de ambas as partes em dia. Faz-se necessário também avaliar a possibilidade de estender o programa Mais Médicos para outras áreas, como a de urgência e emergência, em razão de demandas crescentes nos municípios.

Reconhecendo o papel estratégico da educação pública para o país, defendemos a formação e a valorização dos profissionais de educação como um desafio permanente. Contudo, **os mecanismos de reajuste do piso salarial do magistério** precisam ser readequados, possibilitando um reajuste constante e justo, consoante à Lei nº 11.738/2008, e observando o necessário equilíbrio fiscal e federativo das contas públicas.

O fortalecimento da educação também passa pela reestruturação do pacto federativo, instituindo um **regime de colaboração** preciso entre os entes federados. Nesse aspecto, a instituição do Sistema Nacional de Educação (discutido no PLP 413/2014) e da Instituição do Sinaeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) é de grande importância. O **Financiamento da Educação** é outro aspecto relevante, sendo fundamentais para garantir seu aprimoramento contínuo a regulamentação dos recursos dos royalties do petróleo e a permanência dos percentuais da vinculação orçamentária para a educação previstos na Constituição Federal. **Destaca-se a necessidade de debater em conjunto com os municípios a prorrogação dos prazos da LDB para cumprimento do Plano Nacional de Educação. Ainda, defendemos a revisão dos programas de financiamento da educação infantil e a atualização dos valores de repasse para merenda e transporte escolares.**

Os **programas sociais “Minha Casa, Minha Vida” e “Bolsa Família”** influenciam diretamente na dinâmica de organização municipal e de sua administração e, por esse motivo, devem ser discutidos sempre em conjunto com os municípios. O município é o responsável pela gestão local do Bolsa Família, e precisa manter uma equipe capacitada para sua execução. Em relação ao programa “Minha Casa, Minha Vida”, essa dinâmica é influenciada, entre outros motivos, pelos conjuntos habitacionais, em razão dos serviços públicos que devem ter cobertura para atender à população. Dessa forma, entendemos ser indispensável a participação dos municípios nas discussões para a avaliação e formulação de eventuais aperfeiçoamentos nesses programas.

É fundamental garantir a **integralidade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**, assegurando: a universalidade do sistema, evitando o retorno ao “focalismo”; a oferta de serviços socioassistenciais de proteção social; o reconhecimento da obrigatoriedade dos recursos orçamentários vinculados ao SUAS; a atualização do fluxo de repasses financeiros; a gestão compartilhada e pactuada do SUAS, incluindo representantes de todas as esferas da federação e da sociedade civil; o cumprimento do Plano Decenal 2016-2026.

A recente **mudança de entendimento do Governo Federal sobre o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) tem gerado frustração de receitas para os entes subnacionais.** Segundo a nova interpretação da Receita Federal, os municípios apenas teriam direito ao IRRF que fosse incidente sobre os rendimentos pagos, exclusivamente, aos seus empregados. Essa interpretação prejudica fortemente os municípios, além de violar a Constituição Federal, que concede aos entes o produto do IRRF pago a qualquer título, não se limitando, portanto, ao Imposto de Renda retido de seus empregados.

A **superação do desafio federativo para pagamento de precatórios** é urgente. Tramita no Senado Federal a PEC 159/2015, que apresenta opções para a superação desse impasse, viabilizando pagamentos de precatórios sem que haja comprometimento da prestação de serviços essenciais. Nossa expectativa era de aprovação desta PEC ainda em 2015, para que não houvesse, nesse ano, a volta dos seqüestros de valores das contas municipais, o que agrava a situação atual.

Para fortalecer as finanças municipais é preciso **rever a legislação do Imposto Sobre Serviços (ISS)**, como forma de aprimorar a prerrogativa constitucional de arrecadação própria dos municípios e combater a guerra fiscal. Uma das principais mudanças necessárias é a atualização da lista de serviços tributáveis, pois a LC 116/2003 não contempla a tributação de novos serviços cada vez mais relevantes economicamente, especialmente na área de tecnologia, como o desenvolvimento de aplicativos. Nesse sentido, tramita no Senado Federal o PLS 386/2012, que, com adequações, pode tornar-se uma boa alternativa para modernizar a legislação vigente.

Propomos a **proibição de instituição de novos encargos sem que seja prevista respectiva fonte de receitas.** Entendemos que essa proibição deva ser aplicada a qualquer novo encargo, seja ele decorrente da definição de pisos salariais e seus critérios de reajustes, redução ou alteração de jornada de trabalho ou instituição de novas atribuições. Por esse motivo, apoiamos que seja restabelecida na PEC 188/2016, na Câmara dos Deputados, a redação original da PEC 172/2012, pela qual não seria imposto ou transferido por lei qualquer encargo ou prestação de serviços aos estados ou aos municípios sem a previsão de repasses financeiros necessários ao seu custeio.

Com o agravante de estarmos no último ano dos nossos mandatos, solicitamos a urgente **regularização do fluxo de processamento e pagamentos de valores inscritos em Restos a Pagar (RAP) no Orçamento Geral da União.** Dados da Confederação



Nacional de Municípios (CNM) demonstram que os RAP somam R\$ 43 bilhões, sendo que 77% desses Restos a Pagar não processados são obras já iniciadas e contratadas.

É preciso liberar **operações de créditos externos** para os municípios. A FNP tem mantido constante diálogo para assegurar esses importantes investimentos e garantir um melhor planejamento orçamentário nos municípios. Algumas dessas solicitações têm sido aprovadas, mas a indeterminação sobre as análises e garantias do governo federal tem prejudicado os municípios.

É preciso **rever o Acordo Setorial para Implantação do Sistema de Logística Reversa de Embalagens**, publicado em novembro de 2015, com o objetivo garantir a destinação final ambientalmente adequada das embalagens. Os municípios, que são os titulares dos serviços de limpeza urbana e que sofrem por arcar com as responsabilidades de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de embalagens, foram excluídos do acordo. Além disso, foram estabelecidas metas a serem cumpridas pelos municípios não pactuadas previamente. Portanto, a FNP defende a elaboração de um novo acordo setorial com a inafastável participação dos municípios.

II – Propostas estratégicas para a promoção do diálogo federativo

Reivindicamos a **regulamentação do Conselho de Gestão Fiscal (CGF)**, previsto no Art. 67 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que consiste em um órgão de acompanhamento e avaliação permanente da política e da operacionalidade da gestão fiscal entre a União, os estados e os municípios e a sociedade. O CGF é uma reivindicação recorrente da FNP e considerada por nós, prefeitas e prefeitos, medida indispensável para o equilíbrio federativo e estímulo à gestão fiscal responsável.

É preciso trabalhar de forma estratégica para o **fortalecimento das entidades de representação federativa** (associações nacionais e regionais de prefeitos e associações de secretários e dirigentes municipais). O fortalecimento dessas entidades é fundamental para a promoção de uma participação permanente, qualificada e republicana dos entes locais na interlocução com os demais entes federados e com a sociedade civil organizada.

Em regra, essas entidades, quando formalizadas, se organizam na forma de associações civis, enquadrando-se no regime jurídico das ONGs. Veja-se que, neste regime, a soma de várias pessoas jurídicas de direito público dá origem a uma pessoa jurídica de direito privado. Evidente que esta situação cria insegurança jurídica, especialmente questionamentos no que se refere ao recebimento e aplicação das contribuições associativas, apesar de os associados serem apenas municípios, de a associação não possuir fins lucrativos, e de buscar apenas o interesse público. Portanto, é urgente a instituição de um **marco regulatório que ofereça segurança jurídica às entidades de representação federativa**.

Outra medida fundamental para o fortalecimento dessas instituições é o reconhecimento das entidades municipalistas nacionais como **aptas a propor ações de controle concentrado de constitucionalidade**, buscando equilibrar o pacto federativo e reconhecendo a condição de ente federativo dos municípios.

Convidamos o Governo Federal a apoiar o **IV Encontro dos Municípios pelo Desenvolvimento Sustentável (EMDS)**, em abril de 2017. Com a primeira edição realizada em 2012, o EMDS já está consolidado como o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país e reúne bianualmente governantes e gestores públicos dos três níveis de governo, com o objetivo de criar e debater agendas propositivas de desenvolvimento local sustentável.

III – Propostas estruturantes

No tema da mobilidade urbana, o **financiamento dos sistemas de transporte** público coletivo urbano vem sendo tema de amplo debate na sociedade, tendo o preço da tarifa figurado como estopim para as manifestações de 2013. Tramita atualmente na Câmara dos Deputados a PEC 179/07, sobre a CIDE-Municipal, que se coloca como uma alternativa para equilibrar o preço da tarifa, a qualidade do serviço ofertado e o financiamento do sistema. Assim sendo, é necessário avançar no debate sobre o tema e garantir a aprovação da PEC.

A garantia de um serviço de transporte urbano e metropolitano mais barato e de melhor qualidade requer a combinação de diversas ações. Inspirados em sistemas existentes na França, em especial na cidade de Lyon, defendemos também a **revisão da legislação do vale transporte (VT)** para estabelecer que todas as empresas e órgãos públicos repassem obrigatória e diretamente para o sistema de transporte coletivo o valor correspondente ao vale transporte de seus empregados. Esse custo seria bancado pelas empresas. Hoje, o VT é opcional e a legislação autoriza o empregador a descontar até 6% do salário básico do empregado para bancar o vale.

O fortalecimento do modelo federativo brasileiro e de seus entes demanda reformas estruturantes, como a **reforma fiscal e tributária**. É preciso uma ampla revisão tributária que contemple incentivos a atitudes ambientalmente sustentáveis e aponte para a progressividade, desonerando aqueles que pouco ganham e nada, ou quase nada, têm. É importante contemplar uma revisão da tributação sobre o patrimônio, como IPTU, ITBI, IPVA, ITR, heranças e grandes fortunas, possibilitando a ampliação da arrecadação e apontando na direção da justiça fiscal.

A **revisão da cobrança do IPTU**, uma das principais fontes de arrecadação dos municípios, é fundamental para o orçamento municipal. A aprovação do Projeto de Lei nº 46/2016, atualmente na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, é uma ação importante para o fortalecimento do IPTU perante as finanças municipais. O PLS 46/2016 estabelece na LRF a obrigatoriedade da revisão periódica da base de cálculo do IPTU, evitando assim grandes defasagens. Além disso, está em elaboração pelo IPEA um indicador que vai auxiliar os municípios a verificarem a eficiência na cobrança desse imposto, orientando a atuação municipal nessa cobrança.

Em meio à crise econômica enfrentada, o fortalecimento de instrumentos de controle e punição de práticas de sonegação fiscal torna-se primordial para a saúde fiscal dos municípios, principalmente se aliado à reforma supracitada. Dados do Banco Mundial evidenciam que o Brasil é o vice-campeão mundial de sonegação de impostos (cerca de 13,4% do PIB é sonegado). Fortalecer tais instrumentos, buscando controlar e punir essa prática, é imprescindível. Ademais, para fortalecer as **ações de fiscalização e combate à sonegação** é essencial a atuação integrada das administrações tributárias da União, estados e municípios. Assim, com o objetivo de garantir mais eficiência e justiça à arrecadação de impostos, faz-se importante ressaltar a necessidade do compartilhamento de informações fiscais entre os entes federados, assim como previsto no art. 37 da Constituição Federal.

A Lei 8.666/1993 representou um importante avanço de transparência e lisura nas contratações públicas. Depois de 23 anos, e com as mudanças das ferramentas tecnológicas que o país vivenciou, a Lei carece de atualizações para que continue atendendo e cumprindo seus objetivos de garantir eficiência, impessoalidade, publicidade nas licitações e contratos da Administração Pública.

PROPOSTAS URGENTES E ESTRUTURANTES PARA A VIDA NAS CIDADES

Assim, é inescapável avançar em propostas para a **atualização da Lei 8.666/1993**.

As transferências constitucionais apresentam-se como um dos pilares do nosso modelo federativo. Dada essa importância, a FNP pleiteia uma **revisão dos critérios de partilha do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)**. Há uma grande defasagem dos atuais conceitos em vigor, fundamentados quase que exclusivamente na população dos municípios. Tais critérios foram estabelecidos na década de 1960 e estão flagrantemente superados pelo desenvolvimento urbano acelerado e desordenado das últimas décadas. Aspectos como a alta vulnerabilidade econômica e social, a exemplo das cidades pertencentes ao g100, que têm muita dificuldade em financiar os serviços públicos básicos para a sua população, devem ser considerados.

O critério utilizado para liberação de **emendas parlamentares** necessita ser revisto. O objetivo é desburocratizar as relações entre os entes federados, sem prejudicar o dever inafastável de fiscalização e acompanhamento da aplicação dos recursos públicos. A PEC 61/2015, no Senado Federal, deve garantir a agilidade na transferência de recursos para estados e municípios, prevendo que as emendas parlamentares possam ser destinadas e repassadas diretamente ao FPM e ao FPE.

Para retomada do crescimento econômico, a **reforma da legislação do ICMS** é uma medida estruturante. Ao unificar as alíquotas do imposto nos estados, igualando-as a alíquota de exportação (4%), poder-se-ia combater a guerra fiscal. Além disso, é preciso construir uma forma mais justa de partilha do ICMS entre os municípios. Além disso, a FNP apóia a destinação das multas da repatriação de recursos para a constituição de fundo para viabilizar o fim da guerra fiscal entre os estados.

Para o fortalecimento da economia nacional e geração de emprego e renda, é necessária a **constante melhoria do ambiente de negócios**, com foco no fomento ao empreendedorismo e no incentivo à formalização, crescimento e competitividade dos pequenos negócios locais. Nesse cenário, defendemos a construção de uma proposta comum de aperfeiçoamento da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que institua melhores condições para empreender no país e não impacte negativamente na arrecadação dos municípios.

Ainda, como forma de gerar emprego, melhorar as condições de infraestrutura do país, garantir investimentos e melhorar a prestação de serviços públicos à população, **a FNP incentiva a celebração de concessões e parcerias público-privadas (PPPs)**. As PPPs são essenciais para o desenvolvimento de um programa nacional de cidades inteligentes e humanas, especialmente na área de iluminação pública, com aplicação de tecnologias transformadoras. No entanto, para que isso ocorra, são necessárias alterações na atual legislação das PPPs, permitindo que sejam desenvolvidos projetos de valores mais baixos, mais adequados às realidades municipais.

Sensíveis à importância da cultura para o desenvolvimento do país e coerentes com os encaminhamentos da 69ª Reunião Geral da FNP, realizada em março deste ano, defendemos o fortalecimento da atuação do Estado em sua promoção. Nesse sentido, a **consolidação do Sistema Nacional de Cultura** é fundamental para o fomento de políticas públicas de forma articulada entre os entes federados. Sendo assim, para que isso seja possível, apontamos algumas pautas que interferem diretamente nos municípios e que podem ser referência para essa atuação conjunta, como: definição clara das atribuições de cada ente federado; capacitação de servidores para atuação do setor; apoio institucional para implantação de sistemas municipais de cultura e consolidação das políticas de produção regionalizada de conteúdo artístico.

A **proteção dos recursos ambientais** e a melhoria da qualidade de vida reservam aos municípios uma parcela importante de responsabilidade. Entretanto, apesar dos avanços e do amadurecimento das estruturas de gestão ambiental, permanece o desequilíbrio federativo decorrente da fragilidade da ação municipal na gestão ambiental brasileira. Assim, defendemos:

- i. O fortalecimento dos municípios no Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), com ênfase no financiamento dos órgãos municipais, considerando que recursos financeiros já previstos na legislação não se efetivam como fonte de recursos para as políticas ambientais municipais;
- ii. A ampliação do debate entre os entes federados e a internalização das agendas municipais ambientais tanto nos projetos em tramitação Congresso Nacional como na elaboração das normativas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), evitando retrocessos na legislação para os municípios;
- iii. A realização de investimentos em Planos Municipais de Ação em Mudanças Climáticas em sintonia com o Acordo de Paris (COP21).

Por fim, são necessárias medidas para o **fortalecimento dos consórcios públicos**. Assim, propomos:

- i) A revisão dos critérios previstos do art. 39 do Decreto 6.017/2007 para transferência de recursos da União aos consórcios públicos, adotando regra que condicione essas transferências à verificação do atendimento das exigências legais unicamente pelo consórcio e não por cada um dos entes consorciados, como ocorre atualmente.
- ii) A elaboração de estudos e propostas, em conjunto com as entidades municipalistas, para a formulação de norma que autorize e estabeleça procedimento para a contratação de operações de crédito por consórcios públicos.
- iii) A destinação de mais recursos do orçamento geral da União para os consórcios públicos, face à possibilidade de alcançar maior número de cidadãos e cidadãs, de se obter economia de escala pela destinação de recursos ao ente regional, e de se superar desafios de capacidade de gestão dos municípios consorciados.

Brasília, 18 de maio de 2016.
FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS – FNP



CARTA DE PREFEITAS E PREFEITOS DA 70ª REUNIÃO GERAL DA FNP REALIZADA EM CAMPINAS NOS DIAS 28 E 29 DE NOVEMBRO DE 2016

A gravíssima crise econômica que atinge o país preocupa prefeitos e prefeitas que encerram seus mandatos e os eleitos e reeleitos que governarão as cidades de 2017 a 2020. Apesar de os municípios estarem economizando em custeio e pessoal, as acentuadas quedas de arrecadação das receitas públicas e das transferências governamentais têm causado desequilíbrios nas finanças municipais e comprometido os investimentos e os serviços essenciais à população. Dados do anuário Multi Cidades – Ano 12, lançado nesta segunda-feira, 28, em Campinas/SP, revelam com clareza o impasse que atinge os municípios.

Esta geração de governantes locais enfrenta o pior cenário das finanças públicas dos últimos tempos. Desafios dessa magnitude demandam propostas e soluções urgentes e estruturantes que envolvam uma atuação conjunta e coordenada entre municípios, estados e Governo Federal, conforme os preceitos de cooperação federativa estabelecidos na Constituição Federal. Destaca-se que desde o início desta crise, a Frente Nacional de Prefeitos tem prioritariamente defendido a adoção de medidas administrativas e legais que amenizem seus efeitos, seja no campo das receitas próprias municipais, seja na gestão do dia a dia das cidades. Dentre as sugestões, a Plenária de Prefeitos e Prefeitas elencou as seguintes:

1. **A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF** é, inegavelmente, um avanço de transparência e zelo pelo controle dos gastos públicos. No entanto, a LRF traz lacunas e imperfeições que produzem ambiente de insegurança jurídica nas prestações de contas de fim de mandato, especialmente neste cenário de queda prolongada do PIB (Produto Interno Bruto).

O aprimoramento da redação de dispositivos da LRF é fundamental para a segurança jurídica dos três níveis de governo. A rigor, a inexistência da definição legal do termo “contrair obrigação de despesas”, previsto no artigo 42 da LRF, aliada a interpretações dissonantes nos diversos tribunais de contas dos estados a respeito deste dispositivo, tem gerado elevado grau de instabilidade jurídico-institucional. O aperfeiçoamento das exceções previstas no artigo 66, para casos de crescimento real baixo ou negativo do PIB por período igual ou superior a quatro trimestres, também é fundamental. Apesar de amplo apoio obtido pela FNP junto ao Congresso Nacional para estes inadiáveis aperfeiçoamentos na LRF, o ministério da Fazenda colocou entraves ao avanço de uma proposta de superação dessas questões.

Além disso, é preciso disciplinar a contabilização de valores pendentes de repasses aos municípios, pelo governo federal e pelos estados, em final de exercício. E como medida estruturante e de preservação do equilíbrio fiscal, a FNP defende, ainda, a instalação urgente do Conselho de Gestão Fiscal, previsto na própria LRF. O colegiado federativo será responsável pelo acompanhamento e avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalização da gestão fiscal visando à harmonização entre os entes federados.

2. Os municípios receberam em novembro, junto com o repasse do FPM, a parcela correspondente ao Imposto de Renda arrecadado no programa de **repatriação de valores**. No entanto, a FNP segue em busca da justa distribuição dos valores da multa da repatriação. Para isso, atua junto ao STF e na articulação dos municípios para que ingressem com ações na Justiça Federal local. Por meio de liminares, municípios de várias regiões do país já obtiveram sucesso e os valores em disputa têm sido depositados em juízo. A falta de diálogo e resistência em negociar por parte do governo federal impõe a mobilização de todos para garantir o equilíbrio federativo estabelecido pela Constituição Federal e o reconhecimento do direito dos municípios.

3. Quanto ao pagamento de **precatórios** e acesso aos depósitos judiciais, é fundamental mantermos a mobilização para garantir na íntegra a aprovação do texto da PEC 233/2016 no plenário da Câmara dos Deputados. A aprovação irá garantir o pagamento pelos entes públicos sem o estrangulamento das finanças e o comprometimento na prestação de serviços.

Recentes decisões do STF proferidas em reclamações de diversos municípios resguardam os efeitos positivos da sistemática de pagamento de precatórios, introduzida pela Emenda Constitucional nº 62, até 2020. Essas decisões permitem que os municípios mantenham o regime de pagamento estabelecido anteriormente, limitando o comprometimento da receita corrente líquida a percentuais que não prejudiquem o orçamento municipal, até que seja estabelecido o novo regime de pagamentos.

4. A governança dos serviços básicos é uma importante atribuição dos municípios e de grande impacto nos seus orçamentos. Na área da **Saúde**, os recursos são insuficientes para os encargos decorrentes de serviços de urgência e emergência que vêm sendo crescentemente assumidos pelos municípios. O anuário

CARTA DE PREFEITAS E PREFEITOS DA 70ª REUNIÃO GERAL DA FNP REALIZADA EM CAMPINAS NOS DIAS 28 E 29 DE NOVEMBRO DE 2016

Multi Cidades demonstra que os municípios destinam, em média, em 2015, 23,3% das receitas vinculadas para a saúde. O mínimo constitucional exigido é de 15%. Esta diferença, que soma R\$ 25,67 bilhões, equivale à arrecadação de IPTU em todo o país, que, no mesmo ano, alcançou R\$ 27,43 bilhões.

As transferências do governo federal, por sua vez, não acompanham sequer a inflação e tampouco o crescimento da demanda, situação intensificada em momentos de crise econômica em razão da queda do número de pessoas com acesso a planos de saúde. Ressalta-se ainda a judicialização da saúde, que compromete fatia importante dos recursos e desestrutura o orçamento público.

Destaca-se ainda a impossibilidade legal de ressarcimento direto, a estados e municípios, pelo atendimento de usuários de planos de saúde na rede do SUS. Por isso os prefeitos defendem a aprovação, pelo Senado Federal, de proposta que descentraliza essa competência (PLS 308/2015).

A FNP, em articulação com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), tem mantido constante contato com o ministério da Saúde para garantir que os recursos relativos aos serviços do Piso da Atenção Básica (PAB Fixo e PAB Variável) e do limite financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), prestados em 2016, sejam efetivamente repassados ainda neste ano. Além disso, é fundamental promover o diálogo nacional sobre o subfinanciamento da saúde e a melhoria da gestão no setor, para alcançarmos uma solução estruturante para a saúde pública.

5. No tema da mobilidade urbana, a instituição da CIDE-Municipal sobre os combustíveis (PEC 159/2007) é fundamental para a sustentabilidade financeira dos sistemas de transporte público. O financiamento da tarifa deve ser dividido por toda a sociedade, e não apenas pelos usuários. Com a possibilidade de os municípios poderem instituir a CIDE-Municipal dos combustíveis, que prevê controle social sobre seu uso, o valor da tarifa do transporte público pode ser mantido ou mesmo reduzido, sem comprometer gratuidades. E por entendermos que a decisão da implementação da CIDE-Municipal deva ser feita no âmbito de cada município, nas suas respectivas Câmaras de vereadores, a inclusão da emenda da CIDE na PEC 159/2007 e sua aprovação são fundamentais. Mediante lei aprovada na Câmara Municipal, cada comunidade poderá decidir democraticamente, ouvindo a população, a forma que irá financiar o transporte público local.

A recente redução do custo de combustíveis pela Petrobrás não foi repassada ao consumidor. A apropriação dessa margem pelas distribuidoras poderia ser base de uma fonte de financiamento da CIDE-municipal sem afetar os usuários de automóveis - a título de exemplo, 5% de aumento nos combustíveis comercializados nas cidades para veículos de passeio geraria R\$ 11 bilhões por ano de receita, o que permitiria uma redução da ordem de 28% nas tarifas dos ônibus urbanos. Mesmo considerando o eventual aumento dos combustíveis, o resultado final representaria uma deflação de 0,42%, em razão do peso da tarifa na composição dos índices inflacionários. De outra forma, simulações já realizadas para os casos de São Paulo e Belo Horizonte indicam que um acréscimo de R\$ 0,10 no preço do combustível implicaria em uma redução no preço da passagem de R\$ 0,30.

6. Outro serviço público de grande impacto para as finanças municipais e para a vida dos cidadãos é a **limpeza urbana**. Levantamento aponta que os municípios apresentam até o momento um déficit de R\$ 7,56 bilhões com prestadores desse serviço, podendo chegar a R\$ 10 bilhões até o final do ano. Os desafios para o financiamento desse serviço básico e essencial passam obrigatoriamente por uma discussão do subfinanciamento da política nacional de resíduos sólidos e pelas parcerias entre os setores públicos e privados.

7. Para avançar na ampliação do financiamento e das ações públicas, considerando a drástica redução de recursos públicos para investimentos em infraestrutura, impõe-se a disseminação de **Parcerias Público-Privadas (PPP's)**. Para que as cidades de médio porte tenham acesso a essa alternativa, faz-se necessária a construção de instituições de apoio técnico, com parcerias envolvendo agências de fomento e bancos estatais. Para desenvolver esta agenda, a FNP promoverá reuniões com bancos internacionais e nacionais de fomento ainda este ano.

Por outro lado, os municípios também podem fomentar o desenvolvimento urbano por meio dos instrumentos de financiamento previstos pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que se revelam como possibilidades efetivas de ampliação dos investimentos nas cidades.

8. Outras pautas também demandam a articulação e o apoio do Governo Federal, em especial do ministério da Fazenda junto ao Congresso Nacional para a aprovação, ainda em 2016, das seguintes pro-



posições:

- O repasse do **FEX** - Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações - relativo a 2016 (PLN 47/2016);
- **A atualização do rol de serviços sujeitos ao ISS** (Substitutivo ao PLS 386/2012);
- **Securitização de dívida ativa** (PLS 204/2016);
- Proibição de **instituição de novos encargos** aos municípios sem a previsão dos recursos correspondentes (PEC 188/2016).

9. O **equilíbrio das contas públicas** é uma responsabilidade que compete a todos os Poderes, e não exclusivamente ao Executivo. No município, reconhecemos o papel fundamental do Legislativo para a consolidação e defesa da democracia e o exercício da cidadania. Ocorre que em 2015, segundo dados do anuário Multi Cidades, enquanto o gasto com o Legislativo caiu 1,3%, a queda das Receitas Correntes foi de 2,1%. Ainda em 2015 as despesas com as Câmaras Municipais totalizaram R\$ 14 bilhões, valor equivalente à metade de todo o IPTU arrecadado no país. Por isso, considerando-se o cenário econômico adverso e o clamor da população por austeridade, defendemos que o Poder Legislativo amplie seus esforços na contenção de gastos.

10. A FNP considera ainda que uma **transição** democrática e transparente é fundamental para a continuidade da prestação de serviços públicos de qualidade aos cidadãos. O registro e ampla divulgação dos resultados alcançados pelas políticas públicas desenvolvidas pela gestão que se encerra garantem avanços, permitem aperfeiçoamentos e dificultam retrocessos. Por isso, divulgar os dados públicos e oferecer informações de qualidade sobre as gestões deverá ser uma busca constante de todos os governantes.

11. Como forma de promover e estruturar o ambiente de diálogo federativo, os prefeitos e prefeitas da FNP defendem a instituição de uma mesa federativa plena, que reúna a presidência da República, governadores e prefeitos, representados pelas entidades nacionais, que estabeleça um espaço de pactuação de decisões estratégicas relacionadas a temas comuns aos três entes, como o financiamento da saúde pública, a mobilidade urbana e metropolitana entre outros.

Para aprofundar os debates sobre os desafios para a sustentabilidade das cidades e a melhoria da qualidade de vida, a FNP realizou, em Campinas/SP, o lançamento das inscrições para o maior encontro sobre sustentabilidade urbana do país: o **IV Encontro Municipal dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável – EMDS**, evento bianual que será realizado em Brasília, no Estádio Nacional Mané Garrincha, entre os dias 24 e 28 de abril de 2017, e terá como tema “Reinventar o Financiamento e Governança das Cidades”

Campinas/SP, 29 de novembro 2016.
Frente Nacional de Prefeitos



FNP FOI CITADA DUAS VEZES POR HORA NA MÍDIA, EM 2016

Foram registradas mais de **868** notícias em jornais e portais no período entre janeiro e dezembro de 2016. Sendo que, desse total, **833** correspondem a veiculações na mídia e **35** em portais de instituições parceiras, tais como prefeituras e Ministérios do governo federal. O pico de matérias aconteceu em agosto, com 131 notícias, seguido de janeiro, com 114, e novembro, com 111 registros.

Os maiores jornais e portais do país noticiaram assuntos em que a entidade esteve envolvida, dentre eles: O Globo, Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Valor Econômico, Veja Online, Portal Exame, Portal R7, G1, Estado de Minas, Correio Braziliense, CBN, TV Globo e Agência Brasil.

Ainda de janeiro a dezembro, foram realizados **50** boletins, pela Radioweb, divulgados **18.123** vezes em rádios de todo o Brasil (as internacionais não são computadas), e atingiu, em média, **51.650.404** de habitantes.

O resultado desses números é que, nos 365 dias de 2016, o nome da FNP foi citado pela mídia, ao menos, **52** vezes por dia, o que representa, em média, **duas** citações por hora.

PRINCIPAIS AVANÇOS CONQUISTADOS PELA FNP EM 2016

JANEIRO

- STF deferiu pedido para repactuação das dívidas dos municípios com União

FEVEREIRO

- Governo Federal altera decreto da renegociação de dívidas dos municípios
- Senado aprova em segundo turno PEC que proíbe imposição de despesa sem identificar fonte de receita

MAIO

- Órgãos federais retomam retenções tributárias do ISS nos serviços por eles tomados
- Câmara aprova MP que autoriza entrada de agentes de saúde em imóveis abandonados

JUNHO

- Câmara aprova em 1º turno PEC que institui Desvinculação de Receitas dos municípios
- Senado aprova PEC dos Precatórios
- Presidente sanciona Lei que permite entrada forçada de agentes para combate ao *Aedes aegypti*
- União prorroga prazo de Restos a Pagar

JULHO

- Senado Federal aprova PEC que legitima entidades municipalistas a proporem ADI e ADC
- TCU libera retomada de edital para abertura de novas vagas em cursos de Medicina

AGOSTO

- Senado aprova MP que prorroga contratos de estrangeiros no Mais Médicos

SETEMBRO

- Congresso Nacional promulga PEC que permite aos municípios desvincular receitas.
- Presidente sanciona lei que garante a permanência dos profissionais do Programa Mais Médicos no país
- MEC divulga lista de instituições selecionadas para abertura de novos cursos de medicina

NOVEMBRO

- Câmara dos Deputados aprova, em dois turnos, PEC que regula o pagamento de precatórios

DEZEMBRO

- Governo federal anuncia que as multas arrecadadas com a repatriação também serão repartidas com os municípios
- Congresso promulga regime especial para pagamento de precatórios
- União autoriza abertura de crédito suplementar, viabilizando repasse de R\$ 500 milhões do Fex
- Prefeituras recebem repasse proveniente da multa do programa da repatriação
- Presidente da República sanciona Lei Complementar que moderniza o ISS





Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record, Sala 603 – CEP: 70340-910 Brasília-DF
Telefone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819
Email: secretaria@fnp.org.br / www.fnp.org.br